

DANIELA RAQUEL DE OLIVEIRA CAPRICHOSO

PERCEÇÃO DE CRIANÇAS
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2010

DANIELA RAQUEL DE OLIVEIRA CAPRICHOSO

PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2010

DANIELA RAQUEL DE OLIVEIRA CAPRICHOSO

PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Dissertação apresentada à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos Requisitos
para a obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Jurídica sob orientação da
Professora Doutora Ana Sani

É necessário existir (infelizmente) fenómenos como a violência doméstica para que a realização deste tipo de investigações seja possível. Dedico este trabalho a todas as crianças e jovens que deram o seu contributo. Às crianças e jovens com as quais tive o prazer de contactar directamente, agradeço o facto de terem partilhado comigo parte das suas vidas. A todos vocês, o meu MUITO OBRIGADA!

“A child who lives with violence is forever changed, but not forever “damaged”. There’s a lot we can do to make tomorrow better”

(Cunningham & Baker, 2007, p.1)

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Sani, orientadora desta tese de dissertação, agradeço a sua disponibilidade, atenção, as experiências partilhadas e todos os conhecimentos transmitidos.

A todas as crianças e jovens que constituem a amostra desta investigação deixando um especial agradecimento àqueles com os quais tive o prazer de contactar pessoalmente e que comigo partilharam parte das suas vidas.

A todos os técnicos e instituições que aceitaram colaborar nesta investigação e que por isso mesmo dispensaram algum do seu precioso tempo na administração dos instrumentos a várias crianças e jovens.

À Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira onde realizei estágio curricular, agradeço tudo que partilharam comigo, tudo que me permitiram experienciar e por terem tornado esta experiência tão especial.

Aos colegas com os quais ao longo destes últimos cinco anos, partilhei experiências, dúvidas e conhecimentos.

A todos, Muito Obrigada!

RESUMO

A presente dissertação debruça-se sobre a problemática da exposição de crianças à violência interpaparental e a forma como as mesmas percebem o problema. A visibilidade crescente que este fenómeno tem adquirido ao longo dos últimos anos é deves importante para uma maior e melhor compreensão da problemática em causa, contudo, é ainda insuficiente se se tiver em conta o impacto que tal experiência poderá ter no ajustamento psicológico da criança que a ela está exposta. Para a compreensão do fenómeno da violência interpaparental é importante perceber-se a relação existente entre a violência sobre o cônjuge e a vitimação da criança sendo igualmente relevante ter em conta que apesar do impacto devastador que a exposição poderá ter no ajustamento da criança, existem algumas variáveis mediadoras fundamentais para avaliar os efeitos desta exposição (Capítulo I). Existe uma vasta gama de teorias que demonstram, segundo a sua perspectiva que a violência interpaparental tem impacto no ajustamento da criança que a ela está exposta (Capítulo II). A investigação realizada (Capítulo III), que usou complementarmente metodologias quantitativa e qualitativa, caracteriza-se pela execução de dois estudos, um primeiro que fez uso de instrumentos nacionais (E.C.C.V; S.A.N.I e C.P.I.C) que permitiram comparar dois grupos de crianças (GI e GII) avaliando o seu contexto familiar, as crenças das crianças relativamente à violência em geral e as percepções e interpretações destas acerca dos conflitos interpaparentais e um segundo que pretendeu conhecer em profundidade a experiência subjectiva de dois jovens com história de exposição à violência interpaparental durante vários anos. Os resultados sugerem que muitas das crianças expostas à violência interpaparental são também alvo directo de comportamentos abusivos no seu seio familiar (S.A.N.I). Analisando cada factor individualmente da escala E.C.C.V constata-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das crenças sobre a violência entre crianças expostas e não expostas à violência interpaparental. Relativamente ao nível das percepções evidenciadas pelas crianças que constituem o grupo de risco e as que compõem o grupo normativo foram encontradas em termos globais diferenças estatisticamente significativas. O estudo de caso permitiu comparar as percepções de dois jovens expostos durante vários anos à violência interpaparental.

ABSTRACT

This thesis focuses on the set of problems posed by the exposure of children to the interparental violence and the way they perceive it. The growing visibility that this phenomenon has been acquiring throughout the last few years is too important for a greater and better insight of the referred set of problems. However, this is still not enough, when considering the impact that such experience may have in the psychological adjustment of the child exposed to such violence. In order to understand the interparental violence phenomenon, it is important to apprehend the connection between the violence towards the spouse and the victimization of the child, being equally relevant to consider that, despite the devastating impact that such exposure may have in the adjustment of the child, there are some fundamental mediating variables to assess the effects of this exposure (Chapter I). There is a wide range of theories that show, according to their perspective, that the interparental violence has an impact in the adjustment of the child exposed to it (Chapter II). The held research (Chapter III), that used in addition qualitative and quantitative methodologies, is characterized by the accomplishment of two studies – a first study used national instruments (E.C.C.V.; S.A.N.I. and C.P.I.C.), allowing to compare two groups of children (GI and GII), assessing their family context, the children's beliefs concerning violence in general and their perceptions and interpretations about the interparental conflicts; a second study that intended to deeply understand the subjective experience of two youngsters who have been exposed to interparental violence for several years. The results suggest that many of the children exposed to interparental violence are also a direct target of abusive behaviours in their family environment (S.A.N.I.). Analyzing individually each factor of the E.C.C.V. scale, one can notice that there are not any statistically significant differences at the level of beliefs about violence between children exposed to interparental violence and children not exposed to it. Regarding the level of perception shown by the children of the risk group and the ones of the normative group, statistically significant differences were found overall. The case study allowed comparing the perceptions of two youngsters exposed to interparental violence for several years.

ÍNDICE

Índice de Figuras e Tabelas

INTRODUÇÃO 1

PARTE I- Conceptualização do fenômeno da violência interparental

Capítulo I – A violência interparental na vida das crianças	4
1.1. O fenômeno da violência doméstica	5
1.2. Relação entre a violência sobre o cônjuge e a vitimação da criança	7
1.2.1. Prevalência de crianças expostas à violência interparental	11
1.3. A construção da violência interparental pela criança no contexto familiar	13
1.4. O impacto da violência interparental nas crianças	14
1.5. Variáveis mediadoras do impacto da violência interparental	19
1.6. Síntese conclusiva	28
Capítulo II – Perspectivas teóricas do fenômeno da violência interparental	29
2.1. Modelos de aprendizagem	30
2.1.1. Hipótese do Ciclo da Violência	30
2.1.2. Hipótese da Disrupção familiar de Jaffe, Wolfe e Wilson (1990)	32
2.2. Modelo de cariz cognitivo	34
2.2.1. O modelo Cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990)	34
2.3. Modelo de cariz emocional	36
2.3.1. O modelo da Segurança Emocional de Cummings e Davies (1994)	36
2.4. Síntese Conclusiva	40

PARTE II – Estudos sobre a violência interpapental

Capítulo III – Crenças e percepções das crianças sobre a violência	42
3.1. Metodologia	42
3.2. Objectivos	43
3.3. Método	43
3.3.1. Participantes	44
3.3.2. Instrumentos	45
3.3.3. Procedimentos	48
3.4. Apresentação dos resultados	49
3.4.1. Estudo comparativo	49
3.4.1.1. O ambiente familiar das crianças do GI e GII	49
3.4.1.2. As crenças das crianças do GI e GII sobre a violência	52
3.4.1.3. As percepções das crianças do GI e do GII sobre a viol. interpapental	53
3.4.2. Estudo de caso: crianças expostas à violência interpapental	54
3.4.2.1. Análise de conteúdo	56
3.4.2.2. Análise às escalas: S.A.N.I; E.C.C.V e C.P.I.C	67
3.5. Discussão dos resultados	72
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	94

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1.1. Modelo Ecológico para compreender a violência (Casique & Furegato, 2006)	7
Quadro 1.1. Potencial impacto da exposição de uma criança à violência interparental atendendo a cinco estádios de desenvolvimento (adap. Cunningham & Baker, 2004) .	21
Figura 2.1. Modelo Cognitivo-Contextual (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001, p.160)	35
Figura 2.2. Modelo teórico sobre o papel mediador na segurança emocional na relação entre o funcionamento marital e o ajustamento psicológico da criança (Davies & Cummings, 1998)	37
Figura 2.3. Modelo Teórico da Segurança Emocional – Revisto (Harold, Shelton, Goeke-Morey, Cummings, 2004)	38
Tabela 3.1. Distribuição da amostra em função da idade, género e escolaridade	44
Tabela 3.2. Teste T <i>Student</i> para amostras independentes relativos ao total e factores da SANI em função dos grupos (GI e GII)	50
Tabela 3.3. Estatística descritiva para as situações de vitimação detectadas no G I ...	51
Tabela 3.4. Teste T <i>Student</i> para amostras independentes relativos ao total e factores da ECCV em função dos grupos (GI e GII)	52
Tabela 3.5. Teste T <i>Student</i> para amostras independentes relativos ao total e factores da CPIC em função dos grupos (GI e GII)	53

Tabela 3.6. Distribuição dos resultados dos jovens na Escala S.A.N.I – tipologias de abuso e vítimas de abuso.....	68
Tabela 3.7. Notas totais obtidas pelos jovens por cada factor na E.C.C.V .	70
Tabela 3.8. Notas totais obtidas pelos jovens nas subescalas da C.P.I.C .	71

INTRODUÇÃO

Os diversos efeitos da exposição por parte das crianças ao conflito interparental têm sido ao longo dos últimos anos alvo de atenção por parte da comunidade científica, contudo em Portugal há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita ao estudo desta problemática. Um dos grandes entraves à realização de estudos dedicados ao fenómeno da exposição de crianças à violência interparental, prende-se, de certa forma, com o facto de não existirem dados concretos acerca da prevalência deste fenómeno, que permitam assim, perceber mais ou menos quantas crianças vivenciam a violência em suas casas. Contudo, a comunidade científica não deve assumir uma postura de aceitação desta realidade, mas sim ver nela um estímulo para a realização de estudos que se debrucem ora com a questão da prevalência/incidência deste fenómeno, ora com o impacto que a exposição à violência interparental tem nas crianças ou com o modo como elas constroem a sua própria realidade que se desenvolve em torno da violência.

Apesar de existir uma grande variedade de aspectos que podem e devem ser alvo de atenção por parte da comunidade científica no que respeita ao fenómeno da exposição violência interparental, este estudo pretende dar um pequeno contributo para uma maior compreensão da problemática em causa, sobretudo a respeito das crenças que estas crianças têm sobre a violência em geral e, mais especificamente, as suas percepções acerca dos conflitos interparentais. A escolha desta problemática como base para a presente investigação prendeu-se com o facto de se ter contactado diariamente com esta realidade durante o estágio curricular que foi desenvolvido na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (CPCJ). Apesar de ter sido possível o contacto com as diversas problemáticas, a maior parte do tempo foi dedicado ao contacto com famílias pautadas pela existência de violência.

O presente trabalho divide-se em duas partes, sendo que na primeira, nos dedicamos a debater teoricamente o fenómeno da violência interparental e o impacto que o mesmo tem nas crianças e jovens que a ele assistem, dedicando a segunda parte aos estudos empíricos (quantitativo e qualitativo) relacionados com a análise das crenças e percepções de crianças e jovens sobre a violência.

Na primeira parte, mais teórica, o capítulo I pretende sensibilizar para o fenómeno que é a violência interparental (VI) tendo-se procurado relacionar a exposição por parte da criança ao conflito conjugal a uma forma de vitimação ainda que, por vezes, indirecta. Apesar dos poucos estudos realizados sobre este fenómeno no que concerne à sua prevalência, apresentam-se também neste capítulo alguns resultados de investigações que dão conta que este fenómeno é algo que ocorre num número significativo de lares, merecendo por isso mesmo toda a atenção por parte da comunidade científica (não só pela frequência com que ocorre mas também pelo impacto que tem na vida das crianças expostas à VI). É explicado neste capítulo a forma como as crianças expostas ao conflito interparental constroem esta sua realidade, e o impacto que a mesma tem no seu ajustamento psicológico, sendo também feita referência a algumas variáveis mediadoras que poderão contribuir para a minimização do impacto negativo que tal experiência tem para as crianças que a vivenciam. No segundo capítulo apresentam-se algumas (das várias existentes) abordagens teóricas acerca do conflito interparental e o modo como este, de acordo com cada perspectiva apresentada, afecta o ajustamento psicológico da criança que ele está exposta.

Na segunda parte, dedicada aos estudos empíricos, temos o terceiro capítulo, no qual se apresenta o plano de investigação descrevendo-se os objectivos, a metodologia e o método, explicitando quais os participantes, os instrumentos utilizados e procedimentos levados a cabo. Neste capítulo apresentam-se, também, os resultados dos estudos desenvolvidos: primeiramente os dados obtidos no estudo quantitativo que pretendeu comparar dois grupos de crianças (GI – crianças expostas à violência interparental e GII - crianças sem experiência de exposição à violência interparental) relativamente quanto às crenças que estas têm sobre a violência em geral e quanto às percepções que formulam acerca dos conflitos interparentais; posteriormente, os dados provenientes de um estudo de caso, realizado junto de dois jovens (um rapaz e uma rapariga) com história de exposição à violência interparental durante vários anos, os quais tinham igualmente integrado o GI, tendo ambos um processo de promoção e protecção numa CPCJ. Após a discussão dos dados obtidos, encaminhamo-nos para a finalização deste trabalho, no qual são discutidas as principais conclusões, reconhecidas as limitações e salientados eventuais contributos para futuras investigações nesta área.

PARTE I

Conceptualização do fenómeno da violência interparental

Capítulo I – A violência interparental na vida das crianças

A violência interparental é um fenómeno preocupante uma vez que ameaça seriamente a saúde e bem-estar das crianças que a testemunham (Fantuzzo, De Paola, Lambert, Martino, Anderson & Sutton, 1991; Sudermann & Jaffe, 1999). Na década de 70 foram vários os livros publicados fazendo referência à violência praticada pelos homens sobre as suas esposas, contudo, nesta altura pouca importância era dada ao impacto que este tipo de fenómenos tem nas crianças que testemunham a violência em casa (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). Durante muito tempo estas crianças, expostas à violência interparental, eram menosprezadas, encaradas como vítimas invisíveis (Osofsky, 1995)

Ainda não existe na comunidade científica um consenso relativamente aos conceitos, definições e terminologias relacionadas com a exposição de crianças à violência interparental o que se traduz num entrave à realização de estudos sobre esta problemática (Graham-Bermann, 1998). Esta falta de consenso dificulta entre outros aspectos, por exemplo, o acesso a dados relativos à prevalência de crianças expostas à violência interparental (Overlien, 2010). Sendo por vezes difícil estudar esta problemática devido por exemplo à dependência dos relatos dos próprios pais, poderá tornar-se complicado a criação de programas de prevenção e intervenção eficazes e adequados dirigidos às crianças. Em Portugal existe um longo caminho a percorrer no que respeita à vitimação infantil, especificamente à vitimação indirecta, como é o caso das crianças expostas ao conflito interparental, sendo contudo importante salientar os trabalhos realizados por Sani (2002a; 2003; 2006a; 2007a) que tem dedicado a sua carreira ao estudo desta problemática e ao impacto que a mesma tem nas crianças que a experienciam.

1.1 O fenómeno da violência doméstica

A violência doméstica é legalmente definida como crime à luz do artigo 152º do Código Penal Português (Lei 59/2007, de 4 de Setembro), sendo considerado um crime público. Tal significa que deixa de depender exclusivamente da vítima a participação do crime, bastando ao Ministério Público ter conhecimento da sua ocorrência para que se dê início ao procedimento criminal, instauração de um inquérito, procedimento à investigação dos factos, até que seja lavrado um despacho de encerramento (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

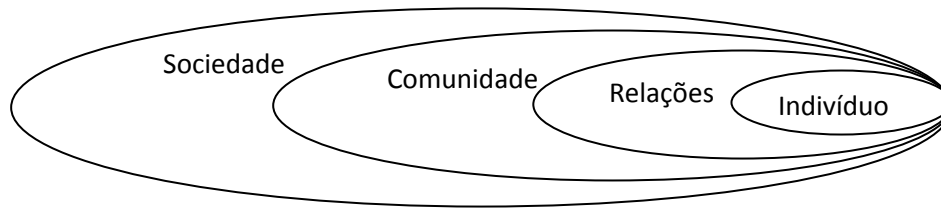
A violência doméstica é actualmente considerada um problema que interfere com a qualidade de vida, de paz social e de saúde pública (Antunes, 2002; Fantuzzo & Mohr, 1999; Zanoti-Jeronymo, Zaleski, Pinsky, Caetano, Figlie & Laranjeira, 2009) e, apesar de contemplar diversas formas de vitimação (e.g. maus tratos infantis, violência sobre idosos), normalmente diz respeito à violência existente entre dois adultos com uma relação de intimidade (Fantuzzo & Mohr, 1999; Vuong et al., 2009) um como vítima e outro como perpetrador da violência (Margolin & Vickerman, 2007), estando, ainda que nem sempre, mas habitualmente a mulher na posição de vítima e o homem desempenhando o papel de agressor (Cunningham & Baker, 2007). São várias as formas do exercício da violência doméstica das quais se destacam atitudes como, coagir e ameaçar; intimidar; maus tratos emocionais, psicológicos e verbais; isolamento social; minimizar, negar e condenar; instrumentalizar os filhos; controlo económico e violência sexual (Antunes, 2002; Manita et al., 2009; Matos, 2002).

No que respeita à realidade portuguesa é difícil aceder a dados concretos relativamente à incidência e prevalência dos maus tratos praticados sobre a mulher (Matos, 2002). São inúmeros os entraves de dificultam o acesso a valores aproximados da real incidência e prevalência desta problemática. Alguns destes entraves relacionam-se com a vergonha, a proximidade da relação vítima-ofensor, o sentimento de impotência das vítimas, o desconhecimento que as mulheres vítimas de violência têm acerca dos seus próprios direitos (Manita et al. 2009, Matos 2002). Para além destes aspectos, Carvalho (2006) salienta o facto da violência doméstica nem sempre ser percebida pelas vítimas como tal.

De acordo com Carvalho (2006) os crimes são uma realidade jurídica, definidos pela lei, são igualmente uma realidade definida e construída socialmente. Em Portugal apenas a partir da década de 80 é que o fenómeno da violência doméstica passou a ser encarado como um problema social (Dias, 2000). A construção da violência doméstica como um problema social e científico fez com que este fenómeno adquirisse uma maior visibilidade, tendo esta evoluído de forma progressiva (Fantuzzo, et al., 2000; Matos, 2006). Esta maior visibilidade da violência doméstica deve-se a diversos factores, nomeadamente uma maior sensibilidade e intolerância social perante comportamentos vistos como violentos (Dias, 2000; Matos 2002); maior consciencialização e possibilidade da mulher poder exercer os seus direitos individuais (Matos, 2002); o facto da comunidade pediátrica juntamente com profissionais de outras áreas terem contribuído para se que tornasse público os maus tratos a crianças infligidos pela sua própria família; o trabalho de diversas Organizações Não Governamentais que por meio de estratégias de apoio e intervenção conferem uma maior visibilidade à vitimação de mulheres no contexto das relações conjugais; os meios de comunicação que ao colocarem o fenómeno da violência doméstica em destaque promovem uma maior sensibilização pública para esta problemática (Dias, 2000; Manita et al., 2009; Matos, 2002); a existência de profissionais com uma formação mais adequada que fazem parte dos serviços sociais de apoio e protecção à vítima (Dias, 2000).

O modelo ecológico é o modelo recomendado pela Organização Mundial de Saúde para a compreensão do fenómeno da violência (Casique & Furegato, 2006). De acordo com os mesmos autores, este modelo permite clarificar a relação entre comportamentos aprendidos com o padrão habitual das situações de violência doméstica (comportamento agressivo por parte do homem e comportamento passivo por parte da mulher). Segundo Casique e Furegato (2006) o modelo ecológico assenta em quatro níveis (cf. Figura 1.1.) que pretendem analisar tanto os factores que influenciam o comportamento humano como os factores que aumentam a probabilidade de as pessoas se envolverem em actos violentos como vítimas ou agressores.

Figura 1.1. Modelo Ecológico para compreender a violência (Casique e Furegato, 2006)



De acordo com os mesmos autores, num primeiro nível destacam-se os factores biológicos e características pessoais do sujeito, como é o caso da idade, sexo, nível sócio-económico, presença de transtornos psíquicos ou de personalidade; num segundo nível encontram-se as relações mais próximas mantidas entre amigos, entre o casal, família, tendo-se verificado que lidar com amigos que cometam actos violentos, aumenta a probabilidade de um jovem cometer actos violentos ou ser vítima dos mesmos; no terceiro nível destacam-se os contextos comunitários nos quais se desenvolvem as relações sociais, como é o caso do local de trabalho, escola, vizinhança, podendo as características destes ambientes aumentar a probabilidade de ocorrerem actos violentos. Por fim, o quarto nível é referente aos factores inerentes à própria estrutura da sociedade. São estes factores que favorecem ou inibem a ocorrência de violência. Neste nível encontram-se factores que contribuem para manter as desigualdades entre grupos como é o caso de políticas sociais, económicas e educativas.

1.2 Relação entre a violência sobre o cônjuge e a vitimação da criança

Durante muito tempo as crianças expostas à violência doméstica eram consideradas vítimas invisíveis (Osofsky, 1995), esquecidas, escondidas, silenciosas (Holden, 1998) contudo a existência de crianças expostas a violência interpaparental não se trata de facto de um fenómeno novo mas sim algo recente no que respeita ao estudo desta problemática por parte da comunidade científica (Sani, 2002a). De acordo com Sani (2006) a exposição de crianças à violência interpaparental tornou-se um desafio para

serviços sociais e de saúde sendo alvo de grande preocupação a partir do momento em que se começou a perceber a existência de uma relação entre testemunhar a violência e ser paralelamente vítima de outros tipos de maus tratos. De facto, tem havido uma maior consciência de que as crianças são também afectadas por aquilo a que assistem, testemunham em casa, sendo que o mais terrível deste tipo de experiências são as que envolvem o abuso praticado pelo pai ou pela mãe (Sudermann & Jaffe, 1999).

As expressões “exposição à violência” ou “testemunho de violência” são usadas ao longo deste estudo como sinónimos, sendo utilizadas para descrever a experiência de ver, ouvir ou conviver de forma próxima com situações violentas (Sani, 2002b). São vários os significados utilizados para definir “violência familiar”, sendo que na sua forma mais básica diz respeito aos comportamentos violentos que ocorrem em casa e são dirigidos a uma ou mais pessoas (Kashani & Allan, 1998) e que podem incluir diversas formas de abuso, nomeadamente físico, sexual, verbal e emocional entre adultos, sendo estas formas de abuso na maior parte das vezes vistas ou ouvidas por uma ou mais crianças que residam nessa casa (Edmond, Fitzgerald & Kracke, 2005; Jaffe, Crooks & Bala, 2006).

Focando especificamente a expressão “violência interparental”, esta traduz o modo como a criança pode ver os actos dirigidos da mãe ao pai e vice-versa e o modo como pode ser afectada por ambos ainda que de diferentes formas (Cunningham & Baker, 2004). Este tipo de violência que ocorre no seio familiar nomeadamente o abuso psicológico/emocional praticado por um membro da família em relação a outro, tem sido alvo de uma maior atenção nos últimos anos, contudo, ainda insuficiente tendo em conta o impacto que tais actos abusivos têm sobre a criança (Kashani & Allan, 1998). De forma a dar uma maior visibilidade a este fenómeno da exposição de crianças e jovens à violência interparental, há que (cada vez mais) quando se abordam fenómenos como a violência doméstica, dedicar especial atenção ao elemento mais frágil que dela emerge, a criança (Canha, 2008). Por razões óbvias a criança é de todos os elementos que constituem o seio familiar, aquele que apresenta maior vulnerabilidade pelas suas características próprias, por ser mais pequena, frágil, dependente e indefesa (Canha, 2008).

O testemunho por parte de crianças a situações de violência pode ser feito directamente, quando está num canto a ouvir, quando estão no quarto a tentar dormir, ou observando no dia a seguir as marcas que ficaram da violência (Cunningham & Baker, 2007; Jaffe et al., 1990; Sani, 2002a) ou quando têm “apenas” conhecimento que um dos seus progenitores exerce sobre o outro algum tipo de violência (Baker, Jaffe, Ashbourne & Carter, 2002). O facto de as crianças no dia seguinte verem os hematomas ou lesões resultantes do acto agressivo pode levá-las a experienciar diversas reacções emocionais como medo, mágoa e intimidação (Jaffe et al., 1990)

As crianças expostas à violência interpaparental são consideradas vítimas indirectas, contudo, igualmente vulneráveis (Coutinho & Sani, 2008a; Fantuzzo, et al., 2000). Esta designação de vítimas indirectas está relacionada com o facto de estas crianças serem frequentemente denominadas como “testemunhas”, o que transmite a ideia de que assumem um papel passivo em toda a situação (Cunningham & Baker, 2004). Contudo, se se analisar o real papel destas crianças e jovens nesta convivência com a violência, é possível verificar-se que esta “passividade” pode ser facilmente colocada em causa. Estas crianças e jovens que convivem diariamente com a violência são compelidos a interpretar, prever e avaliar em que medida são causadores de violência, sentem-se forçados a preocuparem-se com as consequências da violência e a tomarem medidas para que assim se possam proteger física e emocionalmente (Cunningham & Baker, 2004). À medida que crescem assumem por vezes um papel ainda mais activo quando tentam prevenir ou intervir nas situações de violência (Cunningham & Baker, 2004) tentando muitas vezes defender e proteger o progenitor que é vítima.

Uma vez que grande parte das vezes as crianças expostas à violência interpaparental, são “apenas” vítimas indirectas deste tipo de abuso, não sofrendo aparentemente um mau trato “visível” dirigido a si mesmas, foi durante muito tempo difícil enquadrar estas crianças em algum tipo de mau trato. Contudo, é actualmente sabido que uma criança poderá ser emocionalmente abusada (Cunningham & Baker, 2007). Hoje em dia já se considera que uma criança que esteja exposta à violência interpaparental (sem se considerar outro (s) tipo(s) de mau(s) trato (s) associado(s)) é uma criança vítima de mau trato emocional/psicológico. O mau trato emocional, designado também como mau

trato psicológico (Cunningham & Baker, 2007) traduz-se em traços gerais na incapacidade de se proporcionar à criança um ambiente familiar harmonioso, tranquilo, onde predomine o bem-estar emocional e afectivo (Canha, 2008) sendo facilmente perceptível que este ambiente é algo grande parte das vezes característico de lares onde se vivenciam situações de violência doméstica. Ainda nesta falta de harmonia e tranquilidade, podem encontrar-se diversos comportamentos dos pais relativamente aos filhos: ausência de afecto, atitudes recriminatórias, humilhações verbais constantes (Canha, 2008), ignorar, rejeitar, ameaçar, insultar, atribuição excessiva de responsabilidades à criança (Nesbit & Karagianis 1987 cit. Kashani & Allan, 1998) e outros tipos de situações de violência e conflito que promovem um ambiente de medo, terror (Canha, 2008). É fácil perceber que uma criança exposta à violência interparental, sinta frequentemente medo, por exemplo, em relação àquilo que lhe poderá acontecer bem como ao progenitor que é alvo de mau trato por parte do outro progenitor.

De acordo com Matos (2002) cerca de metade dos homens que agridem fisicamente as suas mulheres, agridem também os seus filhos, o que torna perceptível que a violência contra crianças surge muitas vezes relacionada com relações conjugais violentas. Quando se abordam fenómenos como o da exposição à violência interparental é importante referir que por vezes, as mães vítimas de violência doméstica podem ver comprometido o desenvolvimento saudável de uma relação com o (s) seu (s) filho (s) (Sani, 2008). Em alguns casos estas mães podem estar emocionalmente menos disponíveis e sensíveis para responder às necessidades dos seus filhos, porque, ao estarem tão preocupadas com a sua segurança e dos seus filhos tornam-se por vezes menos conscientes dessas mesmas necessidades (Osofsky, 1998).

Qualquer criança vítima de violência, independentemente de tipo de violência, deve ser alvo de grande preocupação, não só pela frequência (com que o mau trato ocorre) mas sobretudo pelas consequências que daí advêm (Canha, 2008)

1.2.1 Prevalência de crianças expostas à violência interparental

Para uma melhor compreensão do impacto da violência interparental na criança é fundamental o conhecimento da incidência e prevalência deste fenómeno (Fantuzzo, et al., 2000), contudo, como referido anteriormente, é bastante difícil ter-se uma noção mais ou menos real no que respeita à prevalência de crianças expostas à violência interparental.

Segundo Carlson (2000) esta dificuldade prende-se essencialmente com quatro factores: a) como a violência entre parceiros é definida operacionalmente (especificamente se a definição inclui violência tanto pela, como sobre a mãe), b) se inclui abuso tanto emocional, como abuso físico, c) o enquadramento temporal (ano passado vs. durante toda a vida), e d) o tipo de amostra estudada. Para além destes aspectos, Tolan, Gorman-Smith e Henry (2006) salientam outros aspectos nomeadamente a medição, métodos de amostragem e a comunicação utilizada nas investigações. Ainda sobre esta dificuldade em se aceder a dados relativos à prevalência e incidência de crianças expostas à violência interparental. Edleson (1999) defende ainda que um dos obstáculos prende-se com a dependência dos relatos dos pais da criança que testemunha o conflito interparental, tendo os pais tendência a subestimar o impacto da exposição (Osofsky, 1998), havendo muitos pais que acreditam que os seus filhos estão protegidos dos conflitos existentes entre eles (Edleson, 1999).

Apesar da escassez de estudos que se debruçam especificamente sobre a incidência e prevalência de crianças expostas à violência interparental são vários os estudos que demonstram que tal situação é uma realidade num grande número de famílias (Fantuzzo & Mohr, 1999; Groves & Fox, 2004; Pepler et al., 2000) e apesar de existirem estudos que defendem que situações de violência doméstica são mais prováveis em sociedades pobres e com elevados níveis de criminalidade (Groves & Fox, 2004) sabe-se que estas situações são transversais a qualquer estrato social e tipo sociedade.

Segundo Carlson (1984 cit. Jaffe et al., 1990) há uma média de dois filhos em 55% de lares considerados violentos. Estima-se que nos EUA em cada ano estejam expostas à

violência interparental cerca de 2,3 a 10 milhões de crianças (Carlson, 1984 cit. Carlson, 2000; Straus, 1991 cit. Rossman et al., 2000). Investigações mais recentes estimam que anualmente nos EUA cerca de 15.5 milhões de crianças estão expostas a este tipo de violência (pelo menos uma vez), sendo que em 7.7 milhões a violência praticada no seio familiar é considerada severa (McDonald, Jouriles, Ramisetty-Mikler, Caetano & Green, 2006). Um estudo realizado no Canadá (Sudermann & Jaffe, 1999) concluiu que 4 em cada 10 mulheres (cerca de 39%) vítimas de violência doméstica relataram que os seus filhos testemunharam também a violência.

Em Portugal ainda não existem dados que permitam ter uma noção no que concerne à prevalência de crianças expostas à violência interparental. Em 2007 o Inquérito Nacional “Violência de Género” concluiu que cerca de uma em cada três mulheres, com 18 anos ou mais, diz ter sido vítima no último ano, ou em anos anteriores de pelo menos um acto violento (Lisboa, 2009). Apesar de preocupantes e merecedores de toda a atenção estes valores não especificam a existência ou não de crianças expostas a esses actos violentos. De acordo com as estatísticas referentes ao ano de 2009 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) os crimes de violência doméstica totalizaram 90,3% dos crimes registados; destes 90,3%, 8,2% foram cometidos contra crianças (0-3 anos – 1%; 4-5anos – 0,9%; 6 -10 anos – 2,1%; 11-17anos – 4,2%) (APAV, 2009). Contudo, apesar de estes valores estarem registados, não transmitem a realidade, uma vez que nas suas estatísticas anuais, a APAV não tinha, pelo menos até ao ano 2009, em consideração a existência de filhos ou não das suas vítimas. Quer isto dizer, que o valor 8,2% diz respeito a crimes de violência doméstica cometidos directamente contra menores (vitimação directa), não permitindo assim saber dos 90,3% qual o número de vítimas que têm filhos, ou seja, fica-se sem saber, o número de crianças expostas à violência interparental (vitimação indirecta) (APAV, 2009).

1.3 A construção da violência interpaparental pela criança no contexto familiar

O ser humano age em função dos significados que constrói, resultantes da interação social que estabelece e que modelam o indivíduo em termos comportamentais, emocionais e cognitivos (Coutinho & Sani, 2008b).

A criança que testemunha a violência interpaparental sente necessidade de “perceber” e de dar significado a esta experiência. Esta violência em muitos casos é a única realidade que a criança conhece, tornando-se assim parte integrante da sua vida, do seu dia-a-dia (Eisikovits, Winstok & Enosh, 1998). Testemunhar violência interpaparental é uma experiência insuportável que exige da criança a árdua tarefa de reconstruir o significado da sua realidade, para assim conseguir tornar tolerável, aceitável, habitável. O facto de dar significado a esta experiência faz com que a criança consiga “afastar-se” um pouco da sua realidade o que leva a uma certa “domesticação” da violência (Eisikovits et al., 1998).

A exposição à violência interpaparental é uma experiência poderosa na medida em que irá influenciar fortemente a forma como a criança que a testemunha percebe a realidade (Eisikovits, et al., 1998), a visão por parte destas crianças de que o mundo não é seguro ou de que elas não são dignas de protecção poderá levá-las a sentirem-se desamparadas e em consequência disso desenvolverem auto-percepções negativas (Margolin & Gordis, 2004). Estas crianças sentem muitas vezes a necessidade de escapar da sua realidade. A capacidade de estar fisicamente num lugar e psicologicamente num outro pode ser algo inquietante mas pode tornar-se ao mesmo tempo algo extremamente versátil e flexível que ajuda a criança a viver de modo menos doloroso com situações stressantes (Goldblatt, 2003).

As crianças que coabitam diariamente com este tipo de ambiente doméstico, pautado pela existência de conflitos, podem desenvolver autopercepções mais negativas chegando a olhar para o mundo como um lugar hostil, comparativamente com crianças provenientes de famílias onde não predomina a violência (Jaycox & Repetti, 1993). A grande exposição e (por vezes) envolvimento em interações agressivas retiram à criança oportunidades de aprendizagens para saberem lidar com a raiva e o stress (Jaycox & Repetti, 1993).

A interpretação que a criança fará durante e após o acontecimento violento irá predizer numa fase posterior o seu ajustamento (Sani, 2002a). O modo como a criança exposta à violência interparental percebe tal experiência poderá justificar a presença ou ausência de certos sintomas, sendo importante referir que a construção que a criança faz acerca desta sua realidade, é produzida não só apenas a partir da percepção que a criança tem de si mesma, mas também da percepção que tem acerca do seu sistema familiar (Sani, 2002a).

De acordo com Coutinho e Sani (2008b) a criança à medida que vai crescendo consegue compreender melhor e lidar de modo mais adequado com os conflitos a que estão expostas, conseguindo regular mais eficazmente tanto as suas emoções como o seu comportamento.

1.4 O impacto da violência interparental nas crianças

Qualquer relação de intimidade caracteriza-se por um certo grau de conflito, contudo nem todas as expressões de conflito são stressantes para as crianças que a elas estão expostas (Grych & Fincham, 1990). Até porque, importa salientar que a exposição a determinados tipos de conflito pode ter um impacto positivo no sentido em que poderá promover na criança o desenvolvimento da capacidade de resolução de um problema (Benetti, 2006) bem como o desenvolvimento de estratégias de coping (Grych & Fincham, 1990). Contudo são inúmeros os estudos consistentes que demonstram a existência de uma relação entre o conflito conjugal e problemas de ajustamento por parte das crianças que assistem ao conflito (Katz, 2001) sendo várias as sequelas da violência doméstica para as crianças descritas na literatura (Silva et al., 2007).

As crianças são claramente sensíveis aos estímulos que caracterizam os conflitos conjugais (Cummings & Davies, 2002) e os efeitos prejudiciais da violência interparental, vão muito além da díade conjugal, tendo-se constatado que as crianças que são expostas à violência interparental apresentam índices mais elevados de problemas emocionais e comportamentais comparativamente a crianças que provêm de lares não-violentos (Rogers & Holmbeck, 1997; Eisikovits, et al., 1998).

A violência afecta as crianças mesmos que estas não sejam vítimas directas mas tenham uma estreita relação com a vítima (Margolin & Gordis, 2004). Contudo, se a criança para além de observar a violência interpaparental é vítima directa do abuso, o dano experienciado aumenta (Gewirtz & Edleson, 2004). Mesmo quando as crianças não são o alvo directo da agressão, o facto de estarem expostas à violência interpaparental poderá em muitos casos levar a exibição de sintomas semelhantes às crianças abusadas e negligenciadas (Stephnes, 1999; Sudermann & Jaffe, 1999). De acordo com Wolfe, Jaffe, Wilson e Zak (1985) e Sudermann e Jaffe (1999) apesar de a exposição à violência poder ter um efeito indirecto este é significativo no funcionamento das crianças. A criança é afectada não só de forma directa mas também indirectamente, através da interferência do ambiente violento no funcionamento familiar (Coutinho & Sani, 2008a). Quer isto dizer que a criança pode não ser vítima directa da agressão, mas uma vez que está frequentemente presente nos episódios de violência doméstica entre os pais irá ser naturalmente afectada por esses acontecimentos (Gewirtz & Edleson, 2004). Diversos estudos sugerem que crianças expostas à violência interpaparental tornam-se mais propensas a desenvolver, a curto ou longo prazo, dificuldades de adaptação (Wolfe et al., 1985). Um estudo realizado por Fantuzzo, DePaola, Lambert, Martino, Anderson, Sutton (1991) com um grupo de crianças em idade pré-escolar sugere a existência de uma relação directa entre o conflito interpaparental e problemas de adaptação por parte das crianças que testemunham violência interpaparental.

Conviver diariamente com um ambiente familiar pautado por violência e conflitos proporciona a aquisição de modelos de vida deformados, considerados responsáveis pela perturbação da relação entre pais e filhos e pela transmissão às gerações seguintes de mau-trato (Canha, 2008), algo que é defendido pela hipótese ciclo de violência. Testemunhar a violência interpaparental tem para as crianças efeitos intensos devido a diversos factores, nomeadamente, a proximidade e continuidade desta experiência traumática, bem como a importância que o contexto familiar tem para o desenvolvimento de uma criança (Sani, 2002b). As respostas da criança que testemunha situações de violência nas quais o pai agride a mãe variam consoante diversos factores como é o caso da idade, sexo, estágio de desenvolvimento e o papel da família,

separações, problemas económicos e sociais do agregado (Jaffe et al., 1990). Aliado a estes factores, destacam-se outros de grande importância, relacionados com o conflito, tipo de violência (Margolin & Gordis, 2004), frequência com que o conflito ocorre, a intensidade do conflito, o conteúdo do mesmo e por fim a resolução das interacções conflituivas (Grych & Fincham, 1990).

O impacto da exposição à violência interpaparental pode traduzir-se em reacções de externalização (e.g., hiperactividade, agressividade, irritabilidade) (Rossman et al., 2000; Sudermann & Jaffe, 1999) (desobediência, hostilidade) (Carlson, 2000) e reacções de internalização (e.g., depressão, ansiedade, isolamento social) (Rossman et al., 2000) (auto-estima, queixas somáticas) (Sudermann & Jaffe, 1999). Ainda sobre o impacto da violência interpaparental a literatura alista uma série de riscos para o desenvolvimento emocional, comportamental, social, cognitivo e físico das crianças (Carlson, 2000; Coutinho & Sani, 2008a; Cunningham & Baker, 2004; Eisikovits, et al., 1998; Margolin & Gordis, 2004; Summers, 2006)

No domínio emocional existem investigações recentes que salientam a importância da análise das expressões emocionais dos pais durante o conflito, como sendo algo que poderá ajudar a prever qual o efeito da violência interpaparental na criança (Cummings, Kouros & Papp, 2007). Ainda sobre o domínio emocional, sabe-se que as crianças expostas à violência interpaparental experienciam uma série de sentimentos, nomeadamente sentimentos de perda, raiva, tristeza, confusão, medo, insegurança (Eisikovits, et al., 1998), vergonha, ódio, angústia, ansiedade podendo mesmo resultar em quadros de depressão (Mullender, Hague, Iman, Kelly, Malos & Regan, 2002). Um estudo quantitativo realizado por Coutinho & Sani (2008b) com uma amostra de 9 crianças de ambos os géneros com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, acolhidas em Casas Abrigo há mais de dois meses demonstrou que a exposição à violência interpaparental desencadeou nestas crianças reacções emocionais e cognitivas intensas. As emoções sentidas por estas crianças, nomeadamente raiva, medo, revolta eram essencialmente o resultado da percepção de elevada ameaça bem como da percepção de reduzida eficácia para lidar com acontecimentos ameaçadores, imprevisíveis e incontroláveis (Coutinho & Sani, 2008b)

Existe uma relação entre a exposição à violência interparental e o desenvolvimento de problemas de comportamento (Jaffe et al., 1990). Ao nível do comportamento a criança pode tornar-se mais desobediente, agitada, agressiva nos seus relacionamentos, tornar-se violenta ou vítima nas suas relações de intimidade, fugir de casa de modo a escapar da sua realidade, envolvimento em comportamentos delinquentes (Carlson, 2000). Estes comportamentos apesar de mais frequentes nos rapazes, também se encontram num número significativo de raparigas (Sudermann & Jaffe, 1999). Um estudo realizado com crianças (dos 8 aos 11 anos), pais e professores, verificou que existe uma forte associação entre os conflitos familiares e problemas de comportamento das crianças que presenciam esses mesmos conflitos (Jaycox & Repetti, 1993). Neste estudo avaliaram-se também os comportamentos dos pais destas crianças, tendo-se concluído que os problemas de externalização dos pais estavam fortemente associado aos conflitos familiares, nas relações mãe-filho/pai-filho (Jaycox & Repetti, 1993). Um estudo realizado por Wolfe, Jaffe, Wilson e Zak (1985) com uma amostra de 198 crianças (dos 4 aos 16 anos) provenientes de famílias violentas e não-violentas procurou verificar a existência de problemas de comportamento e competências sociais destes dois grupos. De acordo com os autores referidos, os resultados indicaram que os filhos cujas mães eram vítimas de violência revelaram significativamente maiores problemas de comportamento e uma classificação inferior no que respeita às competências sociais comparativamente ao grupo de crianças não expostas à violência interparental.

A nível físico são frequentemente descritos na literatura como possível impacto da exposição à violência interparental, problemas de sono, de alimentação, podem tornar-se demasiado exigentes, chorar com facilidade e numa fase posterior, por exemplo na adolescência, poderão envolver-se em comportamentos aditivos, abuso de substâncias (Carlson, 2000).

O domínio cognitivo da criança exposta à violência interparental poderá ser afectado por exemplo no seu desempenho académico, na avaliação que a criança faz do conflito existente entre os pais, e nas suas atitudes (Carlson, 2000). Existem poucos estudos acerca das atitudes das crianças expostas à violência interparental e de acordo com

Jaffe, Wilson e Wolfe (1988 cit. Carlson, 2000) estas crianças tendem a evidenciar comparativamente a crianças não expostas mais atitudes pró-violentas. Apesar de existirem investigadores que defendem que a exposição à violência interpaparental se relaciona com um baixo rendimento escolar (Voung et al., 2009) uma vez que o excesso de preocupação dificulta a concentração nas actividades escolares (Sudermann & Jaffe, 1999) existem outros autores que reforçam a ideia de que não se devem ter baixas expectativas académicas relativamente a crianças expostas (Brancahnone, Fogo & Williams, 2004; Carlson, 2000). Um estudo levado a cabo por Brancahnone, Fogo e Williams (2004) teve como objectivo comparar dois grupos de crianças (expostas e não expostas à violência conjugal) sendo que os resultados não encontraram diferenças entre os dois grupos relativamente ao desempenho académico, nas duas disciplinas estudadas (Matemática e Língua Portuguesa). Este estudo encontrou apenas diferenças relativamente à avaliação da performance académica, tendo o grupo das crianças não expostas obtido uma pontuação mais elevada. No que respeita à avaliação que a criança faz do próprio conflito existente entre os pais, desenvolve-se frequentemente uma certa habituação por parte da criança o que faz com que, em muitos casos, o conflito entre os pais seja percebido pela criança como algo menos perturbador (Carlson, 2000).

A exposição à violência poderá também comprometer o desenvolvimento social da criança, na medida em que o facto de se sentirem tristes, ansiosas, preocupadas as poderá levar a adquirir estratégias agressivas nas suas relações interpessoais (Rossman et al., 2000; Sudermann & Jaffe, 1999), o que por sua vez não favorecerá a sua popularidade, podendo aqui advir, em casos mais extremos, um sentimento de rejeição (Sudermann & Jaffe, 1999)

Os sintomas evidenciados pelas crianças expostas ao conflito interpaparental dependem de diversos factores tais como, a cessação ou não do abuso, sentimentos de segurança da criança ou da mãe, duração e intensidade do abuso, tipo de estratégias de coping utilizadas crianças, outros pontos fortes bem como vulnerabilidades (Sudermann & Jaffe, 1999). O impacto da exposição ao conflito interpaparental pode ser modificado pelo próprio contexto familiar, pelos padrões de expressão do conflito podendo estes

aumentar ou minimizar as consequências da exposição à violência (Cummings & Davies, 1994) bem como o sentimento de segurança e estratégias de coping ou vulnerabilidades que a criança possa apresentar (Gewirtz & Edleson, 2004).

Embora o conflito conjugal seja um propulsor de problemas de comportamento infantil, nem todas as crianças expostas a este tipo de conflito desenvolvem problemas psicológicos (Cummings & Davies, 1994). Importa referir que uma criança exposta à violência interpaparental não tem inevitavelmente de revelar desajustamento psicológico, as respostas das crianças que vivenciam este tipo de violência podem variar desde a inexistência de sinais pertinentes do ponto de vista clínico até à psicopatologia (Coutinho & Sani, 2008a).

1.5 Variáveis mediadoras do impacto da violência interpaparental

Quando se fala no impacto que a violência interpaparental tem no ajustamento da criança que a ela está exposta, há que ter em conta que existem diversas variáveis mediadoras que permitem uma melhor compreensão acerca do modo com a exposição ao conflito influencia o ajustamento da criança. A relação existente entre a exposição à violência interpaparental e o impacto que tal exposição tem no ajustamento psicológico da criança é mediada por uma série de variáveis, que não devem ser percebidas numa perspectiva causal, devem sim permitir uma maior compreensão acerca do modo como interferem no ajustamento psicológico da criança, minimizando ou agravando o impacto da exposição (Coutinho & Sani, 2008b).

É possível dividir-se estas variáveis mediadoras em dois grupos. De um lado, aquelas que se encontram mais relacionadas com características individuais da criança e por outro lado as variáveis relacionadas com factores situacionais-contextuais (Grych, 1998). No que concerne às características individuais, as diferenças existentes entre as crianças têm sido vistas como factores de protecção ou de vulnerabilidades que podem por isso mesmo contribuir para um aumento ou decréscimo do impacto da exposição à violência interpaparental (Rossman et al., 2000; Sani, 2007a). Várias são as características

individuais descritas na literatura como podendo mediar o impacto da exposição à violência interpaparental por parte da criança, sendo feita referência frequentemente a aspectos como a idade, o género, o temperamento, a auto-estima, as capacidades cognitivas, estratégias de coping, as percepções e interpretações da própria criança (Sani, 2006d). Os factores situacionais incluem dois tipos, por um lado as variáveis situacionais que estão directamente relacionadas com a criança e que podem englobar entre vários aspectos as competências parentais dos pais, saúde mental dos pais e suporte social (Sani, 2006d) e por outro lado as variáveis contextuais relacionadas com os pais e o conflito existente entre ambos que englobam por exemplo, o local de ocorrência, frequência, intensidade, duração, conteúdo, resolução do conflito (Hughes & Luke 1998 cit. Sani, 2006d; Hughes & Graham-Bermann 1998 cit. Sani, 2006d).

Como variáveis individuais serão apresentadas a idade, o género, as estratégias de coping e a resiliência. De seguida explica-se a importância do suporte social, enquadrando-se esta nas variáveis situacionais. Por fim, relativamente às variáveis contextuais apresentam-se as descritas por Grych e Fincham (1990) com sendo das mais relevantes: frequência, intensidade, conteúdo e resolução do conflito.

Relativamente às variáveis individuais, especificamente a variável idade, para melhor se compreender o impacto da exposição à violência interpaparental na criança importa perceber em termos gerais quais os aspectos chave de cada estágio de desenvolvimento (pré-natal, até aos dois anos, idade pré-escolar, idade escolar e adolescência) e qual o impacto que a exposição tem no ajustamento da criança (Cunningham & Baker, 2004, 2007). É importante conhecer-se quais os aspectos chave de cada estágio de desenvolvimento para uma melhor compreensão do potencial impacto que a exposição ao conflito interpaparental poderá ter na criança (cf. Quadro 1.1.) (Cunningham & Baker, 2004).

Quadro 1.1. Potencial impacto da exposição de uma criança à violência interparental atendendo a cinco estádios de desenvolvimento (adaptado Cunningham & Baker, 2004)

	Aspectos chave do desenvolvimento	Potencial impacto
Pré-Natal	<ul style="list-style-type: none"> - Boa nutrição, baixo nível de stress, cuidado pré-natal - Segurança física /ausência de lesão traumática - Formação neurológica 	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo a nível financeiro ou situação de pobreza podem contribuir para uma má nutrição da mãe, e consequentemente do bebé; contacto tardio com cuidados pré-natais - Lesão no abdómen pode provocar aborto - Desenvolvimento intra-uterino comprometido devido as substâncias utilizadas como estratégias de coping
Até aos 2 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração do mundo à sua volta através dos sentidos - Estabelecimento de vinculações seguras - Exploração do mundo através do brincar - Aprendizagem das interacções sociais através do que ouve e observa na sua família 	<ul style="list-style-type: none"> - Sons e imagens associados à violência podem ser angustiantes - Os pais podem não conseguir responder de modo consistente às necessidades da criança o que poderá afectar negativamente o vínculo pais-filho - O medo e a instabilidade podem prejudicar a exploração do meio, e o brincar pode muitas vezes reproduzir as agressões observadas - Aprendizagem do uso da agressão através das interacções observadas
Pré-escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Aprendizagem de formas adequadas para expressar emoções - Formação de ideias sobre papéis de género - Aumento da independência física 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprendizagem de formas desadequadas para expressar emoções - Aprendizagem de que os papéis de género estão associados com a violência e vitimação - A instabilidade pode inibir a independência podendo levar a uma regressão nos comportamentos
Idade escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Maior consciência emocional do self e dos outros - Maior influência da escola, pares - Aumento da identificação com o mesmo sexo 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior consciência do impacto da violência em si e nos outros (e.g. segurança da mãe, pai poder ser preso) - Utilização da agressão como forma de interacção com os outros, aumento do risco de praticar bullying ou ser vítima - Aprendizagem de papéis de género relacionados com o abuso (e.g. homens perpetradores, mulheres vítimas)
Adolescência	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações físicas provocadas pela puberdade - Influência do grupo e aumento do desejo de aceitação - Curiosidade sobre questões relacionadas com a sexualidade e intimidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Podem tentar intervir fisicamente para parar com a agressão - Vergonha relativamente ao que vivem em casa, insegurança que pode torná-los mais susceptíveis a comportamentos de risco para impressionar os colegas - Dificuldade em estabelecer relações saudáveis, evitamento da intimidade ou relações prematuras

A idade é uma variável mediadora que não tem adquirido nas investigações resultantes muito consistentes no que respeita à aquisição de problemas de comportamento resultantes da exposição ao conflito parental (Grych & Fincham, 1990).

Do nascimento até aos dois anos de idade é fundamental o estabelecimento de vinculações seguras, relações de apego, que devido aos conflitos existentes entre os pais fica seriamente comprometida (Sudermann & Jaffe, 1999). Nesta fase, como resultado da exposição à violência interparental encontram-se frequentemente problemas relacionados com o sono, alimentação, instabilidade (Summers, 2006) e hipervigilância perante situações percebidas como ameaçadoras (Sudermann & Jaffe, 1999).

De acordo com Rossman, Hughes e Rosenberg (2000) crianças na primeira infância e em idade escolar evidenciam uma menor capacidade desenvolvimental para regular sentimentos e avaliar através de processos cognitivos o mundo à sua volta uma vez que estão muito dependentes dos estímulos dos seus progenitores e necessitam destes para compreender o significado dos acontecimentos o que as torna vulneráveis à exposição. Esta dependência das crianças mais novas em relação aos pais, como sendo algo que as torna mais vulneráveis às situações de violência doméstica é algo defendido também por Sudermann e Jaffe (1999). Nesta idade, de forma a minimizar o impacto é importante para a criança exposta à violência interparental perceber que não é culpa sua o que aconteceu (Cunningham & Baker, 2007). Um estudo realizado com 48 crianças dos 2 aos 6 anos conclui que as crianças mais velhas manifestam uma maior preocupação relativamente aos conflitos observados, procuram apoio social e tentam intervir no conflito de forma a protegerem as suas mães (Cummings, Pellegrini, Notariou & Cummings 1989 cit. Gewirtz & Edleson, 2004)

Em idade escolar (6 aos 11 anos) de acordo com Jaycox e Repetti (1993) as crianças nesta faixa etária expostas à violência têm uma maior probabilidade de terem percepções pobres sobre si mesmos e evidenciarem problemas de comportamento. Nesta fase tanto os rapazes como as raparigas vêem os seus pais como modelos, aprendendo com eles que a violência é um modo adequado de resolução de conflitos nas relações interpessoais (Jaffe et al., 1990). As crianças passam a identificar-se com o progenitor do mesmo sexo, aprendendo qual o papel do homem e da mulher na

sociedade, sendo esta aprendizagem distorcida, e criada em função do convívio que têm com a exposição à violência (Cunningham & Baker, 2007)

A adolescência se por um lado pressupõe uma maior maturidade comparativamente a idades inferiores, é também uma fase delicada tendo em conta todas as transformações que os jovens são alvo nesta fase. Apesar de ser uma fase em que ganham uma maior autonomia, necessitam igualmente de atenção e orientação (Cunningham & Baker, 2007). Nesta fase é frequente, adolescentes expostos à violência envolverem-se em comportamentos delinquentes, fugas de casa, sofrerem de depressão (Sudermann & Jaffe, 1999), comportamentos auto-destrutivos, como é o caso das tentativas de suicídio (Baker et al., 2002; Sani, 2002a). Apesar de alguns adolescentes se envolverem como referido em comportamentos delinquentes, existem outros adolescentes que assumem grandes responsabilidades numa tentativa de assegurarem a paz na sua família (Jaffe et al., 1990). É nesta fase que os jovens reforçam os seus relacionamentos íntimos, sendo que muitas vezes projectam os padrões aprendidos na sua família, reproduzindo comportamentos violentos ou passivos, tornando assim estas relações de intimidade, relações onde predomina a violência (Jaffe et al., 1990). Cummings e Davies (1994) justificam o facto de crianças mais velhas poderem estar mais afectadas com a exposição à violência interpaparental bem como poderem apresentar níveis mais elevados de psicopatologia com o facto de, por serem mais velhas, terem estado por isso mesmo mais tempo expostas aos conflitos.

No que respeita à variável mediadora género, tanto os rapazes como as raparigas evidenciam problemas comportamentais relacionados com a exposição à violência interpaparental (Grych, et al., 1992; Rossman et al., 2000). Encontram-se diferenças no que respeita à expressão da agressividade entre rapazes e raparigas, os rapazes tendem a serem mais agressivos, envolvendo-se por vezes em conflitos onde se servem da força física, as raparigas, apesar de menos agressivas, manifestam de modo indirecto a agressividade, expressando por exemplo verbalmente a sua hostilidade (Lisboa, Koller, Ribas, Bistencourt, Oliveira, Porciuncula & De Marchi, 2002).

Segundo Kerig (1998) os rapazes expostos à violência interpaparental tendem a evidenciar problemas de externalização (agressividade, impulsividade) uma vez que a percepção de ameaça os leva a adotar comportamentos de maior confronto, enquanto as raparigas tendem a evidenciar problemas de internalização, como ansiedade e depressão. As raparigas especialmente, assumem grande parte das vezes a responsabilidade de protegerem os seus irmãos mais novos, durante os actos violentos (Jaffe et al., 1990). Por vezes, os rapazes em idade escolar tendem a reproduzir o que vêem em casa, o desrespeito pela figura da mulher, faltando ao respeito por exemplo às suas professoras (Sudermann & Jaffe, 1999). De acordo com Cummings e Davies (1994) estes problemas de comportamento tendem a atrair mais a atenção no caso dos rapazes porque são mais evidentes que os problemas de comportamento das raparigas.

Relativamente ao coping este é definido como sendo um conjunto de estratégias que o ser humano utiliza para assim se adaptar a circunstâncias adversas (Antoniazzi, Dell’Aglío & Bandeira, 1998) e de acordo com Pais-Ribeiro e Santos (2001) o coping não é algo estável como os traços de personalidade, mas sim um processo que implica alterações baseadas nas avaliações e reavaliações contínuas que resultam das relações entre o indivíduo e o meio.

De acordo com Sani (2002a) o coping inclui não apenas as acções activas da criança, mas também as estratégias que são apenas pensadas, reflectidas. As estratégias de coping envolvem três componentes, emocional, cognitiva e física (Cunningham & Baker, 2007), e representam o esforço da criança para alterar a percepção de determinado problema ou alterar os seus estados emocionais (Margolin, Oliver & Medina, 2001) permitindo assim à criança lidar com as exigências internas e externas de um evento stressante a que esteja exposta. (Sani, 2002a). É possível categorizar as estratégias de coping em dois tipos: activas e passivas (Sani, 2002a). As estratégias activas focam-se no problema, sendo as respostas das crianças que se pautam por este tipo de coping, normalmente assertivas; por outro lado, as estratégias de coping passivo focam-se sobretudo na emoção e caracterizam-se por vezes numa distorção da realidade (Sani, 2002a). As crianças servem-se normalmente de estratégias de coping focados na

emoção, uma vez que têm ao seu dispor, comparativamente aos adultos, recursos menos sofisticados para lidar com eventos stressores (Lisboa et al., 2002).

Apesar de o coping permitir à criança exposta à violência interpaparental lidar mais eficazmente com o conflito existente entre os pais, é possível fazer-se uma distinção entre dois tipos de coping: o coping adaptativo e o coping desadaptativo. De acordo com Rossman, Hughes e Rosenberg (2000) as estratégias de coping utilizadas podem ser positivas ou negativas, quando analisadas a curto ou longo-prazo. Por exemplo, o abuso de substâncias pode ajudar a criança a lidar melhor num momento específico com determinado evento stressante, contudo, não é uma resposta saudável face à adversidade (Cunningham & Baker, 2004). Importa referir que o contexto influencia de modo significativo a forma como a criança lida com eventos stressores, sendo a violência doméstica um aspecto do microsistema familiar, pode favorecer a aquisição de estratégias de coping ineficazes, tendo em conta o modo como a exposição influencia os processos cognitivos e emocionais da criança (Lisboa, et al., 2002). A criança pode aprender estratégias de coping desadaptativo e estratégias de regulação emocional inadequadas o que pode levar a sentimentos de raiva e frustração que serão expressos nas suas interações sociais, prejudicando-as, resultando em casos mais extremos na rejeição por parte de amigos, colegas (Graham-Bermann, 1998).

Por fim, no que concerne à resiliência esta pode ser definida como sendo a capacidade que alguns indivíduos têm para responder de forma satisfatória a determinados desafios e dificuldades com os quais se deparam na sua vida, sem que a sua saúde mental e desenvolvimento sejam afectados (Machado, 2010).

De acordo com Gonçalves (2003) a resiliência é capacidade que uma criança revela para responder de forma adaptada a determinada adversidade, sem que tal interfira no seu desenvolvimento. Esta capacidade não deve ser interpretada como algo estático, rígido, inato, mas sim como algo evolutivo e que depende em grande medida da qualidade da interação entre pais-criança (Gonçalves, 2003). De acordo como mesmo autor é por isso essencial para proteger uma criança dos efeitos da violência, proteger a relação mãe-filho, uma vez que é nesta interação que a criança aperfeiçoa os mecanismos psicológicos necessários para o desenvolvimento da resiliência.

Os estudos sobre resiliência apontam para uma série de factores que funcionam como protectores para a criança exposta à violência interpaparental, apesar de todos os riscos envolvidos (Summers, 2006). Existem diversos factores de risco que poderão prejudicar o desenvolvimento da resiliência. Destes factores de risco, destacam-se como factores individuais o temperamento da criança, a ansiedade, baixa inteligência, problemas de saúde, baixo nível de tolerância à frustração; como factores familiares salientam-se problemas de saúde dos pais, conflito interpaparental, divórcio, práticas educativas rígidas ou incoerentes e por fim, como factores da comunidade destacam-se por exemplo, dificuldades económicas, problemas de habitação, envolvimento na criminalidade, abuso de substâncias entre outros (Coleman & Hagell, 2007).

No que respeita às variáveis situacionais, é sabido que a existência de uma rede de suporte social poderá reduzir o impacto negativo da exposição (Carlson, 2000; Margolin, et al., 2001; Sani, 2006d). Uma boa relação com os pais funciona como um factor de protecção face a eventos stressantes (Carlson, 2000). A comunidade desempenha um importante papel no que respeita ao auxílio que deve ser prestado a estas crianças e respectivas famílias. O suporte que a comunidade pode oferecer a estas crianças e famílias deverá passar pela prestação de serviços de protecção infantil, serviços de saúde que se relacionem por exemplo com a questão da saúde mental infantil, casas abrigo para acolher as mulheres vítimas de violência doméstica, serviços que defendem os direitos das mulheres, facilidade no acesso do casal a terapia conjugal, prestação de serviços jurídicos, programas de tratamento para agressores, entre outros (Cummings & Baker, 2007; Sudermann & Jaffe, 1999). As crianças expostas à violência interpaparental têm uma maior probabilidade de se tornarem mais resilientes em sociedades que lhes ofereçam os serviços referidos anteriormente e oportunidades de desenvolver relacionamentos positivos pró-sociais tanto com adultos como com os pais (Summers, 2006).

Acerca das variáveis contextuais serão apresentadas como anteriormente referido a frequência, intensidade, conteúdo e resolução do conflito. A exposição frequente de uma criança a episódios de conflito paparental como modo de relacionamento familiar contribui fortemente para que estas crianças apresentem elevados níveis de stress

(Benetti, 2006). Segundo Grych e Fincham (1990) o aumento de exposição ao conflito pode desencadear na criança dois efeitos opostos. Se por um lado, uma criança frequentemente exposta ao conflito poderá tornar-se de certa forma insensível a tal experiência, o que poderá resultar numa menor aquisição de problemas de comportamento, por outro lado, ocorrem situações em que a exposição frequente a conflitos pode desenvolver nessas crianças uma maior sensibilidade face a eventos stressantes, o que poderá levar a uma maior incidência de problemas de ajustamento (Grych & Fincham, 1990).

Relativamente à intensidade da expressão de conflito esta é algo que varia podendo caracterizar-se por situações de disputa relativamente calmas ou em alguns casos, chegar a envolver episódios de violência física, emocional ou verbal (Benetti, 2006; Grych e Fincham, 1990). De acordo com Sani (2006d) o conflito conjugal normalmente prolonga-se no tempo, tendo tendência a evoluir de forma evolutiva em termos abusivos. A intensidade dos episódios de conflito entre o casal relaciona-se assim com um aumento da frequência dos mesmos (Benetti, 2006). Ao nível do impacto, de acordo com Grych e Fincham (1990) os conflitos que envolvem agressão física são mais perturbadores para a criança, relacionando-se mais fortemente com problemas de comportamento comparativamente a formas menos intensas de conflito.

O conteúdo ou a razão do conflito é algo também importante para se compreender o impacto do conflito para a criança. Relacionado com o conteúdo do conflito encontra-se por vezes a falta de entendimento entre os pais sobre a educação infantil, o que leva a uma disciplina inconsistente. Esta falta de acordo entre os pais origina muitas das vezes conflitos entre os mesmos e conseqüentemente desencadeia problemas no ajustamento da criança (Grych & Fincham, 1990). Quando a criança percebe que a discussão entre os pais se prende, por exemplo, com o seu mau rendimento escolar, com o seu mau comportamento, é muito provável que se sinta em consequência disto culpada, envergonhada pela discussão dos pais.

Por fim, a questão da resolução do conflito é muito importante uma vez que poderá diminuir em grande medida o impacto negativo da exposição por parte da criança ao

conflito interpaparental (Cummings, 1998). A resolução do conflito para além de minimizar o impacto negativo, ajuda a reduzir a percepção de ameaça que o conflito pode ter para a própria criança, para a relação dos pais e para a própria família (Cummings, 1998). Pais que são capazes de resolver os conflitos existentes entre si fornecem aos seus filhos modelos positivos no que respeita à resolução de problemas o que leva ao desenvolvimento, por parte das crianças, de competências sociais e estratégias de *coping* (Grych & Fincham, 1990). Uma resolução pobre do conflito leva à predominância de um ambiente familiar pautado pela tensão o que acarreta uma maior probabilidade de ocorrer um novo conflito (Grych & Fincham, 1990). Importa referir que a resolução de conflitos de modo agressivo é vivenciada pela criança também como uma experiência violenta na medida em que transmite à criança a ideia de que a violência é um modo adequado de resolver problemas (Benetti, 2006). A exposição ao conflito interpaparental mal resolvido constitui para a criança um stressor, tornando-as mais vulneráveis, favorecendo assim a aquisição de problemas de ajustamento (Grych, et al., 1992).

1.6 Síntese conclusiva

A exposição de crianças a qualquer tipo de violência em particular à violência interpaparental deverá ser uma preocupação tanto para a comunidade científica, que deverá desenvolver estudos que permitam elaborar programas de prevenção e intervenção, mas também de todos os cidadãos, no sentido em que qualquer pessoa que tenha conhecimento de crianças expostas a este tipo de violência, deverão comunicá-lo às entidades competentes (e.g., CPCJ's, autoridades policiais, tribunal de menores).

São vários os efeitos negativos da exposição à violência interpaparental que poderão em casos mais extremos resultar em graves problemas de ajustamento psicológico. Contudo, nem todas as crianças expostas vêm o seu desenvolvimento afectado, prejudicado, existindo um número significativo de crianças que se servem destas experiências traumáticas para promoverem em si competências que as tornarão mais resistentes, permitindo-lhes lidar de forma mais adequada com situações adversas (Costa & Sani, 2007).

Capítulo II – Perspectivas teóricas do fenómeno da violência interparental

Foi somente a partir da década de 90 que se deu uma explosão de investigações e teorias que visavam compreender e explicar o impacto que alguns acontecimentos da vida da criança tinham no seu desenvolvimento e de que forma este impacto poderia aumentar a probabilidade de problemas de comportamento (Crockenberg & Langrock, 2001). É possível distinguir duas fases de investigação nesta área. A primeira geração de investigações, segundo Cummings e Davies (2002) pretendiam perceber qual o efeito do conflito conjugal do desenvolvimento da criança. A segunda geração de investigações que emergiu há mais de uma década, e de acordo com Benetti (2006) pretendia identificar quais os processos subjacentes aos efeitos do conflito conjugal no seio familiar, pretendendo mais especificamente, uma maior compreensão acerca do modo como as crianças expostas à violência interparental são afectadas. Esta alteração de perspectiva permitiu verificar que o padrão do conflito conjugal não reflecte apenas as características da interacção conjugal, mas também aspectos mais vastos da vida relacional familiar, afectando de forma distinta o desenvolvimento da criança (Benetti, 2006; Cummings & Davies, 2002).

Nos últimos anos têm surgido diversas teorias cujo objectivo é permitir uma maior e melhor compreensão acerca do comportamento da criança expostas à violência familiar, das quais se destacam as teorias comportamentais e cognitivo-comportamentais, que focam o processamento cognitivo e modelos de défice; teorias relacionados com o conceito e significado do trauma, com orientações sistémicas familiares e relacionais que discutem o significado da violência nas representações do *self* e do mundo e teorias que abordam os factores genéticos (Rossmo et al., 2000). Apesar do importante contributo de todas as teorias existentes para a compreensão do impacto da violência familiar, serão apresentadas, neste capítulo, apenas algumas, aquelas consideradas mais pertinentes para um conhecimento mais aprofundado da temática em estudo. As teorias apresentadas neste capítulo encontram-se organizadas consoante o aspecto chave sobre o qual se debruçam para explicar o impacto da exposição ao conflito interparental. Assim, as quatro teorias apresentadas encontram-se divididas por três grupos: modelos de aprendizagem do qual fazem parte a hipótese do ciclo da violência e a hipótese da

disrupção familiar de Jaffe, Wolfe e Wilson (1990); segue-se a apresentação de um modelo de cariz cognitivo, especificamente o modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990) e por fim, como modelo de cariz emocional é apresentado o modelo da Segurança Emocional de Cummings e Davies (1994).

2.1. Modelos de aprendizagem

2.1.1. Hipótese do Ciclo da Violência

A família sendo um agente de socialização primário é uma fonte de transmissão de valores e comportamentos essenciais às crianças e jovens para a vida em sociedade (Black, Sussman & Unger, 2010; Kalmuss & Seltzer, 1989).

A hipótese do ciclo da violência ou também designada como teoria da transmissão intergeracional da violência defende que os comportamentos violentos existentes entre os pais podem ser aprendidos pela criança que a eles assiste, sendo posteriormente reproduzido nas suas relações interpessoais.

Existem diversas teorias que pretendem explicar a relação entre a exposição à violência familiar e o ajustamento psicológico da criança que a ela assiste. A hipótese do ciclo da violência assenta na crença de que violência gera violência (Jaffe et al., 1990) e de os comportamentos violentos podem ser facilmente aprendidos e repetidos (Osofsky, 1995). A fundamentação teórica para a transmissão intergeracional da violência deriva da teoria da aprendizagem social (Hines & Saudino, 2002; O'Keefe, 1998; Rosen, Bartle-Harins & Stith 2001) e convencionou a ideia de que a violência entre parceiros íntimos é promulgada por pessoas que na sua família de origem testemunharam violência (Black et al., 2010). Esta teoria dá ênfase essencialmente a três conceitos: observação, imitação e modelagem (Osofsky, 1998). Segundo Bandura (1986) responsável para criação da teoria da aprendizagem social a maioria do comportamento humano é aprendido pela observação através de um processo denominado de modelagem. Esta perspectiva defende que é através desta observação que se dá a codificação (do que foi observado) tornando-se assim numa espécie de guia para

eventos futuros (Bandura, 1986). De acordo com esta perspectiva o comportamento violento é algo frequentemente assimilado e reproduzido (Graham-Bermann, 1998; Vuong et al., 2009)

Existem evidências empíricas consistentes no que respeita à transmissão intergeracional da violência (Black et al., 2010; Kalmuss & Seltzer, 1989) tendo sido esta hipótese proposta com a realização dos primeiros trabalhos de investigação dedicados a este tema na década de 60 (Cedrés & Méndez, 2000). Esta hipótese acarretando como referido em grande medida os pressupostos da teoria da aprendizagem social sugere assim que a criança que testemunha em casa violência vai aprender estes mesmos padrões violentos, tendo uma maior probabilidade (comparativamente a crianças não – expostas à violência interparental) de no futuro adoptar comportamentos semelhantes nos seus relacionamentos (Jaffe et al., 1990; Kashani & Allan, 1998; Lichter & McCloskey, 2004). A criança exposta à violência interparental pode passar a utilizar estratégias agressivas nos seus relacionamentos, não sendo estes relacionamentos apenas amorosos, mas sim nas suas interacções com os pais, irmãos, amigos (Pepler et al., 2000). Um estudo realizado por Black, Sussman e Unger (2010) com 223 estudantes universitários identificou nesta amostra uma percentagem significativa de jovens estudantes que se encontravam expostos à violência por parte de um parceiro íntimo, sendo que para além destes resultados, este estudo corroborou a ideia da transmissão intergeracional da violência.

Partindo da perspectiva da teoria da aprendizagem social, crê-se que os filhos imitam os comportamentos dos seus pais quando estes estão em conflito, desenvolvendo assim atitudes positivas face ao uso da violência para resolver problemas conjugais (Cedrés & Méndez, 2000) resultando numa maior probabilidade de no futuro as crianças expostas à violência interparental se tornarem vítimas de mau trato ou agressores (Casique & Furegato, 2006). Isto permite concluir que a teoria da aprendizagem social bem como a hipótese do ciclo da violência para além de focarem o uso da violência no futuro em crianças expostas à violência familiar, fazem também referência ao facto de estas crianças, em adultos, percepcionarem a violência (exercida por si ou por outra pessoa) como algo adequado, normativo para se resolver um problema.

De acordo com Rosen, Bartle-Harins & Stith (2001) os indivíduos que em criança para além de testemunharem a violência interparental são paralelamente vítimas directas (violência exercida pelo pai em relação ao filho) são mais susceptíveis de se tornarem perpetradores de violência nas suas relações de namoro. Isto demonstra que as relações de namoro podem ser fortemente influenciadas pelas experiências do sujeito na sua família de origem (Rosen et al., 2001).

No que respeita à hipótese do ciclo da violência, têm sido apontadas algumas críticas sobretudo pelo carácter simplista desta teoria, uma vez que a transmissão da violência não é algo inteiramente relacionado com a teoria da aprendizagem social (Hines & Saudino, 2002). Segundo Kaufman e Zigler's (1987 cit. in Margolin & Gordis, 2004) cerca de 70% das crianças expostas à violência interparental não se tornam adultos abusivos. De facto, de acordo com Widon (1989 cit. Hines & Saudino, 2002) a maior parte das crianças que experienciam o abuso na sua família de origem não se tornam perpetradores nas suas relações de intimidade futuras, enquanto algumas pessoas que na sua infância não vivenciaram situações de violência, tornam-se em adultos perpetradores de violência nas suas relações íntimas.

2.1.2. Hipótese da Disrupção familiar de Jaffe, Wolfe e Wilson (1990)

A hipótese da disrupção familiar salienta o facto da criança exposta à violência interparental fazer sucessivos esforços para tentar lidar de modo mais adequado com as alterações no seu seio familiar resultantes do conflito existente entre os pais (Jaffe et al., 1990).

O conflito conjugal visto como um factor de risco que contribui para o desajustamento da criança defende que o comportamento desta é melhor compreendido analisando as relações / interacções importantes para a criança (Margolin, et al., 2001).

A hipótese da disrupção (ruptura) familiar deriva das teorias referentes à aprendizagem social bem como das teorias familiares sistémicas (Jaffe et al., 1990). As perspectivas familiares sistémicas retratam a família como um todo, como um sistema, sendo este

sistema resultado das relações/interacções entre os seus elementos (Relvas, 2000). Assim, a psicopatologia é compreendida à luz das perspectivas familiares sistémicas como sendo o reflexo dos processos que caracterizam determinada família ao contrário das perspectivas mais tradicionais que colocavam a tónica nos factores de personalidade individuais do sujeito (Margolin, et al., 2001)

De acordo com Margolin, Oliver & Medina (2001) o conflito marital é um factor de risco na medida em que é acompanhado de uma intensificação da intimidade e/ou rejeição na relação/interacção pais-criança tal como pelo desenvolvimento de comportamentos sintomáticos por parte da criança. As famílias desestruturadas são igualmente caracterizadas como famílias desorganizadas, sendo as suas relações com uma estrutura funcional algo inconsistente, indiferenciada e com pouca flexibilidade (Rossman et al., 2000)

Esta hipótese prevê que os eventos negativos que ocorrem no seio familiar vão interromper a rotina normal da criança (Jaffe et al., 1990). Estes eventos familiares negativos, stressantes, como por exemplo o mau trato dirigido à mulher, vão fazer com que a criança que assista a esses mesmos eventos tenha de enfrentar a ameaça de perigo iminente, o medo, obrigando-a também a aprender a lidar com o conflito em si bem como com tudo que com ele está relacionado (a ineficiência dos pais, ter de prestar auxílio aos irmãos) (Jaffe et al., 1990). A hipótese da disrupção familiar representa as dificuldades de ajustamento dos filhos de mulheres vítimas de violência, devido às suas excessivas tentativas para lidar com as profundas alterações que ocorrem no seu seio familiar como consequência da violência (Jaffe et al., 1990). Kashani & Allan (1998) consideram que famílias desestruturadas onde predomina a violência interparental tendem a apresentar níveis elevados de hostilidade, stress familiar e pessoal o que dificulta de acordo com Rossman, Hughes e Rosenberg (2000) ainda mais a aprendizagem e aquisição de novas estruturas organizacionais. Estes agregados tendem ainda a apresentar falhas relativamente à vinculação, apego seguro, havendo nestas famílias uma maior probabilidade de ocorrer abuso físico, tal como psicológico/emocional dirigido à criança (Dutton, 2000)

2.2. Modelo de cariz cognitivo

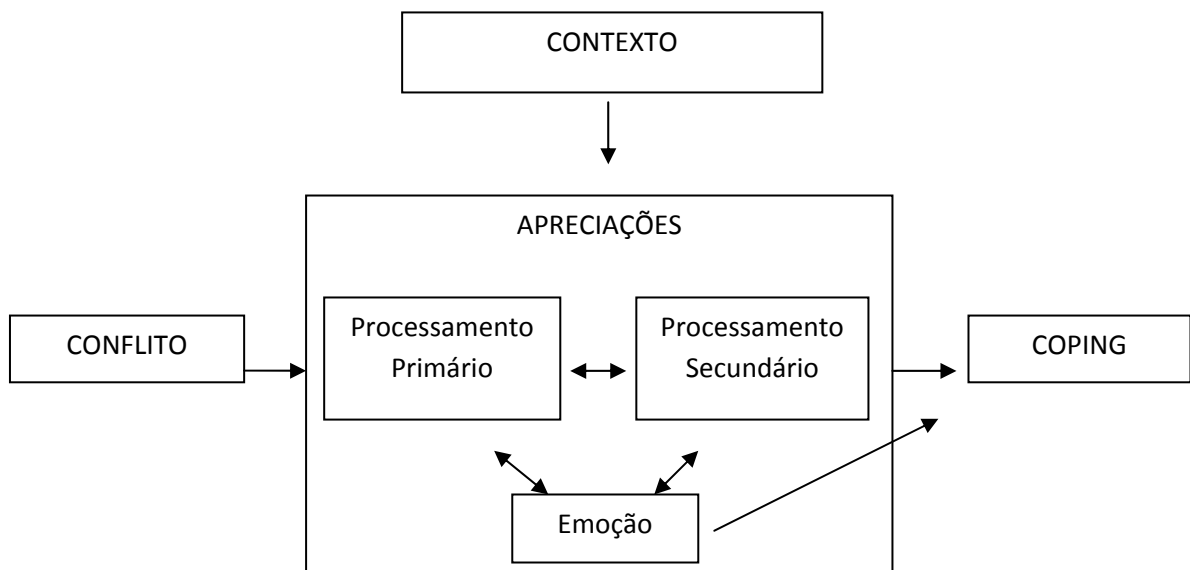
2.2.1. O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990)

O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990) é um modelo que tem desempenhado um importante papel no que respeita à orientação e investigação sobre a relação existente entre o conflito conjugal e o ajustamento da criança que a ele assiste (Dadds, Atinkson, Turner, Blums, Lendich, 1999). De acordo com o modelo cognitivo-contextual o impacto do conflito conjugal é mediado pela compreensão da criança sobre o próprio conflito (Dadds et al., 1999; Grych & Fincham 1990; Grych & Cardoza-Fernandes 2001) sendo esta moldada pela natureza do conflito, contexto, intensidade, duração, resolução, pela qualidade das relações pais-filhos, factores cognitivos e desenvolvimentais (Benetti, 2006; Grych & Fincham, 1990; McDonald & Grych, 2006). Este processo traduz-se numa tentativa por parte da criança em conseguir compreender as interacções e as implicações que estas têm tanto para si como para a sua família (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001).

Segundo este modelo as crianças quando observam o conflito interparental, avaliam em que medida esta situação afecta o seu bem-estar e da sua família, procurando também determinar se elas são ou não responsáveis pelo conflito ou se poderão contribuir para a resolução do mesmo (McDonald & Grych, 2006). Algumas das avaliações que as crianças fazem acerca do conflito interparental poderão levar ao desenvolvimento de certos problemas de ajustamento (Grych et al., 1992). Após a avaliação que a criança faz do conflito, esta poderá balançar entre atribuir a si a responsabilidade do conflito ou aos seus pais (Benetti, 2006). Quando uma criança acredita ser a responsável pelos conflitos existentes entre os pais, poderá em consequência disso, sentir-se culpada, envergonhada, atribuir a raiva sentida a um dos seus progenitores ou a ambos (Benetti, 2006), deprimida, com baixa auto-estima, ansiosa e incapaz de lidar de forma adequada com o conflito (Grych & Fincham, 1990). Por outro lado a resolução de forma construtiva do conflito, pode tornar-se numa experiência positiva para a criança, no sentido em que promove a expectativa de que os desentendimentos numa relação são capazes de ser resolvidos de forma adequada (Grych & Fincham, 1990).

De acordo com este modelo as avaliações que a criança faz relativamente ao significado do *stressor* para o seu bem-estar baseiam-se na cognição e no afecto (Dadds et al., 1999) que se relacionam de forma dinâmica e recíproca (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001). Assim, a percepção e a interpretação que a criança faz acerca do conflito vai ajustar a sua resposta afectiva/emocional, sendo que, por outro lado, as suas emoções irão influenciar a interpretação que faz sobre as suas interações (Grych & Cardoza-Fernandes, 2001). A emoção é o resultado do processamento cognitivo, influenciando também as suas atribuições, nomeadamente a memória, desenvolvimento de estratégias de coping, relacionadas com a exposição ao conflito e comportamento daí resultante (Crockenberg & Langrock, 2001)

Figura 2.1. Modelo Cognitivo-Contextual (Grych & Fincham, 1990; Grych & Cardoza-Fernandes, 2001, p.160)



A criança ao estar exposta ao conflito desenvolve todo um processo (cf. Figura 2.1.). Numa fase inicial, designada por processo primário, a criança avalia em que medida o conflito constitui uma ameaça para si para, numa fase posterior, denominada de processamento secundário, tentar compreender o porquê de ter ocorrido o conflito (Grych & Fincham, 1990). Depois destes dois processamentos, a criança decide como responder ao conflito (estratégias de coping) (Grych & Fincham, 1990).

A exposição intensa a um conflito interparental mal resolvido poderá constituir um stressor para as crianças, tornando-as mais susceptíveis a problemas de ajustamento (Grych, et al., 1992). Por outro lado, o conflito que não diz respeito directamente à criança e que é resolvido com um nível baixo de expressão de raiva e agressão normalmente não conduz ao desenvolvimento de problemas de ajustamento da criança (Grych, et al., 1992).

Concluindo, o modelo cognitivo-contextual de Grych & Fincham (1990) sugere que é fundamental para a compreensão dos problemas comportamentais e emocionais da criança, não só a frequência com que acontece o conflito mas também a própria natureza do conflito (Grych, et al., 1992)

2.3. Modelo de cariz emocional

2.3.1. O modelo da Segurança Emocional de Cummings e Davies (1994)

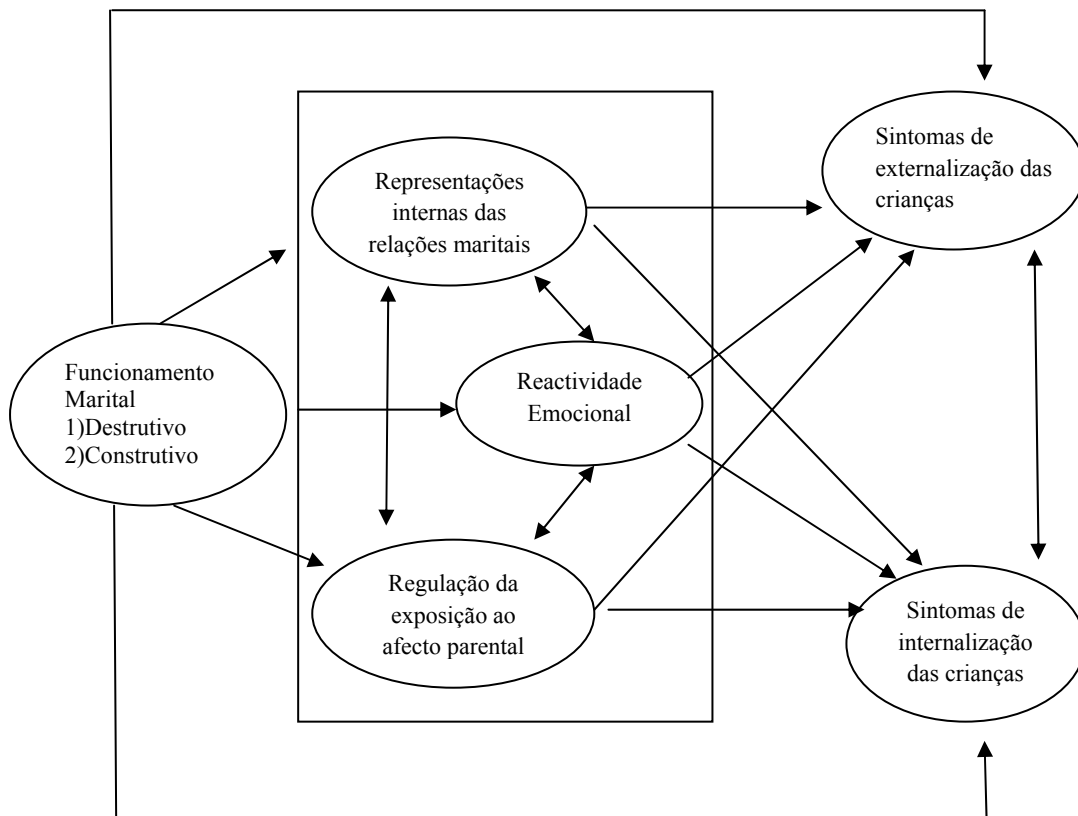
Uma das teorias explicativas da relação existente entre exposição ao conflito interparental e ajustamento da criança é de acordo com Davies e Cummings (1994), a hipótese da Segurança Emocional.

A hipótese da segurança emocional de acordo com Benneti (2006) desenvolve-se a partir das representações de apego que a criança vai estabelecendo com as figuras de suporte, em momentos onde predominam aspectos como afecto, compreensão, suporte emocional, sendo a experiência da segurança emocional mais tarde determinada especificamente pela qualidade da relação parental.

Cummings e Davies (1994) propuseram a hipótese da segurança emocional a qual pretendia compreender as reacções da criança perante o conflito existente entre adultos. Estes autores sugerem que as reacções das crianças podem variar bastante mas que devem ser entendidas como sendo tentativas da criança criar ou recuperar um sentimento de segurança emocional baseado no apego em relação aos seus cuidadores (Cummings & Davies, 1994). Partindo da perspectiva de Cummings e Davies, o

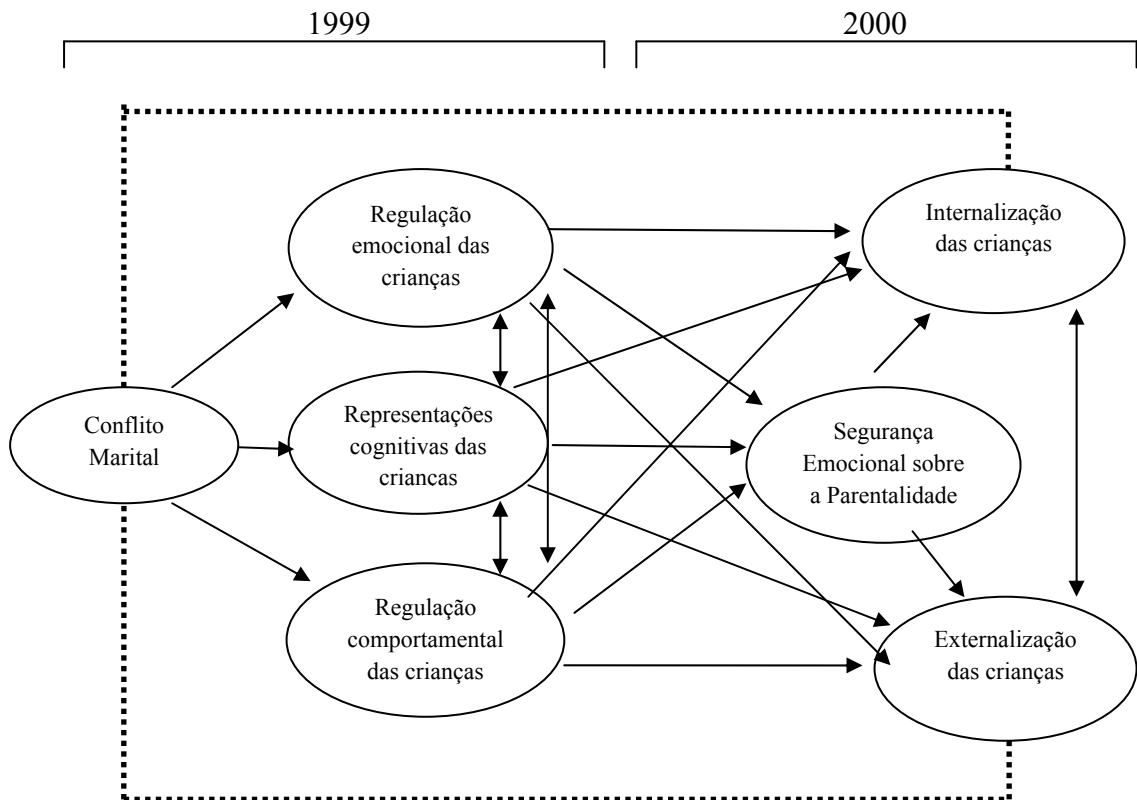
objectivo da segurança emocional é fortemente ameaçado perante a existência de conflitos conjugais (Crockenberg & Langrock, 2001) criando esta situação um entrave à preservação de um sentimento de segurança emocional por parte da criança (Davies, Forman, Rasi & Stevens, 2002). Face à discordância interprenatal a criança pode desenvolver sinais de insegurança que se traduzem essencialmente em três aspectos (Cox, Paley & Harter, 2001; Davies & Cummings, 1994; Davies & Forman, 2002; Davies et al, 2002): maior reactividade emocional (i.e., emoções e sentimentos intensos, prolongados e desregulados); excessiva regulação de exposição ao afecto parental (i.e., postura de evitamento e envolvimento face aos problemas parentais); e representações internas hostis relacionadas com as consequências que o conflito interprenatal tem para o bem-estar da própria crianças bem como para a família (cf. Figura 2.2.).

Figura 2.2. – Modelo teórico sobre o papel mediador na segurança emocional na relação entre o funcionamento marital e o ajustamento psicológico da criança (Davies & Cummings, 1998)



Anos mais tarde os autores decidem complementar a teoria (cf. Figura 2.3) propondo que a segurança emocional da criança relativamente ao conflito interprenatal é mediada por três elementos que apesar de distintos se relacionam (Davies & Cummings, 1998; Harold, Shelton, Goeke-Morey, Cummings, 2004). O efeito da exposição ao conflito marital é determinado através da regulação emocional (1): tendo em conta o modo como é expresso o conflito entre os pais pode ser activado na criança sensações de raiva, tristeza, alívio, felicidade; representações cognitivas (2): a avaliação que a criança faz do conflito poderá influenciar negativamente as relações com familiares. Crianças expostas a níveis elevados de conflito, estão mais propensas a desenvolver representações internas inseguras acerca das relações familiares; regulação comportamental (3): a criança pode responder ao conflito ao nível comportamental intervindo por exemplo activamente no próprio conflito (Harold et al., 2004).

Figura 2.3. Modelo Teórico da Segurança Emocional – Revisto (Harold et al., 2004)



Para Davies e Cummings (1994) a segurança emocional infantil é influenciada pela qualidade das relações entre pais e filhos, especialmente pela qualidade da vinculação pai-filho, sendo que se esta vinculação for caracterizada por afectividade, responsividade e estabilidade irá promover um desenvolvimento seguro (de vinculação) entre pais e filhos. O bem-estar emocional da criança face ao conflito interparental não reflecte apenas o facto de no conflito serem expressas emoções desagradáveis mas sim o significado que o próprio conflito tem para as relações familiares (Davies & Cummings, 1994). Importa referir que algumas formas menores de conflito poderão não ter um impacto negativo na segurança emocional da criança; algumas discussões poderão não ficar resolvidas, contudo a criança poderá não perceber nesse conflito qualquer ameaça para a sua família (Davies & Cummings, 1994).

Esta perspectiva defende ainda que as crianças sentem-se emocionalmente seguras quando percebem que, apesar dos conflitos que existem entre os pais, estes se mantêm psicologicamente e fisicamente disponíveis (Crockenberg & Langrock, 2001). A criança emocionalmente segura consegue lidar com o conflito de forma mais eficaz a nível emocional e comportamental, enquanto uma criança emocionalmente insegura tem uma maior probabilidade de apresentar desregulação emocional e comportamental (Cummings, Kouros & Papp, 2007). Assim sendo, a segurança emocional é algo que se reflecte na regulação emocional, comportamental e cognitiva da criança face ao conflito, sendo ao mesmo tempo algo que contribui para a mediação dos efeitos do conflito no ajustamento da criança (Cummings, Kouros & Papp, 2007). A capacidade para lidar com o conflito fica comprometida, promovendo isto na criança uma desregulação emocional e comportamental face aos eventos stressantes do quotidiano (Crockenberg & Langrock, 2001).

A questão da segurança emocional é de extrema importância, sendo defendido pelos autores responsáveis pela sua criação que crianças seguras expostas à ruptura familiar, poderão desenvolver vinculações inseguras, enquanto, crianças inseguras expostas a uma baixo nível de conflito familiar, poderão desenvolver vinculações mais seguras (Cummings & Davies, 1994)

2.4. Síntese Conclusiva

As abordagens teóricas apresentadas consistem apenas numa selecção das várias teorias existente que visam a compreensão e explicação do impacto que tem para a criança a exposição à violência, nomeadamente à violência interparental.

Qualquer das abordagens apresentadas neste capítulo poderá não ser suficiente para explicar todas as dificuldades, estratégias de coping e resiliência que uma criança exposta à violência interparental possa apresentar. Daí ser importante que qualquer investigador ou profissional que lide com esta realidade, perceba que cada teoria dá apenas o seu contributo específico, sendo por isso vantajoso a articulação de diversas perspectivas.

PARTE II
Estudos sobre a violência interparental

Capítulo III – Crenças e percepções das crianças sobre a violência

Apesar de recentes, as investigações e pesquisas sobre a temática da violência familiar, têm proporcionado dados importantes não só sobre os padrões e prevalência deste fenómeno, mas também sobre seus riscos e consequências para o desenvolvimento e bem-estar das crianças (Tolan et al., 2006). Contudo, sabe-se ainda muito pouco acerca do modo como as crianças lidam com a violência, a forma como a percebem, as expressões que utilizam para a descrever, as atribuições e significados que dão à violência e quais as razões que as levam a ser ou não interventivas (Overlien, 2010). É ainda importante uma melhor compreensão acerca da forma como as crianças lidam com um facto de os seus cuidadores exercer sobre o outro algum tipo de abuso (Overlien, 2010).

3.1. Metodologia

A presente investigação procurou partir do relato das próprias crianças, sendo esta a forma de obter informação mais fidedigna acerca da experiência vivida pela criança exposta à violência interparental. Os progenitores ou outras figuras com as quais a criança mantenha algum tipo de relacionamento podem, através dos seus relatos, modificar, minimizar ou ampliar a experiência de vitimação da criança. Em alguns casos podem desvalorizar total ou parcialmente, não considerando que a criança é afectada pela exposição ao conflito interparental por acharem que se o conflito ocorre entre adultos só eles poderão ser afectados. Noutros casos, poderá também ocorrer uma sobrevalorização do conflito interparental, quando a própria criança não percebeu esse conflito como algo significativo.

Assim, utilizando o relato das próprias crianças, o presente estudo apoia-se em duas vertentes da investigação, a quantitativa (estudo comparativo) e a qualitativa (estudo de caso). O estudo quantitativo pretende comparar dois grupos (Grupo I - crianças expostas à violência interparental e GII- crianças sem historial de exposição à violência interparental) através da administração de três instrumentos psicológicos (S.A.N.I; E.C.C.V e C.P.I.C) descritos adiante, e análise dos resultados dos mesmos. A

representatividade dos dois grupos (Grupo I e Grupo II) está assegurada uma vez que ambos possuem mais de 30 elementos (Huot, 1999; Pestana & Gageiro, 2003). O estudo de caso surge do reconhecimento da importância em se conciliar as duas perspectivas (quantitativa e qualitativa) para deste modo se pode aceder e compreender o mundo interior do sujeito (Sani & Gonçalves, 2007).

3.2. Objectivos

A presente investigação tem como primordial objectivo compreender o fenómeno da violência e a forma como este é percebido pelas crianças e jovens. Assim, como objectivos específicos da investigação apresentam-se:

- a) Avaliar através da própria criança/jovem o seu sistema/contexto familiar de modo a verificar a existência ou não de situações de violência;
- b) Averiguar se existem diferenças aos níveis das crenças consoante a vivência ou não num ambiente familiar violento;
- c) Verificar se existem diferenças ao nível das percepções consoante a vivência ou não num ambiente familiar violento;
- d) Compreender o modo como as crianças expostas à violência interparental constroem a sua própria experiência através das suas acções, intenções, sentimentos e crenças.

3.3. Método

Vários são os entraves quando se tenta aceder a dados representativos acerca do fenómeno da vitimação. Esta dificuldade é ainda acrescida quando se trata de vitimação infantil uma vez que grande parte das situações não chega sequer a ser denunciadas, tanto aos serviços de promoção e protecção da criança (e.g. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) como às instâncias formais de controlo social (e.g. Tribunais, Polícia). Importa ainda referir que muitas vezes para se aceder a experiências de vitimação infantil há que contar com o relato dos pais, o que dificulta ainda mais o acesso à prevalência real deste fenómeno bem como à gravidade da situação.

3.3.1. Participantes

Para a realização do estudo quantitativo foram constituídos dois grupos de crianças (cf. Tabela 3.1.). O Grupo I foi reunido a partir do registo de crianças sinalizadas por situações de risco em Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ's) e outras instituições de apoio e protecção à infância e juventude que aceitaram colaborar na presente investigação. Neste primeiro grupo participaram 50 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, sendo 22 do género feminino e 28 do género masculino, todas elas com historial de exposição à violência interparental

A constituição do Grupo II foi realizada de forma aleatória a alunos do 5º ano ao 12º ano de duas escolas de Santa Maria da Feira e Canidelo. Este grupo é composto por 50 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, sendo 27 do género masculino e 23 do género feminino, sem história prévia de exposição à violência interparental.

Tabela 3.1.

Distribuição da amostra em função da idade, género e escolaridade (n=100)

IDADE	Grupo I		Grupo II	
	n	%	n	%
10	3	6	2	4
11	5	10	6	12
12	7	14	7	14
13	7	14	7	14
14	4	8	7	14
15	7	14	6	12
16	7	14	6	12
17	8	16	8	16
18	2	4	1	2
GÉNERO				
Masculino	28	56	27	54
Feminino	22	44	23	46
ANO ESCOLAR				
1º Ciclo	1	2	0	0
2º Ciclo	13	26	12	24
3º Ciclo	23	46	24	48
Secundário	10	20	14	28
Desconhece-se	3	6	0	0

O estudo de caso foi realizado com dois jovens, um rapaz com 17 anos idade e uma rapariga com 15 anos idade, ambos com processo instaurado numa CPCJ por evidência de situação de risco, constando do seu historial a exposição à violência interparental há vários anos. Ambos os jovens eram estudantes, tendo à data das entrevistas transitado para o 12º ano (rapaz) e 10ºano de escolaridade (rapariga).

3.3.2. Instrumentos

Os três instrumentos utilizados no estudo quantitativo foram validados para a população portuguesa por Sani em 2003, apresentando qualquer um deles, boas qualidades psicométricas. Tratam-se de três escalas de aplicação directa (auto-relato) a crianças dos 10 aos 18 anos, as quais passámos a apresentar.

— Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.)

A S.A.N.I é uma escala composta por 30 itens tendo como objectivo o avaliar através da criança o seu contexto familiar de modo a poder identificá-lo como um contexto onde ocorrem ou não situações de violência (Sani, 2007b). Esta escala inclui dois formatos de resposta. Inicialmente a criança responde a cada item tendo em conta um modelo de opção de resposta de tipo *likert* que pretende avaliar a frequência da ocorrência dos comportamentos violentos apresentados, podendo a criança assinalar 0 (zero) se nunca vivenciou a situação (Nenhuma vez); 1 (um) se a experienciou a poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano); 2 (dois) se acontece às vezes (mais de 2 ou 3 vezes nesse ano); 3 (três) se a situação referida no item ocorre muitas vezes (cerca de 1 vez por mês) e por fim 4 (quatro) se tal situação ocorre quase sempre (mais de 1 vez por mês) (Sani, 2007). Numa coluna ao lado, caso a criança tivesse assinalado 1, 2, 3 ou 4 (ou seja caso tenha identificado a ocorrência dessas situações) deveria proceder à identificação da vítima. Para responder criança teria de assinalar se as situações que referiu ter visto ou ouvido aconteceram a um adulto, a uma criança ou a ambos (Sani, 2007b). Esta parte da escala num formato tipo *checklist* aliada à primeira parte já caracterizada, contribui para a obtenção de mais e melhor informação sobre o problema da violência no contexto

familiar do menor (Sani, 2007b).

A S.A.N.I apresenta uma estrutura factorial organizada em torno de quatro factores, sendo que o Factor 1 que diz respeito ao *Abuso Físico* e é composto por 6 itens; o Factor 2 denominado *Abuso Emocional* integra 9 itens; o Factor 3 traduzido como *Coerção* engloba 7 itens e por fim o Factor 4 denominado *Controlo* composto por 8 itens. O factor 3 e 4 dizem respeito a uma dimensão mais cognitiva da violência psicológica (Sani, 2007b). A cotação da escala é feita a partir da soma dos valores obtidos em cada item, ocorrendo esta cotação numa escala de 0 a 4 pontos.

— *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V.)*

A E.C.C.V. é um instrumento que pretende avaliar as crenças de crianças e adolescentes sobre a violência, independentemente de estas situações fazerem parte ou não da vida das mesmas. Os itens que constituem esta escala estão relacionados com situações de violência física e psicológica, uma vez que são as mais comumente identificadas e relatadas pelas vítimas e população em geral (Sani, 2006c). Esta escala é constituída por 32 itens organizados em quatro factores, sendo o Factor 1 composto por 11 itens designado de “*Determinantes Socioculturais*”, o Factor 2 nomeado de “*Determinantes individuais*” que inclui 12 itens; o factor 3 relacionado com “*Determinantes Educativos*” e constituído por 6 itens e por fim o Factor 4 respeitante à “*Etiologia da violência*” que engloba 3 itens (Sani, 2006c).

A E.C.C.V. apresenta-se num formato tipo Likert com 4 opções de resposta: 1 (não concordo), 2 (concordo pouco), 3 (concordo), e 4 (concordo muito), sendo que cada item diz respeito a uma crença, as hipóteses de resposta estão organizadas desde menos irracionais (1) a mais racionais (4) (Sani, 2006c).

Relativamente à cotação esta é feita somando os valores registados para cada item numa escala de 1 a 4 valores, à excepção de três itens referentes à “*Etiologia da Violência*” que devem ser cotados de forma invertida (Sani, 2006c). A pontuação total desta escala varia entre 32 (mínima) e 128 (máxima) sendo que uma pontuação elevada na escala

significa que a criança possui ideias bastante congruentes com as afirmações de cada item, quanto maior o nível de concordância mais crenças errôneas a criança revela.

— ***Escala de Percepção da Criança sobre Conflitos Interparentais (C.P.I.C.)***

A C.P.I.C. utilizada neste estudo consiste na tradução e validação da escala original “Children’s Perception of Interparental Conflict Scale” de Grych, Seid e Fincham (1992) e pretende averiguar quais as percepções e interpretações da criança acerca dos conflitos interparentais (Sani, 2006b).

Este instrumento surge da necessidade de se perceber junto da própria criança a consciência que esta tem do conflito, uma vez que normalmente a exposição das crianças à violência interparental é relatada pelos pais, não podendo estes dar estimativas precisas acerca da percepção que a criança tem do conflito (Grych, et al., 1992). A escala é constituída por 48 itens com três alternativas de resposta: *verdadeiro, pouco ou às vezes verdadeiro e falso* e representa várias dimensões que foram organizadas em três componentes após análise factorial sendo elas: *Propriedade do conflito e Eficácia no Coping* que engloba quatro escalas e um total de 25 itens e que se relacionam com a frequência, intensidade e resolução do conflito e eficácia no coping integram o Factor 1; a escala global *Ameaça* composta por 6 itens corresponde ao Factor 2; do Factor 3 denominado *Culpa* fazem parte 9 itens divididos por duas dimensões, conteúdo e culpa (Sani, 2006b). Existem ainda uma dimensão denominada triangulação que engloba 8 itens, não tendo saturado especificamente em nenhum factor devido à sua instabilidade (Sani, 2006b). A pontuação máxima desta escala é de 96 valores.

Para o estudo qualitativo foi utilizado um guião de entrevista semi-estruturado com o objectivo de obter dados discursivos que nos permitissem compreender a experiência de vitimação indirecta de dois jovens expostos à violência interparental (estudo de caso). É esse guião que passamos a apresentar:

- Entrevista à criança vítima de experiência abusiva

Este guião de entrevista (Anexo) foi elaborado por Sani em 2003 e tem por objectivo a recolha de percepções da (s) vítima (s) em 3 momentos chave da experiência abusiva: (1) viver com a violência; (2) viver em transição e (3) viver sem violência. Em cada momento exploram-se diferentes aspectos, nomeadamente: percepção da violência e percepção das necessidades de ajuda no primeiro momento, percepção sobre a saída de casa num segundo momento e por fim, percepção do abusador/pai e percepção das reacções cognitivas e emocionais num terceiro momento.

3.3.3. Procedimentos

O período de administração das escalas que integram o estudo quantitativo decorreu entre Fevereiro e Junho de 2010. Para a administração das escalas ao GI foram contactadas, como já referido, diversas CPCJ's e outras instituições que lidam com crianças e jovens considerados em risco, sendo que apenas algumas aceitaram colaborar na presente investigação. Na CPCJ de Santa Maria da Feira as escalas foram administradas pela própria investigadora (por ser o seu local de estágio), tendo-se contado com a colaboração de outros técnicos para a administração das mesmas nas outras CPCJ e Instituições.

A Administração das escalas ao Grupo II realizou-se numa fase posterior (depois de recolhida a amostra referente ao GI) durante o mês de Maio e Junho em duas escolas de Santa Maria da Feira e Canidelo. Para a recolha nestes estabelecimentos de ensino foi elaborado um pedido por escrito, tendo a administração das escalas feita colectivamente a este grupo ficado sob a responsabilidade da própria investigadora. Todas as dúvidas colocadas pelos estudantes foram esclarecidas, tendo sido salientado que a participação de cada um na investigação era voluntária. No geral todos os alunos abordados decidiram participar, contudo numa fase posterior e apesar das instruções fornecidas e explicações dadas, alguns sujeitos da amostra tiveram de ser eliminados.

Relativamente à entrevista, esta foi realizada a dois jovens, um rapaz e uma rapariga, com 17 e 15 anos de idade respectivamente com processo de promoção e protecção instaurado numa CPCJ. Importa referir que ambos os jovens integram o grupo de risco (GI) do estudo comparativo. Ambos estiveram expostos à violência interparental durante vários anos e no momento da entrevista já se encontravam a residir sem o progenitor abusivo.

Para o tratamento dos dados recolhidos, relativamente ao estudo quantitativo (comparativo) utilizou-se análise estatística tendo para o efeito os dados sido introduzidos e sujeitos a tratamento através do programa informático *Statistical Package from Social Sciences (SPSS)*. No estudo de caso utilizou-se a análise de conteúdo de modo compreender como é que crianças expostas à violência interparental constroem a sua experiência através das suas acções, intenções, sentimentos e crenças (Charmaz, 1995 cit. Sani & Gonçalves, 2007).

3.4. Apresentação dos resultados

3.4.1. Estudo comparativo

O presente estudo visou comparar dois grupos (GI e GII) de crianças que se pressupõem diferentes no que toca à caracterização do seu ambiente familiar. Como referido anteriormente este grupos foram constituídos tendo por referência a sinalização da criança como estando ou não em situação de risco, designadamente por presença de violência na família. Após a sua constituição, cada criança fez a caracterização do seu ambiente familiar.

3.4.1.1. O ambiente familiar das crianças do GI e GII

A análise estatística efectuada aos dados recolhidos através da Escala S.A.N.I. permitiram confirmar a distinção dos grupos. Assim, observados os valores obtidos através do Test de *T Student* (cf. Tabela 3.2.) é possível constatar que o GI apresenta uma média ($X=36,02$) para o total da escala bastante superior à média apresentada pelo

GII ($X=3,10$), assim como um desvio padrão bastante superior ao do GI e que revela uma maior dispersão de resultados no grupo de crianças expostas. As diferenças existentes entre os dois grupos são estatisticamente significativas para $p < .001$ permitindo assim concluir que se está na presença de dois grupos distintos no que toca à exposição de violência, sendo o GI o que relatou ter experienciado mais situações violentas no contexto familiar.

Tabela 3.2. Teste T *Student* para amostras independentes relativos ao total e factores da SANI em função dos grupos (GI e GII)

	Grupos	n	Média	D.P.	t	g.l.	p
Total SANI	GI	50	36,02	29,36	7,857	50,79	,000***
	GII	50	3,10	3,97			
Factor 1 Abuso Físico	GI	50	7,56	6,98	6,926	53,77	,000***
	GII	50	,56	1,54			
Factor 2 Abuso Emocional	GI	50	12,66	9,58	8,643	50,80	,000***
	GII	50	,84	1,30			
Factor 3 Coerção	GI	50	6,62	7,98	5,588	49,94	,000***
	GII	50	,28	,78			
Factor 4 Controlo	GI	50	9,86	7,73	7,515	54,41	,000***
	GII	50	1,42	1,82			

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

Analisando especificamente cada factor que a escala S.A.N.I verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas para $p < .001$ em todos os factores. As crianças que compõem o GI revelaram ter estado mais expostas às situações de violência descritas nos quatro factores ou serem vítimas directas dessas situações comparativamente ao relatado pelas crianças que constituem o GII. Os resultados obtidos permitem-nos afirmar a potencialidade do instrumento escolhido para a sinalização a partir da própria criança do seu ambiente familiar, constatando-se para o presente estudo a diferenciação dos dois grupos tendo como referência a variável independente, experiência de violência na família.

Tabela 3.3. Estatística descritiva para as situações de vitimação detectadas no Grupo I

Factor e Itens da S.A.N.I.		Percentagem válida em cada categoria			
		Violência sb. cônjuge	Violência sb. criança	Violência sb. ambos	Sem registo de violência
<i>Ab. Física</i>	Item 2	36	6	6	52
	Item 11	28	14	16	42
	Item 15	32	8	12	48
	Item 17	20	10	2	68
	Item 25	20	2	4	74
	Item 28	28	4	8	60
<i>Ab. Emocional</i>	Item 1	50	12	22	16
	Item 3	48	8	10	34
	Item 6	44	14	30	12
	Item 9	40	14	12	34
	Item 16	32	12	4	52
	Item 19	10	6	10	74
	Item 21	26	12	2	60
	Item 24	38	8	10	44
	Item 30	32	12	14	42
<i>Coerção</i>	Item 4	30	2	8	60
	Item 8	12	6	8	74
	Item 10	18	12	6	64
	Item 13	20	12	6	62
	Item 22	26	-	6	68
	Item 26	14	6	4	76
	Item 29	14	2	2	82
<i>Controlo</i>	Item 5	32	10	12	46
	Item 7	16	10	8	66
	Item 12	46	4	4	46
	Item 14	32	10	18	40
	Item 18	22	24	14	40
	Item 20	30	10	16	44
	Item 23	30	2	6	62
	Item 27	50	6	8	36

Através da análise da tabela 3.3. é possível perceber quem é que as crianças do GI (grupo de risco) caracterizam como sendo vítima (s) das situações de violência assinaladas. Apresenta-se uma estatística descritiva para as situações de vitimação detectadas somente para o Grupo I, uma vez que foi este grupo que sinalizou um maior e mais diversificado leque de situações de violência. Analisando item a item é possível perceber se tal situação foi maioritariamente dirigida a um adulto, a uma criança ou a ambos. A expressão “sem registo de violência” diz respeito à percentagem de situações

assinaladas pela criança no item respectivo com 0 (zero) e que por isso mesmo não obtiveram resposta à questão que procurava perceber quem tinha sido vítima (s) de tais comportamentos.

3.4.1.2. As crenças das crianças do GI e GII sobre a violência

Procurou-se numa segunda fase, através da administração da E.C.C.V e posterior análise dos resultados obtidos, conhecer se há distinção ao nível das crenças das crianças que compõem o GI e GII face à violência interpessoal. Encontram-se em termos globais, se olharmos para a nota total da ECCV, diferenças estatisticamente significativas ($p < .05$) entre as crianças que constituem o grupo de risco e as que constituem o grupo normativo (cf. Tabela 3.4). A diferença encontrada ao nível da nota total ao ECCV é ligeiramente superior no GI ($X = 59,38$) em relação ao GII ($X = 55,22$), apresentando também o grupo de risco valores de dispersão superiores aos constatados no grupo normativo. Contudo, analisando cada factor de forma mais pormenorizada constata-se que nenhum dos factores individualmente apresenta diferenças estatisticamente significativas para o mesmo valor de referência de .05.

Tabela 3.4. Teste T *Student* para amostras independentes relativos ao total e factores da ECCV em função dos grupos (GI e GII)

	Grupos	n	Média	D.P.	t	g.l.	p
Total ECCV	GI	50	59,38	12,58	2,008	79,98	,048*
	II	50	55,22	7,50			
Factor 1 Determ. Socioculturais	GI	50	15,34	5,40	1,715	98	,090
	II	50	13,78	3,49			
Factor 2 Determ. Individuais	GI	50	25,96	6,59	1,935	91,15	,056
	II	50	23,70	4,97			
Factor 3 Determ. Educativos	GI	50	8,50	2,78	,594	85,13	,554
	II	50	8,22	1,84			
Factor 4 Etiologia da violência	GI	50	8,34	2,26	-,180	98	,857
	II	50	8,42	2,18			

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

Os dados revelam assim que as razões apontadas por um e outro grupo como podendo estar na base de comportamentos violentos não são assim tão distintas, verificando-se inclusive numa análise pormenorizada aos factores da escala que as diferenças não se apresentam como estatisticamente significativas, revelando grande proximidade na forma de pensar o fenómeno.

3.4.1.3. As percepções das crianças do GI e do GII sobre a violência interparental

Através dos resultados obtidos na escala C.P.I.C procurou-se perceber se percepções das crianças expostas à violência interparental seriam distintas das apresentadas pelo grupo normativo. Os dados referentes à CPIC (cf. Tabela 3.5.) revelam que em termos globais e nos vários factores que compõem esta escala existe diferenças estatisticamente significativas ao nível das percepções evidenciadas pelas crianças que constituem o grupo de risco e as que compõem o grupo normativo.

Tabela 3.5. Teste T *Student* para amostras independentes relativos ao total e factores da CPIC em função dos grupos (GI e GII)

	Grupos	n	Média	D.P.	t	g.l.	p
Total CPIC	G I	50	49,59	14,59	9,159	98	,000***
	GII	50	21,92	15,40			
Factor 1 Propriedades. do conflito e eficácia no coping	GI	50	7,86	3,02	6,151	98	,000***
	GII	50	3,86	3,46			
Factor 2 Ameaça	GI	50	30,24	10,08	9,099	98	,000***
	GII	50	12,16	9,79			
Factor 3 Culpa	GI	50	4,34	3,76	2,825	89,80	,006**
	GII	50	2,48	2,75			

*p≤.05 ** p≤.01 *** p≤.001

O GI apresenta uma média global superior ($X = 49,59$) à média obtida pelo GII ($X = 21,92$) e um desvio padrão menor que o desvio padrão do GII, o que revela uma dispersão menor nas respostas dadas pelo GI. Foram assim encontradas diferenças estatisticamente significativas para $p < .001$ entre os dois grupos, verificando-se que é o grupo das crianças com historial de exposição à violência interparental aquele que apresenta percepções mais negativas sobre os conflitos interparentais, comparativamente às crianças sem historial de exposição à violência.

Analisando cada um dos factores verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre o GI e GII tanto nas percepções que as crianças têm sobre os conflitos interparentais (e.g. análise do factor 1) como nas apreciações que as crianças fazem de si face à exposição dos conflitos interparentais (e.g. análise factor 2 e 3). Na comparação de médias esta sugere que as crianças do GI têm percepções mais negativas acerca da severidade dos conflitos interparentais e da sua eficácia no confronto com estes, assim como uma percepção de ameaça e culpabilização maior comparativamente ao GII.

3.4.2. Estudo de caso: crianças expostas à violência interparental

A Inês e o Pedro (nomes fictícios) têm 15 e 17 anos respectivamente e no momento da entrevista tinham ambos a decorrer numa CPCJ processo de promoção e protecção por se encontrarem expostos à violência interparental sendo considerados por isso mesmo vítimas de maus tratos psicológicos/emocionais. Ambos estiveram expostos à violência interparental durante diversos anos sendo que no momento em que a entrevista foi realizada já se encontravam a residir sem o progenitor abusivo (pai em ambos os casos). É pertinente fazer um breve resumo acerca da história da vida da Inês e do Pedro uma vez que apesar das semelhanças existem alguns aspectos que tornam estes dois casos ligeiramente diferentes.

A **Inês** recorda desde muito pequena os episódios de violência a que esteve exposta. Para além de ter sido vítima indirecta, testemunhando a violência psicológica e física exercida do seu pai sobre a sua mãe, foi também muitas vezes alvo directo dessas

agressões. O pai da Inês ingere bebidas alcoólicas em excesso o que segundo a Inês o torna “ainda pior”. Tem uma irmã actualmente com 20 anos, que aos 17 saiu de casa e que, de acordo com a Inês e a mãe, fê-lo por não aguentar mais viver com o pai. Tal como a Inês, a sua irmã para além de testemunhar a violência infligida do seu pai para a sua mãe, foi também alvo directo dessa violência (o pai tentou por exemplo, “esganar” tanto a Inês como a irmã). A irmã da Inês saiu de casa como referido aos 17 anos para ir viver com o namorado. Esta irmã é actualmente vítima de violência doméstica, segundo a Inês e a sua mãe. A Inês e a mãe saíram de casa no início do mês de Maio do corrente ano depois de o pai ter tentado “esganar” a filha e a mãe ter tentado intervir. A Inês ficou durante algum tempo aos cuidados de uma professora (enquanto a mãe residia com uma irmã e sobrinhos) referenciada como uma figura de grande suporte. A jovem não voltou a falar como pai e diz que não pretende fazê-lo. Aceitou com grande entusiasmo participar neste estudo, tanto no preenchimento das escalas como na entrevista, tendo referido que se sentia feliz por saber que poderia assim, com o seu contributo ajudar no futuro outras crianças.

O **Pedro** esteve exposto à violência interparental durante vários anos, inicialmente pautada mais pela violência psicológica, tendo estas violência evoluído para episódios mais frequentes de violência física. O Pedro tem um irmão mais novo (13 anos) e procurou sempre proteger o irmão dos conflitos existentes entre os pais que, de acordo com o Pedro, começaram a agravar-se no último ano, em que o pai passou a utilizar mais frequentemente a violência física. Refere que o pai nunca lhe bateu excepto “quando era pequeno” por se portar mal, mas não por tentar “defender” a mãe (algo que fazia frequentemente). Quando existiam discussões pegava no irmão levando-o para outro compartimento da casa e procurava fazê-lo “rir”. O Pedro diz que o pai bebe e que isso influencia o seu comportamento mas considera que mesmo que o pai não bebesse iria ser conflituoso por causa do seu “feitio”. Saiu de casa com a mãe e o irmão em Maio do presente ano após um episódio de violência física e psicológica exercida do pai para a mãe, tendo sido este episódio percebido pelo Pedro como o mais grave de todos. Já esteve com o pai depois de ter saído de casa e fala com ele de vez em quando. Diz que não gostava de morar novamente com os pais juntos, referindo contudo algumas vezes, que gostava de ter “uma família como toda a gente”.

3.4.2.1. Análise de conteúdo

1º Momento – Viver com violência

- **Percepção da violência**

A Inês relata pormenorizadamente algumas das situações de violência física e psicológica a que esteve exposta nos últimos anos, bem como episódios em que ela e a irmã foram alvos directos dessas mesmas agressões infligidas pelo pai. Relativamente ao que motivava as discussões entre os pais, a Inês refere que estas começavam por coisas “banais”.

Inês - “É assim eu chegava da escola...eles não trabalham (...) e eles já estavam a discutir (...) Por coisas banais mesmo. Por causa principalmente do dinheiro, começavam a discutir, ele só queria dinheiro e a minha mãe não lhe queria dar. E ele começava a ralar com a minha mãe e a minha mãe com ele e depois às vezes aconteciam ali umas coisas...”

Deu exemplos de situações de violência que a marcaram não só pela violência extrema que experienciou mas também pelo impacto que tiveram em si. Contou um episódio que ocorreu o ano passado no dia de Natal em que ela juntamente com a mãe teve de passar a noite nas escadas de um prédio.

Inês - (...) Uma vez no Natal (...) nós fizemos a ceia de natal, veio lá a minha irmã e o meu cunhado. E depois no outro dia, mesmo no dia de Natal ele quis me bater a mim e à minha mãe com um machado, e quis-me partir o meu computador, foi quando me trouxeram o meu computador e-escolas...foi no dia 23 e ele queria-me partir no dia 25 porque queria mexer nele e eu não queria deixar, porque ele não sabe mexer no computador e podia-me estragar o computador. E ele queria me bater a mim e à minha mãe com um machado e partir o computador. E eu saí de casa, e fomos dormir numa entrada para outro prédio.”

“Eu lembro-me uma vez, que eu era pequenita, tinha praí 6, 7 anos, e eu ainda lembro-me que távamos na casa à beira...nos morávamos na “capela” e ele bateu na minha mãe, e pisou os olhos todos à minha mãe, e a minha mãe pegou em mim ao colo e a minha irmã já era maior e levou...fomos para trás da “capela”. “

Através dos relatos da Inês acerca do episódio de violência que originou a saída de casa dela e da mãe percebe-se de forma bastante clara que para além de ter estado exposta aos conflitos interparentais, foi também alvo directo de maus tratos infligidos pelo pai.

“Ele [pai] agrediu-me a mim e ela [mãe] tentou defender-me (...) quando ele me esganou, eu fui

a correr para o quarto para fechar-me no quarto e a minha mãe tava cá fora e disse-me “sai de casa, anda pa minha beira” (...) e fui pa beira da minha mãe e eu fugi, e a minha mãe disse “ficamos aqui nas escadas à espera que ele vá dormir” e eu disse “não, não vou porque ele agora não vai dormir tão cedo e vai-nos fechar a porta” e eu fui pra casa da minha professora, e pronto foi tudo assim.”

O Pedro refere os conflitos existentes entre os pais ocorreram durante vários anos e de acordo com os seus relatos evoluíram em escalada, pautando-se durante vários anos pela violência psicológica maioritariamente tendo evoluído no último ano para comportamentos físicos agressivos. Pelos seus relatos depreende-se que ao contrário do caso da Inês nunca foi alvo directo de comportamentos físicos violentos por parte do pai, dizendo contudo que quanto tentava defender a mãe o pai por vezes o insultava.

Pedro - *” Os meus pais discutiam (...) Não era constantemente mas...(...) Começavam a falar, não sei quê...prontos, depois vinha à conversa outras coisas, depois começavam aí...(...) O meu pai também era um bocadinho ciumento(...)Mas também por questões económicas.”*

“Ia logo tirar satisfações [referindo-se à situação em que tentava “defender” a mãe] que provas é que ele tinha para dizer que a minha mãe andava com este e com aquele, só que ele como nunca apresentava, dizia aquilo da boca pra fora... E eu sei que a minha mãe nunca faria isso (...) [Mas dizia-te alguma coisa quando tu tentavas defender a tua mãe?] (...) “ És igual a ela”, “Sois os dois iguais”...(...) Ele só começou a ser mais assim pra mim foi quando depois pronto, comecei a crescer, comecei a defender a minha mãe.”

“(...) nunca utilizou nada para lhe bater, foi sempre com a mão, mas era sempre para a cabeça.”

O Pedro caracteriza o episódio de violência que deu origem à sua saída de casa, do seu irmão e da mãe como tendo sido o mais grave de todos até àquele momento. Foi possível perceber durante a entrevista enquanto o Pedro relatava o que se tinha sucedido que não conseguia compreender o porquê do pai ter ficado tão alterado naquele dia.

Pedro - *“Eu acho que naquele dia foi pior que nos outros dias todos (...) Sei lá, eu acho que nunca tinha visto o meu pai assim (...) Sei lá...até os olhos dele estavam diferentes. Era por causa da Comunhão do afilhado...porque ele tinha-se...não falava com o meu padrinho, não sei se se zangaram se quê...e a comunhão era do filho dele que era afilhado dos meus pais só que o meu pai não ia e não queria que a minha mãe fosse e prontos, e tudo começou por aí...mas nesse dia acho que não tinha bebido...a minha mãe disse-me...”*

Percebe-se através dos relatos do Pedro que procurava intervir nas situações em que via a sua mãe ser alvo de maus tratos por parte do pai. Verifica-se ainda um grande sentido

de responsabilidade quando refere que procurava sempre proteger o seu irmão dos conflitos.

Pedro – *“Mandava a minha mãe pra um lado e o meu pai pra outro e mandava-os dormir... e pronto, ia toda a gente dormir.”*

“Era o homem da casa” [caracterizando-se a si mesmo nos momentos em que tentava intervir]

“Na maior parte das vezes chorava [referindo-se ao irmão quando via os pais discutir] (...) Só que eu tirava-o sempre de lá, tentava-o animar (...) fazia-o rir...e por aí (...) No último dia que houve lá confusão em casa, ele chorava muito e eu comecei-lhe a contar anedotas e assim, e prontos ficou melhor.”

Comparando os dois casos é possível encontrar algumas semelhanças e, por outro lado alguns aspectos que os distinguem. Tanto o Pedro como a Inês referem a questão económica como sendo um impulsionador das discussões existentes entre os pais. Ao nível da tipologia dos maus tratos, percebe-se que a Inês recorda, para além da violência psicológica, graves episódios de violência física, enquanto o Pedro refere que as agressões físicas praticadas pelo seu pai, começaram há cerca de um ano.

No que respeita ao episódio que motivou a saída de casa destes dois jovens e respectivas mães (e irmão no caso do Pedro), o Pedro refere-se a esse momento como tendo sido na sua perspectiva o mais grave de todos. No dia em que ocorreu esse episódio, o pai agrediu violentamente a mãe e o pai tentou intervir. Já no caso da Inês esta não percepcionou o episódio que originou a saída como sendo mais ou menos grave que episódios anteriores, talvez por ter estado exposta e ter sido alvo directo durante vários anos de episódios graves de violência psicológica e física. Neste episódio que motivou a saída o pai da Inês agrediu-a fisicamente (tentando esganá-la) e foi a sua mãe que tentou intervir numa tentativa de proteger a filha.

- **Percepção das necessidades de ajuda**

A Inês não se refere a pessoas da família como figuras de suporte, como pessoas a quem recorra para pedir ajuda, para conversar. Não parece existir na família alargada quem lhe transmita algum tipo de conforto/segurança, pelo contrário. Relatou o episódio em que a tia materna (com quem a mãe viveu enquanto a Inês estava aos cuidados da sua

professora) expulsou a mãe (da Inês) de casa porque uns dos filhos recusou-se a dar dinheiro à mãe enquanto a tia estivesse lá em casa.

Pelos relatos da Inês a relação dela, da irmã e da mãe com a família paterna é igualmente conflituosa porque esta não aceita que a mãe se separe do pai. Referiu que algumas tias paternas já a tentaram atropelar, bem como à sua mãe e irmã. Assim os motivos para a insegurança sentida pela jovem e pela mãe estende-se para além da violência conjugal.

Inês – *Elas (tias paternas) quiseram atropelar a mim e à minha mãe e à minha irmã quando nos éramos pequeninas quiseram-nos atropelar, as minhas tias que agora tão na Suíça quiseram nos atropelar e aquela que eu vi na piscina... Porque não querem que a gente, eu e a minha mãe, saia da beira dele.*

O contexto social onde residiam não prestava igualmente suporte, existindo inclusive vizinhança que intencionalmente se afastavam devido aos inúmeros insultos e tentativas de agressão física que o pai da Inês dirigiu a alguns, o que os levou a afastarem-se. Esta ausência de suporte pode ter como consequência um aumento do impacto negativo.

Inês – *“uma vizinha não fala para a minha mãe, porque ele andou a dizer coisas sobre a minha mãe (...) e a minha vizinha do lado não fala para a minha mãe (...) um episódio até quis bater nos vizinhos [o pai], porque os vizinhos vieram defender a minha mãe, e o Quim veio defender, e ele com um machado de cortar a carne quase lhe cortava a cabeça e a partir daí os vizinhos nunca mais defenderam a minha mãe, deixaram ele bater à minha mãe”*

No entanto, a Inês identifica a sua professora Rosa Maria como sendo alguém que se preocupa consigo, reconhecendo-a como uma figura de suporte informal. Esta percepção de suporte não se baseia apenas na sua própria experiência mas também pelo conhecimento prévio que tem sobre o apoio que esta professora deu à sua irmã. Contou que há uns anos atrás esta sua professora procurou ajudar a sua irmã por saber que também ela para além de estar exposta aos maus tratos praticados pelo seu pai sobre a sua mãe, era também alvo directo de alguns dos seus comportamentos abusivos.

Inês – *“Eu já a conhecia há muito tempo, já a conheço desde o 5º ano. Ela já foi professora da minha irmã e agora foi minha... eu já a conhecia e tipo ela é uma das melhores professoras lá da escola, toda a gente gosta muito dela, toda a gente desabafa com ela (...) ela sabia também da minha irmã e um dia veio falar comigo e pronto eu disse-lhe, e pronto durante 3 anos falávamos, às vezes eu ia à beira dela e falava com ela... ela chegava a dar-me... às vezes dava-me roupa da*

filha dela e calçado, e eu falava-lhe das minhas coisas a ela. E depois uma vez, ela disse pa eu ir a casa dela. Fui a casa dela, até fui a casa dos pais dela...cheguei a ir com ela e pronto...”.

Apesar da experiência negativa que teve, a Inês reconhece alguns aspectos positivos daí resultantes e que estão relacionados também com o surgimento de uma figura de suporte. Entre esses aspectos há o reconhecimento de que a mudança para um contexto de segurança lhe possibilitou algum investimento pessoal nos estudos, melhorados pela sua concentração e atenção emergentes.

Inês – *“Do que a minha mãe se calhar [referindo ao facto de sentir que a sua professora conseguia dar-lhe mais atenção naquela fase em que saiu de casa com a mãe e ficou lá a residir durante um mês] (...) porque quando eu tava lá [em casa da professora] eles obrigavam-se a estudar também (...) Porque eu tava em casa mas estudava, em minha casa não estudava [quando vivia com a mãe e o pai juntos]. Conseguia tirar boas notas, mas não era aquela coisa ao tar a estudar...porque eu tava a estudar e eles tavam sempre a falar ou a discutir, e eu não conseguia tar concentrada e muitas vezes dizia à minha mãe pra eles os dois se calarem porque eu queria ao menos estudar alguma coisa, pelo menos quando tinha testes...quando tinha testes às vezes ainda estudava, mas lá [casa da professora] eu conseguia estudar ela tava mais atenta, tava sempre a perguntar como é que correu a escola e a minha mãe não diz isso”*

É possível ainda depreender alguma maturidade ao perspectivar como ilegítimo a obrigatoriedade de manter uma relação conjugal contra a vontade de alguém.

Inês – *“A minha mãe não é obrigada, é mãe solteira, não é obrigada a tar com ele, e mesmo que fosse casada não era obrigada.”*

De acordo com os relatos de Pedro tanto ele, como o irmão e mãe sempre puderam contar com o apoio de familiares, nomeadamente a família paterna que sempre os apoiou, o que é revelador de existência de percepção de suporte informal. No dia em que saíram de casa foram para casa do avô paterno. No momento da entrevista o Pedro, o irmão e a mãe encontravam a pernoitar em casa de uma bisavó (paterna) mas os dois jovens passavam o dia em casa do avô. Por outro lado, para além do suporte familiar, verifica-se que recorreram a um outro tipo de suporte mais formal/institucional (e.g. autoridade policial).

Pedro – *“Nesse dia [dia da saída de casa] a seguir fomos à polícia apresentar queixa e depois fomos para casa do meu avô, foi muito em cima da hora (...) ele já sabia como é que o meu pai era e não sei quê e acolheu-nos (...) Deve ser um desgosto para ele [referindo-se aquilo que acha que o avô sente por ter um filho agressivo] (...) por enquanto estamos em casa da minha bisavó que é praticamente a 100 metros de lá [de casa do avô] de dia vou pra casa do meu avô que*

estão lá os meus primos e assim”

“Ninguém gosta do meu pai por o que ele faz (...) Se eles [família paterna] nos estão a ajudar ele não tem nada a reclamar”

A vivência de um situação de violência pode ser diferente consoante haja ou não suporte formal e/ou informal. No que respeita à percepção que estes dois jovens têm acerca do suporte familiar estas são claramente distintas. O Pedro tem a percepção de que há suporte informal/familiar quando refere que a família paterna sempre apoiou a mãe, ele e o irmão, dizendo que sempre os ajudaram por não considerarem correcto o que o pai fazia. A Inês não vê nem na família materna, nem na família paterna ou mesmo na vizinhança uma fonte de suporte, não destaca familiares que a possam proteger a si e à sua mãe, o que cria em si naturalmente alguma insegurança. Há contudo uma figura de referência importante (a professora), capaz de responder às suas necessidades, pois como refere sempre se preocupou consigo, sempre procurou ajudá-la e que por vezes foi capaz de lhe dar um tipo de atenção que não sentiu da mãe.

2º Momento – Viver em transição

- **Percepção sobre a saída de casa**

Quando a Inês e a mãe saíram de casa, num primeiro momento a Inês ficou aos cuidados da sua professora, ficando a viver com esta e respectiva família (marido e filha) durante um mês, e mãe ficou a residir em casa de uma irmã.

O mês em que viveu em casa da professora Rosa Maria foi muito importante para a Inês não só por se encontrar afastada do pai e da violência que este praticava mas por ser perceptível que neste período de tempo recuperou algum sentimento de segurança fundamental para o seu bem-estar. Percepciona de modo positivo outras realidades de organização familiar, de partilha e afecto.

Inês – *“(…) foi muito fixe (...) é diferente, porque as minhas condições no meu apartamento é diferente das condições de lá na casa da professora é muito diferente. Ela tem tudo. Tem...fogo... é muito diferente (...) na primeira noite em que eu tava lá eu estranhei porque não os ouvia a discutir na cama, porque a minha mãe tava sempre a discutir com o meu pai e eu fui assim pra filha dela “fogo aqui ao menos aqui ninguém discute”(…) e depois fomos à praia*

também, chegamos a ir à praia...o marido dela era muito simpático, só dizia anedotas e tava-me sempre a rir (...).É mais simpático a falar pras pessoas, não fala com aquele ar agressivo. É brincalhão, está sempre a brincar, oferece mais. Quando eu tava lá em casa dele ele dizia “come isto, come aquilo”.

Para além da admiração que a Inês tem pelo casal que acolheu é evidente que admira o Sr. José (marido da professora Rosa Maria) enquanto marido e pai, tendo feito referência a vários aspectos da relação pai-filha.

Inês – *“(...) eu cheguei muitas vezes a dizer “quem me dera ter assim um pai como o teu” pra filha.(...) ele era muito generoso pra filha. E depois a filha pedia-lhe e ele fazia. Às vezes não é? Também não era tudo que a filha queria, não é? Sei lá...é generoso para as pessoas, é amável, fala bem, não é ta assim a falar alto, brinca também quando tem de brincar, ralha também quando tem de ralhar, mas não bate...”*

Depois de viver um mês separada da mãe, decidiram procurar uma casa para viverem juntas. A Inês salienta como aspectos positivos desta ausência do pai o facto de não ouvir discussões, de ter “sossego” e alguma liberdade que quando morava com o pai não tinha. Faz referência ao excessivo controlo que o pai exercia sobre as suas relações interpessoais (e.g. amizades), sendo possível depreender pelo seu discurso que por vezes em consequência disso se sentia isolada.

Inês – *“Eu quando tou em casa com a minha mãe eu pergunto-lhe “Fogo oh mãe que sossego, tu não notas que sossego?” e ela “Realmente” (...) É melhor. Fogo, muito melhor.(...) Pra já não quer dizer que eu usufrua dessa liberdade que a minha mãe me dá, mas, eu quero ir a algum lado com uma amiga, a minha mãe deixa-me de tarde ou assim... o meu pai não deixava, eu tava sempre em casa sozinha ou ia lá uma amiga minha a minha casa que era minha vizinha, de resto não ia mais ninguém. Eu tava sempre sozinha em casa, nunca ia dar voltas, só se fosse à catequese (...)Tou com a minha mãe, é assim...é muito, muito melhor. Claro que eu e a minha mãe também temos as nossas discussões (...) Mas a minha mãe não me bate, por amor de Deus, fogo...”*

O Pedro demonstra ter sentimentos ambivalentes no que respeita à saída de casa. Por um lado sente-se melhor porque já há algum tempo que pedia à mãe para sair de casa, por outro lado são evidentes os constrangimentos sociais que esta saída de casa implicou. Demonstra sentir-se um pouco confuso, focando-se nos aspectos que eram para si importantes quando residia com os pais juntos (e.g. ter o seu espaço, estar perto dos seus amigos).

Pedro – “Tenho me sentido melhor, já não vejo assim confusão.”

“Não porque é preferível depois de este episódio [que originou a saída de casa] ter os pais separados. Estar com um e estar com o outro é melhor. Se estivessem juntos o ambiente ia ser mau” [questionado sobre se sentiria triste por ter os pais separados]

“ Isso é raro [estar com os amigos depois da saída de casa] e pra mais tenho de vir sempre de autocarro e autocarro não tenho a todas as horas. (...) Claro que gostava de estar mais na minha casa, era preferível, tinha o meu espaço.”

Relativamente à saída de casa tanto a Inês como o Pedro, salientam como aspecto positivo a ausência de discussões e agressões. A Inês não se foca em aspectos menos positivos que possam ter resultado desta saída de casa, tendo referido apenas que a casa onde morava com os pais juntos tinha melhores condições do que a casa onde reside actualmente com a mãe. No entanto, não se refere a este aspecto, como sendo algo que possa afectar o seu bem-estar. O Pedro referiu que já tinha pedido várias vezes à mãe para sair de casa, contudo, agora que aconteceu o que desejava, pelo seu discurso percebe-se que se sente melhor por viver sem os conflitos mas prende-se a aspectos importantes para jovens da sua idade como é o caso dos amigos, com os quais não pode estar tantas vezes e o facto de sentir falta do seu espaço.

3º Momento – Viver sem violência

- **Percepção do abusador/pai**

A Inês refere-se ao pai em termos de personalidade como este tendo uma dupla faceta, retratando-o como hostil para a família. No que respeita ao consumo de álcool, apesar de referir que o pai ingere bebidas alcoólicas em excesso a Inês não atribui a estes consumos a razão pela qual o pai é agressivo.

Inês – *“Não, ele de si mesmo já era agressivo. Mesmo sem beber já era. Ele pra’s pessoas de fora ele dava a ideia de que fosse o homem ideal, porque toda a gente de fora diz que ele é uma pessoa muito, muito....(...) Eu não sei porque mas ...eu digo sempre às pessoas “Vocês é que não o conhecem dentro de casa porque ele é totalmente diferente”(...) Porque ele fala bem para as pessoas, é amigo das pessoas. Dá mais depressa às outras pessoas do que dá às pessoas da família (...) É divertido pras pessoas, brinca mais com as crianças dos outros do que com os próprios filhos.”*

Durante a entrevista a Inês nunca evidenciou qualquer sentimento positivo pelo pai nem

fez qualquer referência, por exemplo, a brincadeiras de quando era criança com o pai. Caracteriza o pai baseando-se em atributos negativos, traduzindo-se os mesmos em sentimentos muito extremados pela figura parental. Referiu-se ao pai como uma pessoa má, mentirosa, tendo dito que preferia que o pai morresse. Demonstra-se firme e ciente da decisão que ela e a mãe tomaram ao decidirem sair de casa. Referiu que não voltou a ver o pai nem a falar com ele desde que saiu de casa com a mãe e diz que não pretende fazê-lo.

Inês - *“Às vezes diz [a mãe]...”o teu pai isto, o teu pai aquilo” e eu “oh mãe não me fales dele, não lhe chames pai, a sério, que aquilo não é pai nenhum”, eu costumo dizer isto porque um pai pai, não bate a uma filha nem à mulher...um pai não trata mal, por amor de Deus, um pai daqueles não é pai nenhum, mas pronto.(...) E já disse à minha mãe quem nem ao funeral dele vou...quem me dera que isso chegasse já daqui a pouco tempo.”*

“(...) Nem que ele diga que é o homem mais bonito do mundo, mais simpático e que mudou eu não quero falar mais”

“Ele mandou uma mensagem a dizer “vou sair daqui, vinde buscar as vossas coisas.”, e eu nem respondi. (...) Já foi praí há uma semana. Eu não respondi. Eu disse “eu não vou responder” à minha mãe, disse logo à minha mãe.”

O discurso do Pedro faz referência à existência de um ciclo de violência quando diz que o pai prometeu várias vezes que iria mudar, nomeadamente deixar de consumir bebidas alcoólicas, mas que tal nunca aconteceu. Demonstra assim descrença pela mudança do ofensor (pai). Na perspectiva do Pedro o álcool não deixa de estar associado à emergência de violência. Quando questionado sobre o que sentia nos momentos em que via o pai insultar e bater na mãe menciona emoções negativas. Contudo, apesar dessas emoções, fala frequentemente com o pai ao telefone e já esteve com ele.

Pedro – *“Raiva e ódio.”* [quando via o pai insultar ou bater na mãe]

“Ele já me disse no outro dia que eu tive que ir ter com ele por causa de uma coisa da escola...e ele disse “convence a tua mãe a vir pra cima “ e não sei quê e tal (...)só me ria, porque já tinha ouvido aquela história várias vezes (...) que tinha mudado e não sei quê e depois era sempre a mesma coisa... a minha mãe pedia-lhe “se deixares de beber pode ser que resulte”. Ele deixava uns dias e depois já não (...) Começava pelas sem álcool e depois...”

Acerca do consumo de álcool por parte do pai, o Pedro acredita que o pai possa talvez deixar de beber, mas não acredita que o seu comportamento mude.

Pedro – *“Pode mudar na questão do álcool, mas eu acho que ele vai ser sempre o mesmo. (...) Porque ele até podia deixar de beber mas feitiço ia ser o mesmo (...) Tem uma parte que influencia mas...há pessoas que bebem e não discutem.”*

Após a saída de casa o Pedro já voltou a falar e estar com o pai, tendo referido contudo que o seu irmão não queria falar com o pai quando este telefonava nos dias que se seguiram à saída de casa. Percebe-se que a mãe procura e incentiva os filhos a manter a ligação pai-filhos, constatando-se que também o Pedro revela esta preocupação relativamente ao irmão que é mais novo (13 anos) e que numa fase inicial (após a separação) rejeitava os contactos que o pai procurava estabelecer consigo.

Pedro – *“(...) nos primeiros dias o meu pai ligava-me várias vezes e ele [irmão] não queria falar com ele. (...) Eu falava e dizia pra ele falar e depois a minha mãe dizia pra ele falar que não proibia e não sei quê. (...) Mesmo assim ele não queria, estava muito abalado. (...) Só que depois até falou e já esteve com ele.”*

Comparando estes dois casos percebe-se que existem diferenças claras face à percepção que a Inês e o Pedro têm acerca da figura paterna. A Inês não voltou a estar nem a falar com pai e diz que não pretende fazê-lo. Referiu que o pai lhe enviou uma mensagem à qual não respondeu por vontade própria. O Pedro atende os telefonemas do pai, está com ele e tenta convencer o irmão a falar também com o pai.

No que respeita ao consumo de álcool encontram-se semelhanças nos relatos da Inês e do Pedro uma vez que ambos consideram que mesmo que o seu progenitor deixasse de consumir, não deixaria de ser agressivo. Ambos referem-se à personalidade dos progenitores como sendo indivíduos maus em si mesmos e que independentemente do consumo de álcool serão sempre agressivos. Consideram que o consumo de álcool poderá agravar os comportamentos agressivos de ambos os pais, mas que não é a única razão.

- **Percepção das reações cognitivas e emocionais**

Relativamente às percepções cognitivas e emocionais, questionada acerca do que na sua opinião levava o seu pai a ser tão agressivo consigo e com a sua mãe, e anteriormente também com a irmã, a Inês reconhece a existência da transgeracionalidade da violência e de isso poder estar na base da violência conjugal dos pais. Considera contudo que tal não justifica o comportamento violento do pai.

Inês – *“Ele também quando era pequeno, o meu avô também não era peça boa...esse meu avô...ele só a partir de certa idade é que também deixou de beber, porque ele também ia pa casa de raparigas, pronto traía a minha avó muitas vezes e também batia na minha avó (...) ele também em pequenito, acho que também ele...não sei...acho que já se meteu no álcool quando era pequeno o meu pai (...) Por causa do meu avô que também bebia, e depois ele quis experimentar e depois experimentou, e depois também ia com os amigos e começou assim... o meu avô também batia à minha avó e isso, às filhas (...)Não é nenhuma desculpa [exposição do pai à violência interparesparental e hábitos de consumo de álcool desde criança], fogo, ele não tem desculpa.”*

Quase no final da entrevista a Inês emocionou-se quando referiu ter medo que a sua mãe possa voltar para o pai, sendo perceptível que isto a deixa naturalmente insegura. Revelou confrontar a mãe relativamente às decisões que esta possa tomar no futuro (e.g. reconciliação dos pais).

Inês - *“Eu tenho medo (...) que venham pessoas meter ideias como a minha irmã e ela voltar pra ele. Mas eu já disse à minha mãe “A próxima vez que tu voltares pra ele, tu esquece porque eu...se tu preferes voltar pra ele do que a mim, eu vou pra uma instituição, se elas não me quiserem numa instituição eu fujo de casa”. (...) Se ela falar, ela volta pra ele. Tenho a certeza!”*

O Pedro referiu que de certa forma já antevia quando o pai iria ter ou não comportamentos violentos fazendo algumas referências à questão do olhar do pai o que demonstra que conseguia perceber alguns indicadores de risco no comportamento não verbal do pai. Contou ainda quem no dia a seguir aos episódios violentos o pai dizia não se lembrar do que tinha acontecido.

Pedro – *“Bastava olhar para os olhos dele que eu já sabia que ele tava diferente (...) [Mas vias o quê nos olhos dele?] Um bocadinho maiores ou...não sei...não consigo lhe explicar....ou sentia aquilo dentro de mim.”*

“Se a discussão tivesse sido muito grande falavam raramente no dia seguinte, mas normalmente no dia a seguir já tava tudo bem porque ele já não se lembrava (...) da maneira que ele tava por vezes até parecia anestesia e ele depois já não se lembrava se calhar.”

“(...)Gostava de ter uma família como toda a gente (...) que isto nunca tivesse acontecido”

Tanto a Inês como o Pedro a nível cognitivo demonstram ideias claras relativamente à atribuição de culpa pelos conflitos interparentais. Têm a noção clara que a responsabilidade de tais situações é exclusivamente da figura paterna (em ambos os casos) e através do seu discurso não se depreende que sintam qualquer responsabilização pelos conflitos interparentais. A Inês demonstra sentir uma grande insegurança, acreditando que se a mãe voltar a falar com o pai irá voltar para ele. Esta insegurança natural nestas situações é ainda reforçada com os comentários da mãe quando ambas têm algum desentendimento. O Pedro apesar de, por um lado se sentir melhor e mais seguro vivendo sem o pai, demonstra tristeza quando aborda o assunto da família, focando-se na falta que sente de ter uma família “como toda a gente”.

3.4.2.2. Análise às escalas: S.A.N.I; E.C.C.V e C.P.I.C

As três escalas (S.A.N.I; E.C.C.V; e C.P.I.C) preenchidas pela Inês e pelo Pedro encontram-se em anexo.

Como anteriormente referido os dois jovens sobre os quais se debruça este estudo de caso, numa fase anterior integraram o GI do estudo quantitativo. O preenchimento da escala S.A.N.I (Sinalização do Ambiente Natural Infantil) possibilitou a caracterização do contexto familiar dos dois jovens (“Inês” e “Pedro”), identificando a tipologia dos maus tratos mais frequentemente praticados e o reconhecimento destes dois jovens como vítimas directas e indirectas dos comportamentos abusivos que compõem a escala.

Tabela 3.6. Distribuição dos resultados dos jovens na Escala S.A.N.I – tipologias de abuso e vítimas de abuso

Escala S.A.N.I	Abuso Físico						Abuso Emocional								
	2	11	15	17	25	28	1	3	6	9	16	19	21	24	30
Itens	2	11	15	17	25	28	1	3	6	9	16	19	21	24	30
“Inês”	3	4	4	3	3	4	4	4	4	4	2	4	4	2	4
“Quem é a vítima?”	mf	mf	mf	mf	mf	mf	mf	mf	mf	mf	mf	f	f	mf	mf

Escala S.A.N.I	Coerção							Controlo							
	4	8	10	13	22	26	29	5	7	12	14	18	20	23	27
Itens	4	8	10	13	22	26	29	5	7	12	14	18	20	23	27
“Inês”	4	0	4	4	4	4	0	3	0	4	4	4	3	4	4
“Quem é a vítima?”	mf	-	m	mf	m	mf	-	mf	-	mf	mf	mf	mf	mf	mf

Escala S.A.N.I	Abuso Físico						Abuso Emocional								
	2	11	15	17	25	28	1	3	6	9	16	19	21	24	30
Itens	2	11	15	17	25	28	1	3	6	9	16	19	21	24	30
“Pedro”	0	0	2	1	0	2	2	1	4	4	1	0	0	4	0
“Quem é a vítima?”	-	-	m	m	-	m	mf	m	m	mf	m	-	-	m	-

Escala S.A.N.I	Coerção							Controlo							
	4	8	10	13	22	26	29	5	7	12	14	18	20	23	27
Itens	4	8	10	13	22	26	29	5	7	12	14	18	20	23	27
“Pedro”	0	0	2	0	3	0	0	3	1	0	0	0	0	0	4
“Quem é a vítima?”	-	-	m	-	m	-	-	m	f	-	-	-	-	-	m

Legenda “Quem é a vítima?”: m= mãe; f= Filho (s); mf= Mãe e filho (s)

Relativamente à Inês, como é possível constatar analisando a tabela 3.6. esta jovem

assinalou como acontecendo com frequência quase todos os itens da escala S.A.N.I à exceção do item 7 (“Não deixar fazer as tarefas que têm de ser feitas (ex: trabalhos de casa, arrumações, compras)”), item 8 (“Obrigar uma pessoa a trabalhar muito”) e item 29 (“Levar à força uma pessoa para certos sítios”). É ainda possível verificar-se que os itens que dizem respeito ao abuso físico e abuso emocional foram todos assinalados pela jovem como acontecendo “Às vezes” (2) “Muitas vezes” (3) ou “Quase sempre” (4). Os itens que dizem respeito ao “Abuso Físico” foram todos assinalados como sendo dirigidos tanto à mãe como à jovem. Assim, e tendo em conta as respostas dadas pela Inês à escala S.A.N.I, verifica-se que para além de ter sido vítima indirecta, tendo estado exposta a actos abusivos praticados pelo seu pai sobre a sua mãe, na maior parte das situações abusivas que a escala contempla, foi também alvo directo desses mesmos comportamentos.

No que respeita às situações violentas assinaladas pelo Pedro como sendo mais frequentes no seu contexto familiar, analisando a tabela 3.6. verifica-se que o jovem classificou como ocorrendo “Muitas vezes” (4) os seguintes itens: item 6 (“Gritar muito e muito alto com alguém”), item 9 (“Obrigar uma pessoa a fazer tudo o que se quer como se fosse um(a) criado(a).”), o item 24 (“Fazer acusações que não são verdadeiras só para magoar uma pessoa”) e o item 27 (“Ter ciúmes ou desconfiar muito de alguém”). Estes itens constituem três das quatro tipologias de maus tratos contempladas na S.A.N.I (Abuso Emocional, Coerção e Controlo). Verifica-se que em termos gerais os comportamentos abusivos assinalados pelo Pedro como sendo mais frequentes são os que dizem respeito ao “Abuso Emocional”. Relativamente a quem é vítima destas situações abusivas e analisando em termos gerais os quatro factores que a escala contempla verifica-se que na sua maioria o Pedro assinalou a mãe como sendo a vítima, permitindo assim concluir, que esteve mais frequentemente exposto à violência interparental, sendo vítima indirecta, do que sendo o alvo directo desses comportamentos abusivos.

Os resultados obtidos na escala E.C.C.V permitiram aceder às crenças que os dois jovens têm acerca da violência em geral através dos relacionamentos interpessoais.

Tabela 3.7. Notas totais obtidas pelos jovens por cada factor na E.C.C.V

Subescalas da E.C.C.V	Min.	Max.	“Inês”	“Pedro”
Determinantes Socioculturais	11	44	12	14
Determinantes Individuais	12	48	19	18
Determinantes Educativos	6	24	6	7
Etiologia da Violência	3	12	4	8

Partindo da análise da tabela 3.7. verifica-se que os valores totais dos quatro factores contemplados na escala são nos casos dos dois jovens muito baixos, isto porque como se pode constatar nas escalas preenchidas (cf. anexo) a maioria dos itens têm cotação 1 o que significa que não existia concordância por parte dos jovens com o conteúdo dos itens.

No caso da Inês, observando-se a tabela, verifica-se que demonstrou não concordar com nenhum dos itens que integram a subescala “Determinantes Educativos” uma vez que obteve nesta escala a pontuação mínima o que permite concluir que não legitima o uso da violência como prática educativa.

Os itens que a Inês demonstrou ter uma postura mais concordante foram: item 3 (“A violência tem a ver com o querer exercer o controlo”), e item 32 (“A violência tem a ver com poder ou desigualdade”), integrando estes dois itens a subescala “ Etiologia da violência”.

O item 9 (“O álcool é responsável pela violência das pessoas”) integrado na subescala “Determinantes Individuais” obteve também a pontuação máxima por parte da Inês. Talvez se verifique elevada concordância com este item devido ao facto de o pai da jovem consumir diariamente e em excesso bebidas alcoólicas, o que poderá levar a Inês a fazer uma associação entre o consumo de álcool e posteriores comportamentos violentos.

Relativamente ao Pedro apesar de ter pontuado um pouco mais em 3 das subescalas

(“Determinantes Socioculturais”, “Determinantes Educativos” e “Etiologia da Violência”) comparativamente com a Inês, tal diferença não é significativa, uma vez que, como referido anteriormente a maioria dos itens têm cotação 1 o que significa que não existia concordância por parte do jovem com o conteúdo dos itens.

Tanto a Inês como o Pedro não revelam, no geral, crenças desajustadas face à violência em geral.

Procedeu-se por último à avaliação das percepções que estes jovens têm dos conflitos interparentais através da administração da C.P.I.C (*Children’s Perception of Interparental Conflict Scale*) (cf. anexo).

Tabela 3.8. Notas totais obtidas pelos jovens nas subescalas da C.P.I.C

Subescalas C.P.I.C	Min.	Max.	“Inês”	“Pedro”
Intensidade	0	14	14	8
Frequência	0	12	10	11
Resolução	0	12	10	7
Ameaça percebida	0	12	12	3
Eficácia no <i>coping</i>	0	12	4	1
Culpa	0	10	5	0
Conteúdo	0	8	3	0

A Inês obteve, como se constata analisando a tabela 3.8. uma pontuação elevada na escala, tendo pontuado em todas as subescalas. A Inês caracteriza os conflitos interparentais como sendo bastante severos, tanto pela intensidade, frequência, como pela ausência de resolução adequada dos mesmos. Os conflitos existentes entre os pais são ainda percebidos pela jovem como altamente ameaçadores. Nas subescalas “Intensidade” e “Ameaça percebida” verifica-se que a Inês obteve a pontuação máxima possível nas mesmas.

Relativamente às percepções do Pedro face ao conflito interparental verifica-se através da análise da tabela 3.8. que não existem sentimentos de culpa face à ocorrência dos conflitos interparentais tal como se verifica a negação de que o conteúdo dos conflitos entre os pais esteja relacionado consigo uma vez que não pontuou nas duas subescalas “Culpa” e “Conteúdo”. Nas subescalas “Ameaça percebida” e “Eficácia no coping” a pontuação obtida é baixa o que permite concluir que por um lado não percepção os conflitos entre os pais como ameaçadores mas, por outro lado, sente que não é capaz de lidar de modo eficaz com os conflitos existentes entre os pais. Foi na subescala “Frequência”, relacionada com as propriedades do conflito que o Pedro pontuou mais o que permite concluir os conflitos interparentais são percebidos como ocorrendo de modo frequente.

3.4.3. Discussão dos resultados

A presente investigação assentou em dois tipos de metodologia. A investigação quantitativa permitiu comparar dois grupos, um de crianças com historial de exposição à violência (GI) e outro com crianças sem historial de exposição à violência (GII), com objectivo de demonstrar a existência ou não de diferenças entre estes grupos ao nível das crenças e da percepção sobre os conflitos interparentais. O estudo de caso surgiu da necessidade de compreender a vivência de crianças expostas à violência e poder através da análise do seu discurso perceber a forma como pensa a violência em geral, mas especificamente a violência a que estão exposta no seu contexto familiar. Desta forma conseguimos apreender o modo como as crianças expostas à violência interparental constroem a sua própria experiência através das suas acções, intenções, sentimentos e crenças, encontrando no estudo qualitativo alguns fundamentos para a compreensão dos dados quantitativos.

O primeiro objectivo deste estudo pretendia avaliar através da própria criança/jovem o seu sistema/contexto familiar de modo a verificar a existência ou não de situações de violência. A análise dos resultados obtidos na escala S.A.N.I permitiu a confirmação de

que se estava na presença de dois grupos claramente distintos face à experienciação de situações de violência do GI (crianças com historial de exposição à violência) e GII (crianças sem historial de exposição à violência), apresentando o GI uma média ($X=36,02$) bastante superior à média apresentada pelo GII ($X=3,10$). Desta forma demonstramos de forma empírica a diferenciação dos grupos tendo por base a experiência de vitimação no contexto familiar. A análise aos resultados da escala permitiu ainda compreender o tipos de actos violentos observados e/ou vividos, assim como identificar as principais figuras alvo da violência.

Os resultados vão de encontro ao que é defendido na literatura, tornando clara a associação entre violência conjugal e mau trato à criança (cf. 1.2 “Relação entre a violência sobre o cônjuge e a vitimação da criança”). Inicialmente as crianças expostas à violência interparental não eram consideradas vítimas uma vez que este estatuto de vítima era facultado somente a quem era vítima directa do mau trato. Actualmente já se considera vítima uma criança que esteja apenas exposta ao conflito interparental, sendo considerada vítima de maus tratos psicológicos/emocionais. Para além da exposição é sabido, e os resultados deste estudo confirmam isso, que muitas vezes a exposição à violência interparental está também associada ao mau trato directo exercido sobre a criança. Como referido anteriormente, de acordo com Matos (2002), há uma percentagem significativa de homens que para além de agredirem fisicamente as suas mulheres também agridem os seus filhos. Assim sendo, percebe-se que, se por um lado existem crianças que são vítimas indirectas, existem outras que para além da exposição são também alvo directo de maus tratos. Estes aspectos teóricos reforçados pelos resultados deste estudo, deverão servir de alerta para a importância de se sinalizar situações conhecidas de crianças expostas ao conflito conjugal. De facto, de acordo com Canha (2008) deve-se dedicar especial atenção, quando se abordam fenómenos como a violência doméstica, ao elemento mais frágil que dele emerge, a criança. A criança é, sem dúvida, por razões óbvias, de todos os elementos que constituem o seio familiar, o que apresenta maior fragilidade, dependência, sendo por isso mesmo mais indefesa e vulnerável (Canha, 2008).

O segundo objectivo desta investigação pretendia averiguar se existem diferenças aos níveis de crenças consoante a vivência ou não num ambiente familiar violento, tendo sido os resultados provenientes da escala E.C.C.V o que permitiu tirar conclusões face a este objectivo. Os resultados obtidos na E.C.C.V deverão sensibilizar-nos para o efeito que a exposição à violência poderá ter nas crianças, designadamente quanto à forma como pensam o fenómeno. Em termos totais globais foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, apesar de a média resultante dos dois grupos ser ligeiramente diferente (GI =59,38 e GII = 55,22). Contudo, numa análise pormenorizada dos quatro factores que integram a escala não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos. Estes resultados refutam desde logo a ideia, muitas vezes preconcebida, de que as crianças expostas à violência apresentam crenças mais erróneas, admitindo-se a possibilidade de a vivência do fenómeno favorecer, antes pelo contrário, a desconstrução de ideias erradas acerca da violência. De facto, muitas crianças expostas à violência, devido a essa mesma exposição, desenvolvem uma maior capacidade de distinção entre o que é certo e o que é errado relativamente à violência. Os dois estudos de caso apresentados são dois exemplos que corroboram bem esta ideia. Tanto a Inês como o Pedro estão expostos à violência no seu contexto familiar há vários anos (no caso da Inês a violência exercida pelo pai é desde há muitos anos tanto psicológica como física, sendo que no caso do Pedro a violência física durou cerca de um ano, ao contrário da violência psicológica que durou vários anos) e nem um nem outro apresentam, no geral, crenças distorcidas sobre a violência.

Estes resultados que apontam para a ausência de diferenças estatisticamente significativas (analisando cada factor individualmente) entre o GI e o GII, e especificamente a análise das respostas dadas às escalas pelo Pedro e pela Inês, bem como pelos relatos dos mesmos, reforçam a ideia de que a violência interparental não tem obviamente que resultar em desajustamento psicológico. De facto, de acordo com Coutinho e Sani (2008b) as respostas das crianças expostas à violência interparental podem variar bastante podendo ir desde a inexistência de sintomas até à psicopatologia, o que poderá ter repercussões em vários aspectos, nomeadamente ao nível das crenças sobre a violência. Como referido, uma criança que conviva diariamente com a violência não tem obrigatoriamente que evidenciar crenças erradas sobre o fenómeno.

O terceiro objectivo, ainda relacionado com o estudo comparativo, pretendia, através dos resultados obtidos na escala C.P.I.C, verificar se existem diferenças ao nível das percepções consoante a vivência ou não num ambiente familiar violento. Os resultados obtidos na escala C.P.I.C apontam de facto, para a existência de uma relação entre a exposição à violência e as percepções que a criança exposta formula acerca dos conflitos interparentais, sendo o GI o grupo que apresenta percepções mais negativas sobre os conflitos interparentais comparativamente ao GII. Os resultados evidenciam diferenças estatisticamente significativas não só em termos totais mas também em cada subescala na C.P.I.C. a média apresentada pelo GI ($X=49,59$) é bastante superior ao GII ($X=21,92$).

Relativamente ao factor 1 denominado “Propriedades do conflito e eficácia no coping” tal como o nome indica integra por um lado aspectos relacionados com as propriedades do conflito interparental, especificamente a intensidade, frequência, resolução do conflito e por outro lado, a percepção das crianças relativamente as estratégias de coping que utilizam como sendo ou não eficazes. Grych e Fincham (1990) debruçam-se sobre aspectos como a intensidade, frequência e resolução do conflito interparental para tentarem explicar o impacto que a exposição poderá ter no ajustamento da criança. Os resultados estatisticamente significativos obtidos no estudo comparativo nestas subescalas apontam para a importância que estas variáveis poderão ter no ajustamento psicológico das crianças. De acordo com Grych e Fincham (1990) o aumento da exposição a situações de conflito pode desencadear uma maior incidência de problemas de ajustamento. No que toca à *intensidade*, as diferenças encontradas nos dois grupos são como referido estatisticamente significativas. O GII tal como o GI também salienta na escala S.A.N.I algumas situações de violência, mais voltadas para a violência psicológica, enquanto o GI para além de ter assinalado um grande número de situações de violência integradas no que se denomina de violência psicológica, assinalaram também um grande número de situações de violência física. É fácil perceber-se que ao nível do impacto a percepção do conflito por parte da criança como sendo algo intenso, como é o caso de situações de conflito que envolvem agressão física são mais perturbadores para a criança quando comparadas com formas de conflito menos intensas (Grych & Fincham, 1990).

Relativamente à *Resolução* do conflito as diferenças entre os dois grupos também foram estatisticamente significativas, havendo um número elevado de respostas dadas pelo GI que apontam para a ausência de resolução nos conflitos existentes entre os pais. A resolução do conflito é essencial para minimizar o impacto negativo que o conflito tem no ajustamento psicológico da criança (Cummings, 1998). Uma adequada resolução do conflito relaciona-se também com a eficácia das estratégias de coping utilizadas pela criança. O coping, sendo um conjunto de estratégias que o indivíduo utiliza para se adaptar a circunstâncias adversas, resulta das constantes avaliações e reavaliações que o indivíduo faz das suas interações com o meio (Antoniazzi et al., 1998; Pais-Ribeiro & Santos, 2001). Percebe-se que uma criança constantemente exposta ao conflito interparental percepcione em vários momentos o seu coping como pouco eficaz devido às avaliações que vai fazendo do seu próprio contexto familiar.

Tendo em conta as respostas dadas pela Inês e pelo Pedro à escala C.P.I.C percebe-se que ambos não percepcionam os conflitos existentes entre os pais como sendo algo frequentemente alvo de resolução, sendo isto mais vincado no caso da Inês, uma vez que obteve, comparativamente ao Pedro uma pontuação mais elevada na subescala *Resolução*. Estes resultados vão de acordo aos seus relatos. Tanto a Inês como o Pedro não fazem referências a episódios em que os pais tenham resolvido de modo adequado os conflitos. A Inês talvez possa ter pontuado mais na subescala *Resolução* uma vez que os conflitos existentes entre os pais eram mais frequentes e severos que no caso do Pedro. A violência física exercida sobre a mãe, no caso na Inês era algo constante e ao contrário do Pedro, a Inês era frequentemente alvo directo de maus tratos praticados pelo pai.

No que toca à frequência da ocorrência dos conflitos as diferenças encontradas entre o GI e o GII foram também estatisticamente significativas. De acordo com Benetti (2006) a exposição frequente da criança ao conflito interparental poderá contribuir para que apresentem níveis mais elevados de stress. Tanto a Inês como o Pedro obtiveram uma pontuação bastante elevada na escala denominada *Frequência*. De acordo com os relatos da Inês e do Pedro percebe-se que de facto que os conflitos existentes entre os

pais eram bastante frequentes sobretudo pelo modo como “banalizam” o início de cada discussão.

Tanto a Inês como o Pedro consideram, relativamente as estratégias de coping que utilizam para lidar com os conflitos interparentais, como sendo de um modo geral eficazes, sendo esta percepção de *Eficácia no coping* mais evidente no caso do Pedro. Talvez seja mais evidente no caso do Pedro devido à sua idade, também por referir, como se verifica pelos seus relatos que era o “homem da casa”, sendo evidente a necessidade que tinha de sentir que conseguia proteger o seu irmão (mais novo) dos conflitos.

No que concerne ao factor 2 da escala C.P.I.C respeitante à “*Ameaça percebida*” existem grandes diferenças relativamente à média que cada grupo apresenta (GI=30,24 e GII=12,16). São vários os autores que fazem referência à elevada percepção de ameaça que as crianças expostas ao conflito interparental apresentam (Coutinho & Sani, 2008b; Davies & Cummings, 1994; Jaffe et al. 1990). O modelo da Segurança Emocional de Cummings e Davies (1994) foca este aspecto quando se refere ao sentimento de insegurança como sendo algo comum nas crianças expostas à discórdia parental. O sentimento de insegurança torna a criança mais vulnerável ao conflito interparental o que irá naturalmente afectar o seu bem-estar emocional uma vez que o sente ameaçado. Contudo, importa referir que os conflitos quando são resolvidos pelos pais poderão não ser percebidos pela criança como ameaçadores (Davies & Cummings, 1994) o que irá minimizar o impacto negativo da exposição.

Nos estudos de caso, percebe-se que a Inês percebe os conflitos interparentais como altamente ameaçadores (tendo tido a pontuação máxima a subescala “*Ameaça percebida*” da escala C.P.IC) enquanto o Pedro percebe os conflitos existentes entre os pais como pouco ameaçadores. Esta diferença poderá prender-se essencialmente com dois aspectos, a tipologia e duração da violência. A Inês para além de estar exposta ao conflito interparental é também alvo directo de maus tratos infligidos pelo pai (maus tratos psicológicos e físicos), enquanto o Pedro está apenas exposto ao conflito interparental. Para além disso, o Pedro relata que os maus tratos físicos começaram há cerca de um ano, enquanto a Inês recorda desde muito pequena episódios de violência

física perpetrados pelo seu pai.

Relativamente ao factor 3, denominado “Culpa”, este engloba duas das subescalas da C.P.I.C, a percepção que as crianças fazem acerca do *Conteúdo*, e do sentimento de *Culpa*. Estas subescalas relacionam-se uma vez que muitas vezes as crianças expostas ao conflito interparental consideram-se culpadas pelas discussões existentes entre os pais, considerando que o conteúdo das mesmas se prende consigo (e.g., julgar que os pais discutem porque fizeram algo de errado na escola). De acordo com Grych e Fincham (1990) a falta de acordo entre os pais sobre a educação dos filhos desencadeia problemas de ajustamento na criança, uma vez que se sente culpada pelo conflito existente entre os pais.

Também neste factor foram encontradas diferenças significativas entre as respostas dadas pelo GI e pelo GII. Analisando as respostas e os relatos do Pedro e da Inês encontram-se algumas diferenças. O Pedro não revela qualquer sentimento de culpa pelas discussões existentes entre os pais, não tendo pontuado em qualquer uma das duas escalas. Por outro lado, a Inês pontuou em alguns itens integrados nestas duas subescalas, o que poderá estar relacionado com o facto de a Inês ter com o pai uma relação conflituosa, sendo que alguns conflitos entre os pais da Inês ocorriam depois da mãe da jovem ter procurado intervir no conflito entre o marido e na filha, numa tentativa de proteger a mesma.

CONCLUSÃO

Esta investigação pretendeu dar um pequeno contributo para o estudo do fenómeno da exposição de crianças à violência interparental, possibilitando um alerta para a comunidade em geral e para os profissionais que lidam com esta realidade de que o contacto directo com quem vivencia o fenómeno propicia-nos uma visão inequívoca da experiência vivida por estas crianças e conseqüentemente um conhecimento mais aproximado sobre o impacto do fenómeno. Se existem de facto de crianças que podem ver o seu ajustamento psicológico afectado devido à exposição, existem outras que conseguem ver neste contacto diário com a violência (psicológica, física) uma fonte de aprendizagem, havendo algumas crianças expostas que demonstram ser resilientes.

Os resultados provenientes na administração da escala S.A.N.I deverão reforçar a ideia de que muitas vezes estas crianças, que se julga estarem somente expostas ao conflito interparental, são também alvo directo de agressões, o que poderá contribuir para o aumento do impacto negativo conseqüente do convívio diário com a violência.

A E.C.C.V demonstra que (tendo em conta cada factor individualmente) as crianças expostas à violência interparental não têm necessariamente que evidenciar crenças erradas sobre o fenómeno da violência. Esta ideia é reforçada pelos dois estudos de caso. Tanto a Inês como o Pedro estiveram expostos à violência durante vários anos, e nem um nem outro apresentam ideias desajustadas sobre a violência.

Os resultados obtidos na C.P.I.C demonstram bem o impacto que a exposição à violência interparental pode ter nas crianças ao nível das suas percepções. Verificou-se que as crianças expostas ao conflito interparental percebem os conflitos existentes entre os pais como altamente ameaçadores. Tal facto vai ter naturalmente influência no seu sentimento de segurança física ou emocional, devendo este aspecto ser trabalhado sempre que haja a possibilidade de intervenção psicológica.

A criança que vive num ambiente familiar abusivo/violento é como se vivesse numa espécie de zona de guerra (Rossman & Ho, 2000) daí ser importante ao nível da intervenção utilizarem-se métodos que permitam à criança libertar-se um pouco do mal-estar que a sua realidade lhe cause. Assim sendo, seria importante trabalhar com estas

crianças, através de jogos, histórias, discussão de situações reais ou hipotéticas, maneiras mais construtivas e adequadas para lidar com a raiva e o conflito (Grych, Wachsmuth-Schlaefler & Klockow, 2002). As intervenções focadas nas representações que a criança tem acerca das relações de intimidade poderão não ter em alguns casos um impacto imediato, mas poderão evidenciar efeito a longo prazo no que respeita à prevenção do uso tanto da coerção como do controlo e da própria violência tanto em relações de namoro como, posteriormente, num relacionamento conjugal (Grych et al., 2002). Os profissionais deverão ser sensíveis às atribuições feitas ao conflito interparental pelas crianças expostas à violência conjugal, nomeadamente à forma como estas crianças individualmente constroem e avaliam o comportamento dos seus progenitores (Dadds et al., 1999). É importante a intervenção ter em consideração as cognições da criança, por exemplo, quando esta considera que a violência é um modo adequado para se resolver um conflito, quando considera legítimo o uso da violência como prática educativa adequada.

Este estudo serviu-se de dois tipos de metodologia, quantitativa e qualitativa. A ideia de se realizarem dois estudos de caso (investigação qualitativa) surgiu da necessidade de enriquecer o estudo, conseguindo deste modo aceder ao mundo interior das crianças, valorizando os seus relatos.

Como em qualquer investigação, surgem por vezes dificuldades e obstáculos que o investigador não consegue controlar. A principal dificuldade nesta investigação prendeu-se com a recolha da amostra do grupo de risco. De todas as CPCJ e instituições contactadas, poucas foram as que se mostraram disponíveis para colaborar no presente estudo, algo perfeitamente compreensível, devido à necessidade de disponibilidade de tempo por parte dos técnicos desses locais.

Apesar das inúmeras vantagens da utilização de instrumentos de auto-relato existem algumas limitações associadas essencialmente com respostas falseadas por parte do sujeito. Tal situação foi constatada pela própria investigadora, durante a administração da escala S.A.N.I na qual muitas crianças e jovens assinalavam a opção “Nunca” (0) a situações que durante os atendimentos tinham sido relatadas por eles próprios como sendo algo que acontecia nas suas casas.

Não obstante o número suficiente de participantes para o estudo quantitativo que realizamos seria desejável a obtenção de grupos mais numerosos, para assim pudermos ter resultados mais significativos. Assim o número de elementos que compõe cada um dos grupos é percebido como uma das limitações do estudo.

No que concerne à realização de investigações futuras, de forma a aceder a informações mais reais (relativas às mulheres vítimas de violência doméstica e às crianças expostas à violência interparental) seria importante apostar-se nesta combinação e cruzamento de informação entre método quantitativo (método padronizado) e o método qualitativo (importância da narrativa) (Rossman et al., 2000). A investigação qualitativa, assente na narrativa, é extremamente importante uma vez que permite aceder às opiniões das mães e dos seus filhos através das suas próprias palavras (Rossman et al., 2000)

A existência de estudos longitudinais que pudessem acompanhar crianças expostas à violência interparental ao longo do tempo, seria de extrema utilidade para que se pudesse analisar os efeitos da exposição à violência na infância e o funcionamento destas pessoas mais tarde (Sani, 2004). Estudos longitudinais permitirão uma melhor compreensão acerca dos mecanismos que influenciam essas crianças, fazendo com que algumas sejam mais afectadas do que outras, permitindo também, perceber quais os factores que têm um efeito amortecedor face à exposição à violência (Carlson, 2000). Ainda sobre a realização de estudos longitudinais que sejam capazes de determinar os efeitos que diferentes tipos de intervenções têm na criança exposta à violência interparental são fundamentais porque só assim se poderão desenvolver e implementar programas preventivos e interventivos eficazes (Osofsky, 1998).

A existência de poucos instrumentos aferidos à população portuguesa para esta área em estudo (exposição de crianças à violência interparental), se por um lado poderá condicionar as investigações, por outro lado deverá ser encarado como um impulsionador para que os investigadores dediquem os seus estudos à criação de novos instrumentos.

Por fim é importante reforçar a ideia de que a comunidade em geral e os profissionais que lidam com estas crianças especificamente não devem ter ideias pré-concebidas

relativamente ao impacto que a exposição à violência interparental tem na vida das crianças expostas. Se são de facto vários os domínios passíveis de serem afectados com a exposição (comportamental, emocional, físico, social e cognitivo) existe também um número significativo de crianças que não vê o seu ajustamento psicológico comprometido devido à exposição. Os profissionais deverão ser sensíveis ao facto de nem todas as crianças serem afectadas do mesmo modo com a exposição (Summers, 2006). O estudo de crianças que não apresentem problemas de ajustamento poderá ser algo valioso, no sentido em que poderá fomentar o estudo da resiliência destas crianças, da capacidade dos pais que apesar de viverem em conflito tentam criar um ambiente saudável para os filhos, importância do suporte social para o desenvolvimento de estratégias de coping (Summers, 2006). Estes estudos possibilitarão aos profissionais ajudar as crianças que testemunham a violência entre pais a lidar com estes eventos stressantes, de modo a reduzir o seu impacto negativo (Summers, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antoniazzi, A. S., Dell Aglio, D. D. & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3 (2), 273-294.
- Antunes, M. A. F. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In R. A. Gonçalves e C. Machado (orgs.), *Violência e Vítimas de Crime*, vol. I. (pp. 43-77) Coimbra: Quarteto Editora.
- APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) (2009). Dados Estatísticos Nacionais –
- Bandura, A. (1986). *Social Foundations of Thought and Action*. USA: Prentice-Hall.
- Baker, L. L., Jaffe, P. G., Ashbourne, L. & Carter, J. (2002). *Children Exposed to Domestic Violence: A Teacher's Handbook to Increase Understanding and Improve Community Responses*. London ON: Centre for Children & Families in the Justice System.
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 261-268.
- Black, D. S., Sussman, S. & Unger, J. B. (2010). A Further Look at the Intergenerational Transmission of Violence: Witnessing Interparental Violence in Emerging Adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 25 (6) 1022-1042
- Brancahona, P. G., Fogo, J. C., Williams, L. C. A. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: Avaliação do desempenho académico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2) 113-117
- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In R. A. Gonçalves e C. Machado (orgs.), *Violência e Vítimas de Crime*, vol. II. 3ª Edição. (pp. 17-37). Coimbra, Quarteto Editora.
- Carlson, B. E. (2000). Children Exposed to Intimate Partner Violence – Research Findings and Implications for Intervention. *Trauma, Violence & Abuse*, 1, 4, 321-342

- Carvalho, N. V. (2006). *As estatísticas criminais e os “crimes invisíveis”*. Retirado em 30 de Abril de 2010 em http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0272.
- Casique, L. C. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: Reflexões teóricas. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 14, (6), 137-144.
- Cedrés, J. M. Y. & Méndez, R.G. (2000). Correlatos cognitivos associados a la experiencia de violencia interparental. *Psicothema*, 12 (1), 41-48.
- Coleman, J. & Hagell, A. (2007). The nature of risk in adolescence. In J. Coleman & A. Hagell (Eds.), *Adolescence, risk and resilience – Against the odds*. (pp. 1-17). England: John Wiley & Sons, Ltd.
- Crockenberg, S. & Langrock, A. (2001). The role of emotion and emotional regulations in children’s responses to interparental conflict. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development*. (pp.129-156). Cambridge: Cambridge Press.
- Costa, V. A. & Sani, A.I. (2007). Sintomatologia de pós-stress traumático em crianças expostas a violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa*, 4, 210-221.
- Coutinho, M. J. & Sani, A. I. (2008a). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa*, 5, 284-293.
- Coutinho, M. J. & Sani, A. I. (2008b). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa abrigo. *Revista da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa*, 5, 188-201.
- Cox, M. J., Paley, B. & Harter, C. (2001). Interparental conflict and parent child relationships. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development*. (pp.249-272). Cambridge: Cambridge Press.
- Cummings. E. (1998). Children exposed to marital and violence: conceptual and theoretical directions. In G.W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, Research and Applied Issues* (pp. 55-93). Washington: American Psychological Association.

- Cummings, E. M. & Davies, P. (1994). *Children and Marital Conflict. The impact of Family Dispute and Resolution*. New York: The Guilford Press.
- Cummings, E. M. & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43 (1), 31-63.
- Cummings, E. M., Kouros, C. D. & Papp, L. M. (2007). Marital aggression and children's responses to everyday interparental conflict. *European Psychologist*, 12 (1), 17-28.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2004). *What about me! Seeking to understand the child's view of violence in the family*. London, ON: Centre for Children and Families in the Justice System.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears – How violence against a mother shapes children as they grow*. London, ON: Centre for Children and Families in the Justice System.
- Davies, P. T. & Cummings, E. M. (1994). Marital Conflict and Child Adjustment: An Emotional Security Hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116 (3), 387- 411.
- Davies, P. T. & Cummings, E. M. (1998). Exploring Children's Emotional Security as Mediator of the Link Between Marital Relations and Child Adjustment. *Child Development*, 69 (1), 124-139.
- Davies, P. T. & Forman, E. M. (2002). Children's Patterns of Preserving Emotional Security in the Interparental Subsystem. *Child Development*, 73 (6), 1880-1903.
- Davies, P. T., Forman, E. M., Rasi, J. A. & Stevens, K. I. (2002). Assessing Children's Emotional Security in the Interparental Relationship: The Security in the Interparental Subsystem Scales. *Child Development*, 73 (2), 544-562.
- Dadds, M. R., Atinkson, E., Turner, C., Blums, G. J., Lendich, B. (1999). Family Conflict and Child Adjustment: Evidence for a Cognitive-Contextual Model of Intergenerational Transmission. *Journal of Family Psychology*, 13 (2), 194-208

- Dias, I. S. (2000). A Violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade. Retirado a 4 de Fevereiro de 2010 em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e00b9864fc_1.PDF .
- Dutton, D. G. (2000). Witnessing parental violence as traumatic experience shaping the abusive personality. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*. (pp. 59-67). New York: The Haworth & Trauma Press.
- Edmond, Y. Fitzgerald, M. & Kracke, K. (2005). Incidence and Prevalence of Children Exposed to Violence: A Research Review. Retirado em 20 de Março de 2010 em <http://www.safestartcenter.org/pdf/incidence.pdf>.
- Edleson, J. L. (1999). Children's Witnessing of Adult Domestic Violence. *Journal of Interparental Violence* 4 (8), 839-870.
- Eisikovits, Z., Winstok, Z. & Enosh, G. (1998). Children's experience of interparental violence: a heuristic model. *Children and Youth Services Review*, 20 (6), 547-568.
- Fantuzzo, J. W., DePaola, L. M., Lambert, L., Martino, T., Anderson, G. & Sutton, S. (1991). Effects of interparental violence on the psychology adjustment and competencies of young children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59 (2), 258-265
- Fantuzzo, J. W. & Mohr, W. K. (1999). Prevalence and Effects of Child Exposure to Domestic Violence. *The Future of Children – Domestic Violence and Children*, 9 (3), 21-32.
- Fantuzzo, J. W., Mohr, W. K. & Noone, M. L. (2000). Making invisible victims of violence against woman visible through University/Community partnerships. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development* (pp. 9-23) New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Gewirtz, A. & Edleson, J. L. (2004). Young Children's Exposure to Adult Domestic Violence: Toward a Developmental Risk and Resilience Framework for

- Research and Intervention. Paper #6 in the Series *Early Childhood, Domestic Violence, and Poverty: Helping Young Children and Their Families*.
- Goldblatt, H. (2003). Strategies of coping among adolescents experiencing interparental violence. *Journal of Interpersonal Violence, 18* (2), 532-552.
- Gonçalves, M. J. (2003). Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência. *Análise Psicológica, 1* (XXI), 23-30.
- Graham-Bermann, S. A. (1998). The impact of women abuse on children's social development: Research and theoretical. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (pp. 21-54). Washington: American Psychological Association.
- Groves, B. M. & Fox, K. (2004). Helping Young Children Affected by Domestic Violence: The Role of Pediatric Health Settings. Paper #1 in the Series *Early Childhood, Domestic Violence, and Poverty: Helping Young Children and Their Families*.
- Grych, J. H. (1998). Children's Appraisals of Interparental Conflict: Situational and Contextual Influences. *Journal of Family Psychology, 12* (3), 437-453.
- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital Conflict and Children's Adjustment: A Cognitive-Contextual Framework. *Psychological Bulletin, 108* (2), 267-290.
- Grych, J. H., Seid, M. & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from child's perspective: the children's perceptions of interparental conflict scale. *Child Development, 63*, 558-572.
- Grych, J. H. & Cardoza-Fernandes, S. (2001). Understanding the impact of interparental conflict on children. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development*. (pp.157-187). Cambridge: Cambridge Press.
- Grych, J. H., Wachsmuth-Schaefer, T., Klockow, L. L. (2002). Interparental aggression and young children's representations of family relationships. *Journal of Family Psychology, 16* (3) 259-272.

- Harold, G. T., Shelton, K. H., Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M. (2004). Marital Conflict, Child Emotional Security about Family Relationships and Child Adjustment. *Social Development, 13*, (3) 350-376.
- Hines, D. A. & Saudino, K. J. (2002). Intergenerational Transmission of Intimate Partner Violence: A Behavioral Genetic Perspective. *Trauma, Violence & Abuse, 3* (3), 210-225.
- Holden, G. W. (1998). Introduction: The development of research into another consequences of family violence. In G.W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (pp. 1-18). Washington: American Psychological Association.
- Huot, R. (1999). *Métodos quantitativos para ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered woman*. USA, Sage.
- Jaffe, P., Crooks, C. & Bala, N. (2006). *Making Appropriate Parenting Arrangements in Family Violence Cases*. Canadá: Department of Justice.
- Jaycox, L. H. & Repetti, R. L. (1993). Conflict in Families and the Psychological Adjustment of Preadolescent Children. *Journal of Family Psychology, 7* (3), 344-355.
- Kalmuss, D. & Seltzer, J.A. (1989). A Framework for Studying Family Socialization Over the Life Cycle – The Case of Family Violence. *Journal of Family Issues, 10* (3), 339-358.
- Kashani, J. H. & Allan, W. D. (1998). *The Impact of Family Violence on Children and Adolescents*. Thousand Oaks: Sage.
- Katz, L. F. (2001). Physiological processes as mediators of impact of marital conflict children. In J. H. Grych and F.D. Fincham (Eds.), *Interparental conflict and child development* (pp. 188-212). Cambridge: Cambridge Press.
- Kerig, P. K. (1998). Gender and appraisals as mediators of adjustment in children exposed to interparental violence. *Journal of Family Violence, 13*, (4), 345-363.

- Lei 59/2007, 4 de Setembro – Alterações ao Código Penal. Versão on-line: http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-4-de/downloadFile/file/lei_59.2007.pdf?nocache=1188893854.82
- Lichter, E. L. & McCloskey, L. A. (2004). The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 344-357.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J. & Leandro, A. (2009). *A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa (1995-2007)*. Violência e Género - Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lisboa, C., Koller, S. H., Ribas, F. F., Bistencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. P. & De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (2), 345-362.
- Machado, A. P. O. (2010). *Resiliência e promoção de saúde: uma relação possível*. Retirado a 30 de Abril de 2010 em <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0516.pdf>.
- Manita, C., Ribeiro, C., Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir – Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Margolin, G., Oliver, P. H. & Medina, A. M. (2001). Conceptual issues in understanding the relation between interparental conflict and child adjustment: integrating development psychopathology and risk/resilience perspectives. In J. H. Grych and F. D. Fincham (Eds.) *Interparental conflict and child development* (pp.9-38). Cambridge: Cambridge Press.
- Margolin, G. & Gordis, E. B. (2004). Children's exposure to violence in the family and community. *American Psychological Society*, 13, (4), 152-155.
- Margolin, G. & Vickerman, K. A. (2007). Posttraumatic stress in children and adolescents exposed to family violence: I. Overview and issues. *Professional Psychology: Research and Practice*. 38 (6), 613-619.

- Matos, M. (2002). Violência Conjugal In R. A. Gonçalves e C. Machado (orgs.), *Violência e Vítimas de Crime*, Vol. I, (pp.81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- McDonald, R. & Grych, J. H. (2006). Young Children's Appraisals of Interparental Conflict: Measurement and Links with Adjustment Problems. *Journal of Family Psychology*, 20 (1), 88-99.
- McDonald, R., Jouriles, E. N., Ramisetty-Mikler, S., Caetano, R. & Green, C. E. (2006). Estimating the number of American children living in partner-violent families. *Journal of Family Psychology*, 20 (1), 137-142.
- Mohr, W., Lutz, M. J. N., Fantuzzo, J. W. & Perry, M. A. (2000). Children exposed to family violence – A review of empirical research from a developmental-ecological perspective. *Trauma, Violence & Abuse*, 1 (3), 264-283.
- Mullender, A., Hague, G., Imam, U., Kelly, L., Malos, E. & Regan, L. (2002). *Children's Perspectives on Domestic Violence*. London: Sage.
- O'Keefe, M. (1998). Factors Mediating the Link Between Witnessing Interparental Violence and Dating Violence. *Journal of Family Violence*, 13 (1), 39-57.
- Osofsky, J. D. (1995). Children who witness domestic violence: The invisible victims. *Society for Research in Child Development*, IX, (3), 1-20.
- Osofsky, J. (1998). Children as invisible victims of domestic and community violence. In E. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (pp.95-117). Washington: American Psychological Association.
- Overlien, C. (2010). Children exposed to domestic violence: Conclusions from the literature and challenges ahead. *Journal of Social Work*, 10 (1), 80-97.
- Pais-Ribeiro, J. & Santos, C. (2001). Estudo conservador de adaptação do *Ways of Coping Questionnaire* a uma amostra e contexto portugueses. *Análise Psicológica*, 4 (XIX), 491-502.
- Pepler, D. J., Catallo, R. & Moore, T. (2000). Consider the children: research informing interventions for children exposed to domestic violence. In R.A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence*. Current

- issues in research, interventions, prevention and policy development. (pp.37-57). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Pestana, M., Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. 3ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Phebo, L. & Moura, A. T. M. S. (2005). Violência Urbana: Um desafio para o pediatra. *Jornal de Pediatria*, 81 (5), 189-196.
- Relvas, A. P. (2000). Psicopatologia do desenvolvimento e contexto familiar: Perspectiva Sistémica. In I. Soares (coord.) *Psicopatologia do desenvolvimento: trajectórias (in) adaptativas ao longo da vida*. (pp.435-467). Coimbra: Quarteto Editora.
- Rogers, M. J. & Holmbeck, G. N. (1997). Effects of interparental aggression on children's adjustment: The moderating role of cognitive appraisal and coping. *Journal of Family Psychology*. 11 (1), 125-130.
- Rosen, K. H., Bartle-Haring, S. & Stith, S.M. (2001). Using Bowen Theory to Enhance Understanding of the Intergenerational Transmission of Dating Violence. *Journal of Family Issues*, 22 (1), 124-142.
- Rossmann, B. B. R., Hughes, H. M. & Rosenberg, M. S. (2000). *Children and Interparental Violence: The Impact of Exposure*. USA: Brunner/Mazel.
- Rossmann, B. B. & Ho, J. (2000). Posttraumatic responses and children exposed to parental violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe & M. Sudermann (Eds.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention, and policy development*. (pp. 85-106). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Sani, A. I. (2002a). *As crianças e a violência – Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Sani, A. I. (2002b). Crianças expostas à violência parental, in R. A. Gonçalves e C. Machado (orgs.), *Violência e Vítimas de Crime*, vol. II (pp-95-131), Coimbra: Quarteto Editora.

- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sani, A. I. (2004). O discurso de crianças expostas à violência interparental: Estudo qualitativo. *Psychologica*, 36, 109-130.
- Sani, A. I. (2006a). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*. Vol XLI (180), 849-864.
- Sani, A. I. (2006b). Escala de percepções da criança sobre os conflitos interparentais. In C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.), Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos. (pp. 577-588). Braga: Psiquilibrios.
- Sani, A. I. (2006c). Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV). In C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.), Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos. (pp. 917-926). Braga: Psiquilibrios.
- Sani, A. I. (2006d). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interparental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 4, 111-133.
- Sani, A. I. (2007a). As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Revista da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa*, 4, 198-208.
- Sani, A. I. (2007b). Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.). In M. R. Simões, C. Machado, M. Gonçalves & L. S. Almeida (Coord.), Avaliação Psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa. Vol. III. (pp. 123-135). Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex Aequo*. 18, 123-133.
- Sani, A. I. & Gonçalves, R. A. (2007). As crenças e as percepções das crianças sobre a violência: Conceptualização de um estudo empírico. *Psychologica*, 44, 79-95.

- Silva, L. L., Coelho, E. B. S., Caponi, S. N. C. (2007). Silent violence: psychological violence as a condition of domestic physical violence. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, 11 (21), 93-103.
- Stephens, D. L. (1999). Battered Women's Views of Their Children. *Journal of Interpersonal Violence*. 14 (7), 731-746.
- Sudermann, M. & Jaffe, P. (1999). *A Handbook for health and social providers and educators on children exposed to woman abuse/ family violence*. The National Clearinghouse on Family Violence. (World Wide Web Homepage) Canada: Minister of Public Works and Government Services Canada.
- Summers, A. (2006). *Children's exposure to domestic violence: A guide to research and resources*. National Council of Juvenile & Family Court Judges, Permanency Planning for Children Department.
- Tolan, P., Gorman-Smith, D. & Henry, D. (2006). Family Violence. *Annual Review of Psychology*, 57, 557-83.
- Vuong, L., Silva, F., Marchionna, S. (2009). Children Exposed to Violence (FOCUS). *National Council on Crime and Delinquency*. Retirado a 29 de Abril de 2010 em http://www.nccd-crc.org/nccd/pubs/2009_childexposure.pdf
- Wolfe, D. A., Jaffe, P., Wilson, S. K. & Zak, L. (1985). Children of battered women: the relation of child behavior to family violence and maternal stress. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53 (5), 657-665.
- Zanoti-Jeronymo, D. V., Zaleski, M., Pinsky, I., Caetano, R., Figlie, N. B. & Laranjeira, R. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira, *Cad. Saúde Pública*, 25 (11), 2467-247.

ANEXOS

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V)

SANI, A. (2003)

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesses o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

Data Nascimento: ___/___/___ Idade: 15 anos Sexo: M ___ F X Ano e Turma: 9º
Profissão do pai: _____ Profissão da mãe: _____

A seguir está uma lista de pensamentos que algumas crianças e jovens dizem ter sobre situações de violência, isto é, aquelas situações em que existe uma ou mais pessoas que tratam mal alguém ou magoam outras pessoas. Lê cada frase com atenção e faz um círculo à volta do número que na tua opinião melhor descreve aquilo em que acreditas. Não existem respostas certas ou erradas, porque cada pessoa pensa de maneira diferente das outras. Tenta responder a todas as questões, optando só por uma das hipóteses que te apresentamos.

1	2	3	4
Não Concordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito

LÊ ATENTAMENTE CADA UMA DAS FRASES

- | | | | | |
|---|----------|----------|---|----------|
| 1. Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo. | 1 | <u>2</u> | 3 | 4 |
| 2. Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado. | 1 | <u>2</u> | 3 | 4 |
| 3. A violência tem a ver com o querer exercer controlo | 1 | 2 | 3 | <u>4</u> |
| 4. As pessoas da família (ex: pais) têm direito de bater ou tratar mal. | <u>1</u> | 2 | 3 | 4 |
| 5. É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras. | <u>1</u> | 2 | 3 | 4 |
| 6. A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento. | <u>1</u> | 2 | 3 | 4 |
| 7. Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer. | <u>1</u> | 2 | 3 | 4 |
| 8. As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem. | <u>1</u> | 2 | 3 | 4 |
| 9. O álcool é responsável pela violência das pessoas. | 1 | 2 | 3 | <u>4</u> |
| 10. Quem se droga não tem culpa de ser violento. | <u>1</u> | 2 | 3 | 4 |

- | | | | | |
|--|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 11. A violência entre dois adultos é normal e aceitável. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 12. Um adulto (ex: pai-professor) tem direito a magoar uma criança para a educar. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 13. A violência entre crianças não passa de brincadeira. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 14. Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 15. A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas. | 1 | <input checked="" type="radio"/> 2 | 3 | 4 |
| 16. A violência sobre as pessoas é sobretudo cometida por estranhos. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 17. Um pai ou uma mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 18. Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 19. Quando a violência ocorre em casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20. Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos metermo-nos para acabar com a situação. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 21. A violência não pode ser controlada. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 22. As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar. | 1 | <input checked="" type="radio"/> 2 | 3 | 4 |
| 23. É mais grave uma mulher bater num homem do que um homem bater numa mulher. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 24. É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 25. As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 26. As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 27. A violência é algo que se aprende. | 1 | 2 | <input checked="" type="radio"/> 3 | 4 |
| 28. A violência é um método para tentar resolver um problema. | 1 | 2 | <input checked="" type="radio"/> 3 | 4 |
| 29. Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 30. Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 31. As pessoas merecem apanhar para aprenderem. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 32. A violência tem a ver com poder ou desigualdade | 1 | 2 | 3 | <input checked="" type="radio"/> 4 |

OBRIGADA

SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL (S.A.N.I.)

SANI, A. (2003)

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesse o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

Data Nascimento: ___/___/___	Idade: <u>15</u> anos	Sexo: M___ F <u>X</u>	Ano e Turma: <u>9º</u>
Profissão do pai: _____		Profissão da mãe: _____	

A seguir está uma lista de acontecimentos que algumas crianças dizem ter visto em casa. Lê cada frase com atenção e faz um círculo no número que na tua opinião melhor descreve o que aconteceu em tua casa neste último ano. Depois, na coluna com quadradinhos, diz a quem fizeram aquilo que acabaste de ler, pondo uma (X) cruz no quadrado correspondente. Tenta responder a todas as questões, escolhendo só uma das hipóteses que te apresentamos.

- | | | | |
|---|---|--------------|-------------------------------|
| 0 | = | Nunca | (nenhuma vez) |
| 1 | = | Poucas vezes | (1 ou 2 vezes nesse ano) |
| 2 | = | Às vezes | (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano) |
| 3 | = | Muitas vezes | (cerca de 1 vez por mês) |
| 4 | = | Quase sempre | (+ de 1 vez por mês) |

A quem fizeram ?

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI . . .

						A quem fizeram ?	
	0	1	2	3	4	A um adulto	A uma criança
1. Insultar ou chamar nomes feios a uma pessoa.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2. Atirar com coisas contra uma pessoa de propósito.	0	1	2	<u>3</u>	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
3. Ameaçar que vai <u>machucar</u> seriamente alguém.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4. Pôr uma pessoa fora de casa.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5. Não deixar conversar com certas pessoas (ex: amigos, familiares).	0	1	2	<u>3</u>	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
6. Gritar muito e muito alto com alguém.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7. Não deixar fazer tarefas que têm de ser feitas (ex: trabalhos de casa, arrumações, compras).	<u>0</u>	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Obrigar uma pessoa a trabalhar muito.	<u>0</u>	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Dizer coisas que envergonham muito uma pessoa.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
10. Obrigar uma pessoa a fazer tudo o que se quer como se fosse um(a) criado(a).	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- 0 = Nunca (nenhuma vez)
 1 = Poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano)
 2 = Às vezes (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano)
 3 = Muitas vezes (cerca de 1 vez por mês)
 4 = Quase sempre (+ de 1 vez por mês)

A quem fizeram ?

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI . . .

	0	1	2	3	4	A um adulto	A uma criança
11. Bater ou tentar bater com coisas em alguém.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
12. Não dar dinheiro para as despesas da casa.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
13. Obrigar a guardar segredo de coisas feias ou más.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
14. Estar sempre a controlar tudo (ex: o que se compra, o que se come ou bebe).	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
15. Dar pontapés ou murros numa pessoa.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
16. Gozar ou rir de alguém para a fazer sentir-se mal.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
17. Prender alguém para não se poder mexer do sítio.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
18. Não deixar sair uma pessoa de casa para alguns sítios.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
19. Prender alguém numa parte da casa (ex: quarto).	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
20. Deixar de falar com uma pessoa durante algum tempo.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
21. Dizer que destrói ou destruiu mesmo qualquer coisa de valor (ex: roupas, objectos, etc.).	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
22. Ameaçar com separações de pessoas da família.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Perseguir ou seguir uma pessoa para onde quer que esta pessoa vá.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
24. Fazer acusações que não são verdadeiras só para magoar uma pessoa.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
25. Meter medo a uma pessoa com armas ou outros objectos perigosos.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
26. Obrigar uma pessoa a fazer coisas feias ou que a envergonham.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
27. Ter ciúmes ou desconfiar muito de alguém.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
28. Puxar ou empurrar alguém com força até essa pessoa cair.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
29. Levar à força uma pessoa para certos sítios.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Dizer coisas que assustem muito a pessoa.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais - CPIC¹

(traduzida e adaptada por Sani, 2001)

D.N.: ___/___/___ Idade: 15 anos Sexo: M ___ F Ano e Turma: 9º

Eu vivo com ... ___ a minha mãe e o meu pai
___ um dos meus pais e uma madrasta ou padrasto
___ só a minha mãe ou só o meu pai
 outra pessoa (ex: avó, tia)

Em todas as famílias há momentos em que os pais não se deram bem. A seguir estão algumas coisas que as crianças às vezes pensam ou sentem quando os pais delas têm discussões ou desentendimentos. Gostaríamos que escrevesse o que pensas ou sentes quando teus pais discutem, respondendo a cada uma das afirmações abaixo.

Se teus pais não vivem juntos, responde a estas perguntas em relação ao pai/mãe e padrasto/madrasta (ou ao namorado/namorada do pai ou da mãe) com quem passas a maioria tempo. Se teus pais não vivem juntos e nenhum deles vive com um novo companheiro/companheira, pensa nas vezes em que os teus pais estavam juntos e não se davam bem, quando responderes a estas perguntas.

V = VERDADEIRO
P = POUCO ou ÀS VEZES VERDADEIRO
F = FALSO

- | | V | P | F |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Eu nunca vejo os meus pais discutindo ou discordando. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 2. Quando meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 3. Os meus pais entram frequentemente em discussão sobre coisas que eu faço na escola | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 4. Quando os meus pais discutem eu acabo por ser envolvido de alguma maneira | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Quando os meus pais discutem eu consigo fazer algo para sentir-me melhor. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. Fico assustado/a quando os meus pais discutem | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Sinto-me apanhado/a no meio quando os meus pais discutem | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Não me culpo quando os meus pais têm discussões. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Eles podem não pensar que eu sei, mas os meus pais discutem e discordam muito | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir eles ficam zangados um com o outro | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

¹ Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC) © Grych, Seid & Fincham (1992)

	V	P	F
12. Quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para para-los	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando os meus pais têm um desentendimento eles discutem isto calmamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
14. Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Os meus pais são muitas vezes mais um ao outro mesmo quando estou presente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Não sinto que tenha que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discutindo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Quando os meus pais discordam sobre algo, eles normalmente propõem uma solução.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
21. As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Quando os meus pais têm uma discussão eles dizem coisas más um ao outro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Quando os meus pais discutem ou discordam posso normalmente ajudar a melhorar as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. A minha mãe quer que eu esteja do lado dela quando ela e meu pai discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
26. Mesmo que não o digam, eu sei que sou culpado quando os meus pais discutem	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Os meus pais quase nunca discutem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
28. Quando os meus pais discutem eles normalmente fazem as pazes imediatamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
29. Os meus pais normalmente discutem ou discordam por causa de coisas que eu faço	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
31. Quando os meus pais têm uma discussão eles gritam um ao outro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para para-los	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Sinto como se tivesse que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
35. Os meus pais frequentemente chateiam e queixam-se um do outro por toda a casa	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Os meus pais quase nunca gritam quando têm um desentendimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
37. Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo errado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Os meus pais quebram ou atiram coisas durante uma discussão	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Depois que os meus pais deixam de discutir, eles são amigáveis um para o outro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
40. Quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. Os meus pais culpam-me quando têm discussões	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. O meu pai quer que eu esteja do lado dele quando ele e minha mãe discutem	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. Os meus pais empurraram-se um ao outro durante uma discussão	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44. Quando os meus pais discutem ou discordam não há nada que possa fazer para sentir-me melhor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
45. Quando os meus pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46. Os meus pais continuam a agir mal depois de terem tido uma discussão	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47. Normalmente não é culpa minha quando os meus pais têm discussões.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48. Quando os meus pais discutem eles não ligam a nada do que eu digo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V)

SANI, A. (2003)

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesses o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

Data Nascimento: ___/___/___	Idade: 12 anos	Sexo: M <input checked="" type="checkbox"/> F ___	Ano e Turma: 11 ^o
Profissão do pai: _____	Profissão da mãe: _____		

A seguir está uma lista de pensamentos que algumas crianças e jovens dizem ter sobre situações de violência, isto é, aquelas situações em que existe uma ou mais pessoas que tratam mal alguém ou magoam outras pessoas. Lê cada frase com atenção e faz um círculo à volta do número que na tua opinião melhor descreve aquilo em que acreditas. Não existem respostas certas ou erradas, porque cada pessoa pensa de maneira diferente das outras. Tenta responder a todas as questões, optando só por uma das hipóteses que te apresentamos.

1	2	3	4
Não Concordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito

LÊ ATENTAMENTE CADA UMA DAS FRASES

- | | | | | |
|---|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|---|
| 1. Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2. Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 3. A violência tem a ver com o querer exercer controlo | 1 | <input checked="" type="radio"/> 2 | 3 | 4 |
| 4. As pessoas da família (ex: pais) têm direito de bater ou tratar mal. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5. É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras. | 1 | 2 | <input checked="" type="radio"/> 3 | 4 |
| 6. A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7. Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer. | 1 | <input checked="" type="radio"/> 2 | 3 | 4 |
| 8. As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem. | 1 | <input checked="" type="radio"/> 2 | 3 | 4 |
| 9. O álcool é responsável pela violência das pessoas. | 1 | <input checked="" type="radio"/> 2 | 3 | 4 |
| 10. Quem se droga não tem culpa de ser violento. | <input checked="" type="radio"/> 1 | 2 | 3 | 4 |

11. A violência entre dois adultos é normal e aceitável. 1 2 3 4
12. Um adulto (ex: pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar. 1 2 3 4
13. A violência entre crianças não passa de brincadeira. 1 2 3 4
14. Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também. 1 2 3 4
15. A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas. 1 2 3 4
16. A violência sobre as pessoas é sobretudo cometida por estranhos. 1 2 3 4
17. Um pai ou uma mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa. 1 2 3 4
18. Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater. 1 2 3 4
19. Quando a violência ocorre em casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se. 1 2 3 4
20. Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos metermo-nos para acabar com a situação. 1 2 3 4
21. A violência não pode ser controlada. 1 2 3 4
22. As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar. 1 2 3 4
23. É mais grave uma mulher bater num homem do que um homem bater numa mulher. 1 2 3 4
24. É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança. 1 2 3 4
25. As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência. 1 2 3 4
26. As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas. 1 2 3 4
27. A violência é algo que se aprende. 1 2 3 4
28. A violência é um método para tentar resolver um problema. 1 2 3 4
29. Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres. 1 2 3 4
30. Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem. 1 2 3 4
31. As pessoas merecem apanhar para aprenderem. 1 2 3 4
32. A violência tem a ver com poder ou desigualdade 1 2 3 4

OBRIGADA

SINALIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL INFANTIL (S.A.N.I.)

SANI, A. (2003)

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesse o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

Data Nascimento: ___ / ___ / ___ Idade: 17 anos Sexo: M F ___ Ano e Turma: 11º
 Profissão do pai: _____ Profissão da mãe: _____

A seguir está uma lista de acontecimentos que algumas crianças dizem ter visto em casa. Lê cada frase com atenção e faz um círculo no número que na tua opinião melhor descreve o que aconteceu em tua casa neste último ano. Depois, na coluna com quadradinhos, diz a quem fizeram aquilo que acabaste de ler, pondo uma (X) crúz no quadrado correspondente. Tenta responder a todas as questões, escolhendo só uma das hipóteses que te apresentamos.

- 0 = Nunca (nenhuma vez)
 1 = Poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano)
 2 = Às vezes (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano)
 3 = Muitas vezes (cerca de 1 vez por mês)
 4 = Quase sempre (+ de 1 vez por mês)

A quem fizeram ?

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI . . .

						A quem fizeram ?	
	0	1	2	3	4	A um adulto	A uma criança
1. Insultar ou chamar nomes feios a uma pessoa.	0	1	<u>2</u>	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2. Atirar com coisas contra uma pessoa de propósito.	<u>0</u>	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Ameaçar que vai magoar seriamente alguém.	0	<u>1</u>	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Pôr uma pessoa fora de casa.	<u>0</u>	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Não deixar conversar com certas pessoas (ex: amigos, familiares).	0	1	2	<u>3</u>	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Gritar muito e muito alto com alguém.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Não deixar fazer tarefas que têm de ser feitas (ex: trabalhos de casa, arrumações, compras).	0	<u>1</u>	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
8. Obrigar uma pessoa a trabalhar muito.	<u>0</u>	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Dizer coisas que envergonham muito uma pessoa.	0	1	2	3	<u>4</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
10. Obrigar uma pessoa a fazer tudo o que se quer como se fosse um(a) criado(a).	0	1	<u>2</u>	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- 0 = Nunca (nenhuma vez)
 1 = Poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano)
 2 = Às vezes (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano)
 3 = Muitas vezes (cerca de 1 vez por mês)
 4 = Quase sempre (+ de 1 vez por mês)

A quem fizeram ?

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI . . .

	0	1	2	3	4	A um adulto	A uma criança
11. Bater ou tentar bater com coisas em alguém.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Não dar dinheiro para as despesas da casa.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Obrigar a guardar segredo de coisas feias ou más.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Estar sempre a controlar tudo (ex: o que se compra, o que se come ou bebe).	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Dar pontapés ou murros numa pessoa.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Gozar ou rir de alguém para a fazer sentir-se mal.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Prender alguém para não se poder mexer do sítio.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não deixar sair uma pessoa de casa para alguns sítios.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Prender alguém numa parte da casa (ex: quarto).	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Deixar de falar com uma pessoa durante algum tempo.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Dizer que destrói ou destruiu mesmo qualquer coisa de valor (ex: roupas, objectos, etc.).	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Ameaçar com separações de pessoas da família.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Perseguir ou seguir uma pessoa para onde quer que esta pessoa vá.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Fazer acusações que não são verdadeiras só para magoar uma pessoa.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Meter medo a uma pessoa com armas ou outros objectos perigosos.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Obrigar uma pessoa a fazer coisas feias ou que a envergonham.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Ter ciúmes ou desconfiar muito de alguém.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Puxar ou empurrar alguém com força até essa pessoa cair.	0	1	2	3	4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Levar à força uma pessoa para certos sítios.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Dizer coisas que assustem muito a pessoa.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais - CPIC¹

(traduzida e adaptada por Sani, 2001)

D.N.: ___/___/___ Idade: 17 anos Sexo: M F ___ Ano e Turma: 11º

Eu vivo com ... ___ a minha mãe e o meu pai
 ___ um dos meus pais e uma madrasta ou padrasto
 só a minha mãe ou só o meu pai
 ___ outra pessoa (ex: avó, tia)

Em todas as famílias há momentos em que os pais não se deram bem. A seguir estão algumas coisas que as crianças às vezes pensam ou sentem quando os pais delas têm discussões ou desentendimentos. Gostaríamos que escrevesse o que pensas ou sentes quando teus pais discutem, respondendo a cada uma das afirmações abaixo.

Se teus pais não vivem juntos, responde a estas perguntas em relação ao pai/mãe e padrasto/madrasta (ou ao namorado/namorada do pai ou da mãe) com quem passas a maioria tempo. Se teus pais não vivem juntos e nenhum deles vive com um novo companheiro/companheira, pensa nas vezes em que os teus pais estavam juntos e não se davam bem, quando responderes a estas perguntas.

V = VERDADEIRO

P = POUCO ou ÀS VEZES VERDADEIRO

F = FALSO

- | | V | P | F |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Eu nunca vejo os meus pais discutindo ou discordando. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 2. Quando meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Os meus pais entram frequentemente em discussão sobre coisas que eu faço na escola | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 4. Quando os meus pais discutem eu acabo por ser envolvido de alguma maneira | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Quando os meus pais discutem eu consigo fazer algo para sentir-me melhor. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. Fico assustado/a quando os meus pais discutem | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Sinto-me apanhado/a no meio quando os meus pais discutem | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Não me culpo quando os meus pais têm discussões. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Eles podem não pensar que eu sou afetado os meus pais discutem e discordam muito | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir eles ficam zangados um com o outro | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

¹ Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC) © Grych, Seid & Fincham (1992)

- | | V | P | F |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 12. Quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para para-los | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13. Quando os meus pais têm um desentendimento eles discutem isto calmamente. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14. Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 15. Os meus pais são muitas vezes maus um ao outro mesmo quando estou presente | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 16. Quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17. Não sinto que tenha que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18. É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 19. Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discutindo | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20. Quando os meus pais discordam sobre algo, eles normalmente propõem uma solução. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 21. As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 22. Quando os meus pais têm uma discussão eles dizem coisas más um ao outro | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 23. Quando os meus pais discutem ou discordam posso normalmente ajudar a melhorar as coisas. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 24. Quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 25. A minha mãe quer que eu esteja do lado dela quando ela e meu pai discutem | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 26. Mesmo que não o digam, eu sei que sou culpado quando os meus pais discutem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 27. Os meus pais quase nunca discutem. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 28. Quando os meus pais discutem eles normalmente fazem as pazes imediatamente. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 29. Os meus pais normalmente discutem ou discordam por causa de coisas que eu faço | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 30. Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 31. Quando os meus pais têm uma discussão eles gritam um ao outro | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 32. Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para para-los | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 33. Quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 34. Sinto como se tivesse que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 35. Os meus pais frequentemente chateiam e queixam-se um do outro por toda a casa | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 36. Os meus pais quase nunca gritam quando têm um desentendimento. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 37. Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo errado | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 38. Os meus pais quebram ou atiram coisas durante uma discussão | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 39. Depois que os meus pais deixam de discutir, eles são amigáveis um para o outro. | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 40. Quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 41. Os meus pais culpam-me quando têm discussões | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 42. O meu pai quer que eu esteja do lado dele quando ele e minha mãe discutem | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 43. Os meus pais empurraram-se um ao outro durante uma discussão | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 44. Quando os meus pais discutem ou discordam não há nada que possa fazer para sentir-me melhor | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 45. Quando os meus pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 46. Os meus pais continuam a agir mal depois de terem tido uma discussão | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 47. Normalmente não é culpa minha quando os meus pais têm discussões. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 48. Quando os meus pais discutem eles não ligam a nada do que eu digo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Entrevista da Investigação

ENTREVISTA À CRIANÇA VÍTIMA DE EXPERIÊNCIA ABUSIVA (Sani, 2003)

- Entrevista baseada em 3 momentos/5 tópicos (a, b, c, d e)

(1) Viver com a violência (com ambos os pais)

a) Percepção da violência

- Do que é que te recordas do tempo em que viviam todos juntos?
(Que responsabilidades achas que tinhas? Como era o teu sentimento de (in) segurança? Que controlo achas que tinhas sobre o que acontecia? Achavas-te capaz de fazer alguma coisa? Qual a legitimidade desses actos? Qual a gravidade desses actos?)

b) Percepção das necessidades de ajuda

- De que é que sentias necessidade ou precisavas mais?
- A tua mãe era capaz de ir ao encontro das tuas necessidades?

(2) Viver em transição

c) Percepções sobre a saída de casa

- Quando é que achas que a tua mãe resolveu mudar?
- O que é que achas que a fez mudar?
- Que aspectos teve ela em consideração?

(3) Viver sem violência (só com a mãe)

d) Percepção do abusador/pai

- Quem é para ti a pessoa com quem não vives agora?
- Quem é essa pessoa para a tua mãe?
- Como é que são os contactos dessa pessoa contigo?

e) Percepção das reacções cognitivas e emocionais

- Em que é que é diferente a tua vida agora?
- Como é que te sentes agora?
- Como é que achas que se sente a tua mãe?